

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS**

**A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ COMO RESISTÊNCIA: UMA  
INSTITUIÇÃO EM PROCESSO DE DETERIORAÇÃO**

**Fabio dos Santos**

**Júlio Cezar Gaudencio da Silva  
(Orientador)**

Maceió-AL  
2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS**

**A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ COMO RESISTÊNCIA: UMA  
INSTITUIÇÃO EM PROCESSO DE DETERIORAÇÃO**

**Fabio dos Santos**

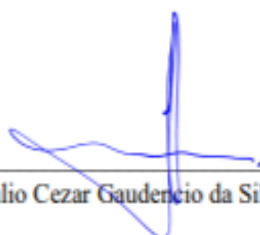
**Júlio Cezar Gaudencio da Silva  
(Orientador)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito de título de licenciado.

Maceió-AL  
2020

**FOLHA DE APROVAÇÃO****Fabio dos Santos****A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ COMO RESISTÊNCIA: UMA  
INSTITUIÇÃO EM PROCESSO DE DETERIORAÇÃO**

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito à obtenção de título de licenciado em Ciências Sociais e aprovada em 29/07/2020.



---

Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudencio da Silva – UFAL (Orientador)

*Emerson Oliveira do Nascimento*

---

Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento – UFAL (Examinador)

*Welkson Pires da Silva*

---

Prof. Dr. Welkson Pires da Silva – UFAL (Examinador)

## DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho ao todos os professores que contribuíram para a minha formação como cientista social, em especial aos professores Júlio Cezar Gaudencio da Silva, Emerson do Nascimento e Welkson Pires da Silva; o primeiro pelas orientações preciosas que contribuíram para o resultado final do presente trabalho, o segundo por compartilhar dos seus conhecimentos quando participamos de diversas pesquisas de iniciação científica, e o terceiro juntamente com o segundo, pelas contribuições partilhadas durante a Defesa do TCC. Por esses dois sintam-se representados todos os docentes do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. Não poderia deixar de dedicar também a todos os funcionários que fazem do ICS uma casa do saber confortável e interativa;

Dedico aos meus filhos Francialy Clarissa e Friederich Nietzsche, pelo carinho e compreensão; aos meus parentes e amigos que, de uma forma ou de outra, deram-me apoio e acreditaram nesse trabalho;

Por fim, dedico à Guarda Municipal de Maceió, nas pessoas dos agentes participantes dos Grupos de Discussões, pelo esforço, participação e tempo dedicados à pesquisa.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1 A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ E O CONCEITO DE MUNICÍPIO E AUTONOMIA.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Da possibilidade de desenvolver um novo conceito.....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 Da justificativa da escolha em estudar a Guarda Municipal de Maceió.....</b>	<b>27</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>30</b>
<b>2.1 Sobre o efetivo da SEMSCS – Inspetoria Geral da Guarda Municipal – agosto de 2019.....</b>	<b>36</b>
<b>3 SOBRE A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ E O SENTIMENTO DE DETERIORAÇÃO INSTITUCIONAL: DISCURSOS, DISCUSSÕES, SENSAÇÕES..</b>	<b>42</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>66</b>

## RESUMO

A Guarda Municipal de Maceió tem sido uma instituição policial fundamental para a segurança não apenas do patrimônio público, mas também na prevenção à violência urbana dentro da esfera municipal. Implantada em 1989, essa instituição tem sofrido diversas alterações e modificações administrativas até culminar com sua extinção em 2009. E como tal parece que seus agentes expressam o seu sentimento de esquecimento, de abandono, de angústia através das respostas escritas obtidas através de suas participações nos Grupos de Discussão, tendo, assim, instrumento metodológico a plataforma virtual com a utilização do aplicativo gratuito *WhatsApp*. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender como se dá o processo de construção social do suposto “sentimento de deterioração institucional” da Guarda Municipal de Maceió, a partir da perspectiva fenomenológica em Schütz (2012; 2018), passando por uma discussão sobre a contribuição da Escola de Chicago para os estudos sobre a cidade e a violência urbana. Operacionalizou-se as percepções transcritas dos agentes participantes utilizando a Análise do Discurso em Fiorin e Mangueneau e em menor escala a Análise de Conteúdo. Os resultados obtidos apontam para o sentimento de deterioração institucional presente e expressa nas respostas dos agentes envolvidos na pesquisa, através das marcas linguísticas como “abandono”, “esquecimento”, dentre tantos outros contidos no discurso.

**Palavras-Chave:** Guarda Municipal de Maceió. Fenomenologia. Análise do Discurso. Sentimento de deterioração institucional.

## **ABSTRACT**

*The Maceió Municipal Guard has been a fundamental police institution for the security not only of public property, but also in the prevention of urban violence within the municipal sphere. Implanted in 1989, this institution has undergone several administrative changes and modifications until culminating in its extinction in 2009. And together its agents express their feeling of forgetfulness, abandonment, anguish through the written responses obtained through their participation in the Discussion Groups , using the virtual platform methodological instrument using the free WhatsApp application. In this sense, the present work aims to understand how the process of social construction of the supposed “feeling of institutional deterioration” of the Municipal Guard of Maceió takes place, from the phenomenological perspective in Schütz (2012; 2018), going through a discussion about the Chicago School's contribution to studies on the city and urban violence. The transcribed perceptions of the participating agents were operationalized using Discourse Analysis in Fiorin and Mangueneau and to a lesser extent Content Analysis. The results obtained point to the feeling of institutional deterioration present and expressed in the responses of the agents involved in the research, through linguistic marks such as "abandonment", "forgetfulness", among many others contained in the speech.*

**Keywords:** *Municipal Guard of Maceió. Phenomenology. Speech analysis. Institutional deterioration feeling.*

## INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a instituição Guarda Municipal de Maceió, surgiu a partir do curso de Ciências Sociais, quando o pesquisador ingressou no referido curso. Foi a partir daí que seu olhar se voltou para essa instituição que, enquanto agente, serviu desde 1996. Assim, alinhando ao desejo de contribuir para as Ciências Sociais, a partir do estudo da GMM, reforçou ainda graças à sua participação em grupos de pesquisas e em projetos de iniciação científica, tendo como objeto de estudo a instituição Polícia Militar de Alagoas, especificamente o policiamento comunitário.

Nesse sentido, percebendo o pesquisador ao longo dos projetos de pesquisas que participou, a invisibilidade do município de Maceió em também contribuir para a segurança pública dentro dos seus limites constitucionais, seja no combate à violência urbana, seja na aplicação de políticas públicas que preventivamente surtiram algum efeito positivo sobre o índice de criminalidade de Maceió, considerado um dos mais altos em termos nacionais e internacionais.

Sendo assim, pensou-se em como trabalhar essa instituição através de um método que considerasse aplausível e atendessem as necessidades da nossa pesquisa. Coisa que se fará em capítulo específico mais adiante, quando iremos apresentar os procedimentos metodológico-teóricos mais profundamente.

Uma observação faz-se necessária: a perspectiva a partir da fenomenologia de Schütz alinhada à construção social de uma suposta deterioração institucional da GMM parece ser um tanto abstrato e como tal se faz necessário ser assim porque buscamos compreender a subjetividade dos agentes participantes envolvidos, tendo como instrumento operacional a Análise de Discurso, em Fiorin e em Mangueneau, em alguma medida também da Análise de Conteúdo para analisar concretamente as respostas obtidas com as entrevistas, na modalidade escrita.

Assim, nesse primeiro momento a primeira ressalva que se faz é considerar que o pesquisador também integra a pesquisa como agente da GMM com experiência e vivência de 24 anos como guarda municipal. E como tal, as atenções sobre as questões epistemológicas e metodológicas no tocante ao distanciamento entre pesquisador e objeto de pesquisa são tomadas constantemente, tendo como pilar os ensinamentos de Weber, Bourdieu, Durkheim que demonstraram em suas teorias o importante papel da neutralidade axiológica, o juízo de valor, a pré-noção, o fato social, evitando assim o viés nos resultados e na conclusão da pesquisa.



Nesse sentido, visando o conforto e o sucesso da participação dos agentes entrevistados, percebemos que a utilização do aplicativo *WhatsApp* seria o mais útil e adequado na aplicação do que denominamos Grupos de Discussão (GD), envolvendo 22 agentes, divididos em dois GDs. Por que esse aplicativo e esse método? Pelas seguintes razões: i) trata-se de um aplicativo gratuito bastante difundido no Brasil; ii) por ser um aplicativo leve que exige apenas a tecnologia básica nos aparelhos de celulares; iii) todos os agentes tinham esse aplicativo instalado em seus aparelhos móveis; pelo conforto de os agentes poderem acessar onde quer que estivessem, na data e horário combinados; iv) pela economicidade de locomoção; v) por ser uma tecnologia que exige utilização de internet ou dados móveis – o que foram verificados antecipadamente a possibilidade de todos terem essa disponibilidade de acesso – em termo não teríamos a distancia entre entrevistador e entrevistados.

Assim, o presente trabalho possui a seguinte estrutura: i) no capítulo 1, apresentamos u a breve revisão literária acerca da Guarda Municipal no Brasil. Para compreender como se dá esse processo além da busca bibliográfica, fazemos uso da imaginação sociológica em Mills (2009); além de promover uma discussão sobre municipalidade e autonomia. Ainda nesse capítulo abordamos brevemente sobre a importância da contribuição da Escola de Chicago, a partir dos estudos de Park (2018), mostrando sua atualidade; bem como a tentativa de criar um “novo” conceito que denominamos como “sentimento de deterioração institucional” e da justificativa que levou-nos a estudar a Guarda Municipal de Maceió. ii) No capítulo 2, apresentamos os procedimentos metodológicos onde expomos nossa ideia de utilizar como plataforma virtual o aplicativo gratuito *WhatsApp*, onde criamos dois Grupos de Discussão onde os agentes pudessem participar respondendo por escrito a um roteiro de perguntas abertas; participaram ao todo 22 agentes integrantes da GMM, distribuídos em 11 para cada grupo.

Com o uso operacional da Análise do Discurso e em menor escala da Análise de Conteúdo, buscamos compreender o processo de construção social de um suposto “sentimento de deterioração institucional” analisando as marcas linguísticas presentes nos enunciados cujos termos escritos foram fundamentais para tal compreensão. iii) e, por fim, no capítulo 3, apresentamos a discussão acerca desse “sentimento”, alinhado à uma perspectiva fenomenológica, cuja leitura fizemos em Schütz, embora com uma *viber* da psicologia social, com o olhar sociológico sobre o fenômeno social estudado. iv) Conclui-se, no capítulo 4, que o sentimento de deterioração institucional está presente e expresso nos enunciados produzidos

pelos agentes participantes e demarcados nas palavras transcritas no discurso e, como tal, tem refletido na prática profissional dos agentes integrantes da GMM.

## 1 A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ E O CONCEITO DE MUNICÍPIO E AUTONOMIA

Nesse primeiro momento de nossa pesquisa propomos uma discussão sobre o fazer científico a partir da perspectiva de Mills (2009), o qual nos ensina o quanto é fundamental para o pesquisador e para o cientista social, a **imaginação sociológica** daquele que produz conhecimento. Aí tentamos situar o pesquisador enquanto agente integrante da instituição Guarda Municipal de Maceió (GMM), da importância de sua prática laboral e institucional, de seu conhecimento como agente em atividade que exerce a função de guarda municipal, sempre com a preocupação do afastamento entre pesquisador e objeto.

Para em seguida, mais adiante, situar a cidade de Maceió, em determinados contextos temporais, acreditando que os aspectos históricos contribuem para a nossa pesquisa, apresentando dados e recortes temporais, passando por um rápido debate sobre os conceitos de **município** e **autonomia** municipal, pois, assim como não se fala de classe burguesa e de classe operária sem relativizar com as questões acerca da construção e do papel do Estado, não nos escapa abordar sobre a Guarda Municipal sem tocar no assunto sobre a construção e o papel do município. Nem o primeiro nem o segundo nascem do nada nem do limbo, são construções, instituições, estruturas, a partir da interferência humana e de sua ação.

Nesse sentido, o nosso objeto de pesquisa e ao mesmo tempo problema sociológico é: A Guarda Municipal de Maceió como uma instituição policial de resistência no subcampo da segurança pública de Maceió? Levando-se em consideração os processos históricos, políticos e legais, sob os quais foi criada (através da Lei Municipal nº 3.823, de 29 de dezembro de 1988) e implantada a Guarda Municipal de Maceió (GMM) (através da Lei Municipal nº 3.961, de 29 de dezembro de 1989), dentro de um contexto político e econômico, no final da década de 1980, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, elaboramos o seguinte questionamento: Como se dá a suposta deterioração institucional da Guarda Municipal de Maceió? Essa suposta deterioração baseia-se no fato de a instituição GMM sofrer tantas alterações e modificações até resultar em sua extinção. Desse modo, a GMM ainda presente nas falas dos agentes participantes da pesquisa como uma instituição que sofre o descaso, a falta de compromisso e o ostracismo do Poder Executivo.

Por isso, utilizamos tal verbete “deterioração instituição”, que podemos representar literária e simbolicamente como um órgão que está sempre em segundo plano ou em nenhum, como algo esquecido que se deteriora com o tempo, dada a sua subutilização. Mesmo dentro

de um contexto, o qual já encontrando o município de Maceió, encaminhando-se para os primeiros lugares dentre as capitais mais violentas do mundo!

As primeiras suspeitas a partir da experiência de 24 anos do pesquisador como agente concursado da GMM é que nos 30 anos de existência, essa instituição policial tenha sofrido a toda espécie de depreciação<sup>1</sup> e rupturas administrativas<sup>2</sup>, e que tenha contribuído para sua hipotética deterioração institucional.

Através da contribuição dessa experiência vivenciada pelo pesquisador, enquanto integrante da Guarda Municipal de Maceió, desde o seu ingresso por meio de concurso público realizado em 1996, pretendemos, o mais cientificamente, demonstrar o quanto é importante escutar o cientista social, na construção de seu artefato científico, de sua labuta e ofício diário, pois, como tal, traz à pesquisa, não apenas uma veracidade de fato, mas também o que há de concreto e de objetivo naquilo que foi experienciado e vivido pelo pesquisador enquanto agente, em sua prática de ofício, social, política, cultural, na área de segurança pública municipal, enriquecendo ainda mais nosso trabalho, como cientistas sociais, compondo nosso legado científico, nosso “artesanato intelectual”, referendando as tradições clássicas e contemporâneas.

Abrindo essa discussão que cremos fundamental em nosso estudo, levamos em consideração, para isso, o saber de C. Wright Mills, sobre a imaginação sociológica e o cientista social, além de cientista, um verdadeiro artesão intelectual, da palavra, da Ciência, como o próprio Mills (2009):

Para o cientista social individual que se sente parte da tradição clássica, a ciência social é a prática de um ofício. Homem dedicado a questões importantes, ele está entre aqueles que ficam rapidamente impacientes e entediados com discussões complicadas sobre métodos e teoria em geral; muito disso interrompe seus verdadeiros estudos. É melhor, ele acredita, que um estudioso ativo relate como está se saindo em seu trabalho do que ter uma dúzia de “codificações de procedimento”

---

<sup>1</sup> Tal depreciação pela qual tem sofrido os guardas municipais ao longo dos anos nos postos de serviço onde têm sido locados. Existem relatos no interior da Guarda Municipal de Maceió onde os agentes sofreram diversos tipos de ataques verbais depreciativos como “vigias de posto”, “preguiçosos”, “inúteis”, “faz-nada” etc. Sendo que estes relatos podem render no futuro trabalhos mais específicos. E que no momento nosso foco é o processo de “deterioração institucional” da GMM.

<sup>2</sup> As rupturas que nos referimos são as constantes reformas administrativas pelas quais a corporação passou ao longo dos 30 anos de existência. Entre as quais, a primeira “ruptura” ocorreu em 24 de julho de 2009 a criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Segurança Comunitária e Cidadania – SEMDISC, onde a Guarda Municipal de Maceió foi extinta, ficando os cargos de Guarda, Subinspetor e Inspetor incorporados a SEMDISC; outra “ruptura” administrativa ocorreu em 2012 quando a SEMDISC deixou de existir para dar lugar a Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Cidadania – SEMSCC; em 2017 mais um “golpe” em 2017 pelo Decreto Municipal nº 8.379 de 31 de janeiro de 2017, onde aprova a nova nomenclatura de Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – SEMSCS; enquanto que por nomenclatura o que existe atualmente nos muros da sede da instituição, localizada no Vergel, e em algumas viaturas.

estabelecidas por especialistas que, o mais das vezes, nunca fizeram muitos trabalhos importantes. (MILLS, 2009, p. 21)

Sendo assim, para se fazer acreditar, cremos nós, o cientista social, sobretudo, o pesquisador, primeiramente tem de acreditar naquilo que faz, produz, constrói, defende etc. cientificamente. Nesse sentido, não dispensamos nem desprezamos a sutileza da “quase” certeza/verdade dos fatos arrendados como uma colcha de filé, fenômenos objetivados empírica ou subjetivamente; fazemos questão das experiências vivenciadas e obtidas como recurso empírico, pelo “artesão social” no papel de agente/pesquisador e vice-versa, que também, trata-se de uma questão de método, recorrendo ousadamente do inusitado material advindo da prática do ofício e moldando-o com doses generosas de imaginação sociológica. Como já dissemos, o pesquisador precisa passar credibilidade para o/a leitor/a creditando para si confiança, competência e empenho naquilo que propõe fazer, submetendo-se à imposição e método científico, criativo, que atenda à especificidade do objeto estudado; contudo, lembrando-se o autor de seu afastamento axiológico, imediatista, pessoal, do viés emocional, embora seja humano, carregado de sentimentos.

Evitar o viés intencional e inconveniente e o procedimento mal intencionado; entanto, através da prática transformar sua experiência em saber científico, em algo propositivo, objetivo, mesmo construído artesanalmente com o auxílio da imaginação e da criatividade sociológicas. O que é um pesquisador sem imaginação sociológica? Um reproduzidor de coisas sem originalidade? Mesmo se fazendo crer no próprio potencial imaginativo para produzir ciência, mas sempre com um intuito de checar se é possível verificar, analisar e compreender se há leis, regularidades, padrões e/ou desvios que regem sobre os fatos empiricamente observados, estudados tanto quantitativa quanto qualitativamente, respeitando os desfechos inusitados de alguns resultados de pesquisas e a diversidade daquilo que cremos ser cultura e sociedade.

Por outro lado, com base em tal concepção, ao voltarmos o nosso olhar para a aparente depreciação sofrida pela Guarda Municipal de Maceió, que, entendemos aqui como uma instituição que no interior do campo da segurança pública, em meio a outros agentes coletivos como a Polícia Militar de Alagoas e a Polícia Civil, dentre outros, sempre tenha ficado em segundo plano quando o assunto relaciona-se à criminalidade, à violência urbana e até mesmo à segurança preventiva, reduzindo-a à mera atribuição constitucional, mesmo reconhecendo o importante papel do município no combate ao crime e à violência, seja através da prevenção à violência, de forma colaborativa com as demais instituições policiais, seja unicamente à proteção dos bens, serviços e patrimônio públicos e dos próprios munícipes.

É preciso salientar que Maceió como uma das capitais mais belas do Brasil tem oferecido às estatísticas e à vasta literatura sobre violência urbana contrastes à beleza natural de que possui e dados de impacto dentro de um determinado período de tempo, especificamente, nos anos 90, 2000 à década de 2010<sup>3</sup>, tal estudo sobre índices de criminalidade e taxas de homicídios, de Nascimento e Gaudencio (2013).<sup>4</sup>

Isso é importante reconhecer que, tendo o estado de Alagoas uma capital metropolitana taxada em pesquisas nacionais e internacionais, como uma das cidades mais violentas do mundo, segundo a *City Mayors Foundation*, na década de 2000, e da necessidade de o município se posicionar como corresponsável, também, pela segurança pública, dentro dos seus limites constitucionais, conforme o §8º, do Art. 144, da CF, de 1988.

Em uma avaliação de 2014 – as razões pelas quais escolhemos esse ano localizar a cidade de Maceió que, mesmo passado as décadas de intensa e absurda violência ostentando as primeiras colocações em listas nacionais e internacionais, ainda assim, nesse ano ela aparece em posição bastante preocupante –, onde se demonstra as 50 cidades mais perigosas do mundo, e Maceió apareceu em 5º lugar, como capital mais violenta entre tantas pesquisadas em todo o mundo; e em 2015, cai para 18º Lugar com uma taxa de homicídio de 56, para uma população de 1.014.000 (dados do IBGE de 2010); já nos dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em seu Atlas da Violência 2019, as taxas apresentadas são: as cidades da mesorregião localizada ao Leste de Alagoas tidas como as mais violentas, a nível nacional, são Barra de São Miguel com taxa de 166,6, acompanhada pela cidade de Roteiro, com 132,9 e Pilar, com 109,7, enquanto Maceió aparece com uma taxa de 60,2 (2017), onde é visível um aumento com relação ao ano anterior que mantinha uma taxa de 55,6, segundo Atlas da Violência 2019 (IPEA).<sup>5</sup>

Já no relatório (2018) apresentado pelo *Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal A. C.*, com sede no México, entre as capitais mais violentas do Brasil,

---

<sup>3</sup> Em 2012, Maceió-AL, com uma população de cerca de 953.393, configura no *ranking* nacional como a capital mais violenta do Brasil com uma taxa de homicídios de 90,0, conforme o Mapa da Violência 2012, cujos dados foram colhidos junto ao Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde. Tal regressão nos ajuda a situar Maceió histórica e politicamente dentro de um contexto nacional, dando-nos uma ideia de que violência não é algo novo, mas que, ironicamente, parece fazer parte da história recente quando o assunto pertence à seara da Segurança Pública.

<sup>4</sup> Para saber mais sobre as taxas de homicídios e a dinâmica da violência urbana em Alagoas, e em especial, recorrente em Maceió, dentro do recorte proposto pelos autores, recomendamos o artigo “Homicídios em Alagoas: desafios e evidências empíricas”, de Nascimento e Gaudencio (2013), publicado na revista *Latitude*, Vol. 7, nº 2, pp. 109-132, 2013. (Acessível em: <https://doi.org/10.28998/2179-5428.20130207>).

<sup>5</sup> Maceió chegou a figurar na primeira colocação em 2012 como a cidade mais violenta do mundo com taxas de 90,0 de mortalidade letal por 100 mil habitantes conforme consta no artigo “Violência letal em Maceió-AL: estudo descritivo sobre homicídios, 2007-2012”, por Alves et al. (2014), publicado na revista *Epidemiologia e Serviço de Saúde*, Brasília, Vol. 23, nº 4, p. 731-740, out-dez, 2014. (Acesso em: <https://doi.org/10.5123/S1679-4974201400015>).

Maceió passa a configurar no 5º lugar como uma das capitais mais violentas do mundo com uma taxa de homicídios de 63,94 (que representa 658 homicídios), e com uma população estimada em 1.029.387 habitantes. Um contraste para o quadro de violência apresentado pela mesma organização em 2018, quando Maceió apresentou uma redução de taxa de homicídios que girou em torno de 51,46.<sup>6</sup>

Na Tabela 1, sobre a Taxa estimada de homicídios (2017) apresentamos dados sobre as taxas de homicídios dentro de um recorte que se inicia em 2007 e vai até 2017, a partir de uma tabela elaborada pelo IPEA e que situa o quanto é trágico as posições configuradas pela cidade de Maceió frente aos índices altíssimos de violência urbana.

**Tabela 1 – Taxa Estimada de Homicídios (2017)**

UF	Capital	Taxa estimada de homicídios										Variação %			
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2007 a 2017	2012 a 2017	2016 a 2017
CE	Fortaleza	39,9	38,3	40,1	53,8	57,8	80,0	88,5	86,7	74,7	51,9	87,9	120,1	9,9	69,5
AC	Rio Branco	33,1	26,3	31,8	30,2	23,5	29,0	38,3	41,4	34,2	63,1	85,3	157,4	194,1	35,2
PA	Belém	37,0	52,7	49,4	65,3	49,8	56,4	60,2	59,0	61,5	76,7	74,3	101,1	31,8	-3,1
RN	Natal	44,4	46,7	52,4	40,4	52,5	59,7	63,6	66,4	58,2	67,9	73,4	65,3	22,9	8,1
BA	Salvador	54,9	74,8	80,6	77,1	67,2	72,5	56,9	56,1	57,9	60,9	63,5	15,6	-12,4	4,3
AL	Maceió	92,4	101,0	87,1	98,6	97,2	80,0	83,3	73,7	56,7	55,4	60,2	-34,8	-24,7	8,7
PE	Recife	75,4	72,6	66,4	55,9	56,6	52,7	43,7	39,4	46,3	50,2	58,4	-22,5	10,9	16,4
SE	Aracaju	27,3	28,0	31,0	29,4	33,4	44,0	47,2	47,7	60,7	74,6	57,4	110,3	30,4	-23,0
AM	Manaus	34,0	38,2	43,3	47,4	56,9	56,1	44,0	45,6	55,3	48,2	55,9	64,5	-0,4	16,1
AP	Macapá	34,6	40,0	31,5	45,5	31,3	38,3	33,6	41,5	41,7	56,2	54,1	56,6	41,5	-3,6
RR	Boa Vista	27,1	30,4	31,8	32,7	21,3	32,9	46,6	36,0	40,9	39,5	48,9	80,6	48,6	23,7
RS	Porto Alegre	42,4	41,1	35,5	34,3	34,5	39,2	37,1	46,2	47,5	56,8	47,0	10,7	19,9	-17,3
MA	São Luís	34,8	37,5	45,1	46,9	48,3	55,1	75,6	82,9	72,8	58,1	46,9	34,7	-14,8	-19,2
GO	Goiânia	30,1	37,7	35,0	32,1	41,4	47,9	47,7	50,4	49,2	42,6	40,7	35,3	-15,0	-4,5
PI	Teresina	24,0	23,6	24,3	25,5	30,2	36,9	43,7	54,0	43,2	45,5	39,4	64,0	6,8	-13,4
PB	João Pessoa	49,3	50,1	61,0	68,4	76,2	66,3	63,4	59,2	59,7	44,6	38,9	-21,0	-41,2	-12,8
RO	Porto Velho	49,1	39,5	43,7	49,2	40,1	43,3	38,3	36,3	41,8	44,4	36,0	-26,6	-16,7	-18,8
RJ	Rio de Janeiro	63,8	50,9	50,5	37,9	35,2	31,5	30,7	26,7	27,7	33,4	35,6	-44,1	12,9	6,7
TO	Palmas	14,1	14,8	18,3	21,4	27,4	19,8	25,4	33,5	36,1	36,4	33,5	137,3	69,0	-8,1
ES	Vitória	60,4	59,7	53,1	50,0	43,9	40,2	39,9	45,1	28,6	21,4	30,6	-49,3	-23,7	43,1
SC	Florianópolis	20,9	24,5	20,5	23,0	19,7	14,4	13,0	14,5	13,2	17,6	30,0	43,7	108,2	70,9
MT	Cuiabá	45,5	43,0	44,5	41,4	47,5	46,0	43,5	49,2	46,2	39,0	28,8	-36,9	-37,5	-26,3

Fonte: Atlas da Violência – Retrato dos Municípios Brasileiros (2019) – Adaptação nossa.

<sup>6</sup> Salienta-se que cada órgão, que produz relatórios, documentos e estudos sobre taxas de homicídios, possui metodologia própria, e, como tal, recomendamos visitar os sites de cada uma delas, cujos dados apresentamos aqui, para que o/a leitor/a possa comparar e tirar suas próprias conclusões. Apresentamos tais dados como um reforço emergencial e provocativo no intuito de mostrar o quanto a cidade de Maceió que desde sempre configura os *ranking* de violência não apresenta – pelo menos não é de nosso conhecimento – algum plano de segurança pública que auxilie as forças policiais locais no combate à criminalidade, deixando unicamente ao encargo do estado a responsabilidade para resolver a problemática.

Percebam que na Tabela 1, elaborada pelo IPEA e adaptada por nós conforme a necessidade de nossa pesquisa que a cidade de Maceió, entre todas as demais capitais do Brasil, configura-se no topo do *ranking* nos anos 2007 (taxa /t/ de 92,4), 2008 (t. 101,0), 2009 (t. 87,1), 2010 (t. 98,6), 2011 (t. 97,2), 2012 (t. 80,0 dividindo o 1º lugar com Fortaleza); caindo para a segunda colocação em 2013 (t. 83,3), e para a terceira colocação no ano seguinte (t. 73,7); sofrendo drástica queda em 2015 com t. de 56,7, aumentando para uma t. de 60,2, em 2017.

Tais dados traduzem que Maceió demonstra ser uma das capitais onde mais se cometem homicídios, ou como alguns órgãos costumam cogitar como uma das cidades mais perigosas do mundo para se viver, segundo os números.

De acordo com o Fórum de Segurança Pública, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2020, e, divulgado, no site oficial da Agência de Alagoas, “em 2018, a taxa de mortes por 100 mil habitantes era de 45,1 e caiu para 34,2 em 2019. Comparando com as taxas registradas pelos demais estados, Alagoas ocupa agora a nona posição” (AGÊNCIA ALAGOAS, 2020).

Mesmo que a nível estadual, a cúpula responsável pela segurança pública retenha para si, planos de segurança, de contenção de crimes, medidas que combatam as taxas de homicídios e enfrentem os índices de criminalidade, com usufruto de fundo de segurança pública, com pesado investimento com aparato policial e capitais bélicos, parece que tal investimento não chegou e nem tenha chegado até o município de Maceió, dado os altíssimos níveis das taxas naqueles anos. Se sugerimos que o município tivesse uma parcela de participação no combate à criminalidade por meio da prevenção à violência, significa que no contexto atual com a promulgação da Lei Federal n. 13.022, de 8 de agosto de 2014 que traz novas atribuições para a guarda municipal como uso progressivo da força, poder de polícia, porte de arma de fogo em serviço, dentre outras, a corporação teria um papel fundamental da redução da criminalidade na cidade, não reduzindo seu papel unicamente à proteção dos bens, serviços e patrimônio públicos do município.

Se por divergência política não nos cabe a nós discutir – por não podermos responsabilizar aos gestores diferenças ideológicas partidárias – , mas os números estão aí para mostrarem que em se tratando de violência urbana (incluindo aí homicídios, roubos, agressões, estupros, lesões corporais, atentado contra o patrimônio público e privado etc.) Maceió parece ter herdado uma sinistra maldição, apesar de infinitas belezas naturais.

Assim, diante de quadro tão trágico sobre a violência urbana, qual o papel da Guarda Municipal frente à segurança pública do município? E pelo fato de não terem ou terem os



gestores percebido a importância desse papel no combate à criminalidade e às taxas de homicídios, e não apenas submetido a um papel reducionista, unicamente, patrimonial, culminando em sua invisibilidade no tocante à segurança pública, dentro dos seus limites administrativos do município, mesmo tendo criada e implantada uma instituição “policia” como a Guarda Municipal de Maceió.

O que se escuta, em mídias locais ou nas ruas, à moda do plano de segurança pública compreendida pela Escola de Chicago<sup>7</sup>, o investimento pesado em lâmpadas *Leds* como forma de minimizar a violência urbana, através de recursos públicos pelos gestores municipais, no que até pode ajudar, mas não influencia diretamente na dinâmica da criminalidade; pois, do contrário, a capital de Alagoas não configuraria mais as listas de capitais mais violentas do mundo.

Os estudos urbanos empreendidos por Robert Park, nas décadas de 20, 30 e 40, na cidade de Chicago, trazem-nos iluminações interessantes para compreendermos o funcionamento e a estrutura de uma cidade, e por que não, até, de sua “ecologia urbana” e as influências das ações administrativas e políticas de seus gestores sobre as pessoas que residem, vivem, sobrevivem, sentem e morrem na cidade. Quais os efeitos de um sistema formal administrativo e de um sistema político sobre a cidade, seus bairros, e sobre o comportamento de seus moradores ou daqueles que simplesmente como forasteiros a visitam? Como se constrói a cultura de uma determinada localidade, reconhecendo as especificidades e os anseios de cada comunidade e seus reflexos sobre as medidas de segurança pública local? Não é a ação política de uma gestão a partir da cobrança ou não dos moradores que contribui para que uma determinada localidade seja menos/mais perigosa para se morar e se viver? Como Valladares (2018) enfatiza

---

<sup>7</sup> Faz-se uma ressalva sobre a Escola de Chicago. Embora tenha ocorrido nos anos compreendidos entre 1920 a 1940, efetivamente como uma “sociologia urbana” da cidade, tendo a cidade norte-americana de Chicago como uma espécie de laboratório de estudos, Robert Ezra Park (1864-1944), como um dos fundadores dessa modalidade de estudos urbanos, ao lado de E. Burgess. O legado deixado por esses autores, apesar dos elementos específicos da cidade de Chicago estudados à época, ainda traz uma atualidade incrível; e como tal, relembramos no presente trabalho. Ou seja, o pesquisador, mesmo que tenha sobre si milhares de referências mais contemporâneas, que for estudar o *ghetto*, a cidade, a comunidade, o homem urbano, o *habitat* natural, a geografia urbana, a ecologia urbano, que, pelo menos na revisão a contribuição da Escola de Chicago, estaria, no mínimo, sendo deselegante. A utilizamos aqui pelo nível de importância, e até, por alto, embasar no pensamento sobre a cidade de Maceió e sua instituição policial a Guarda Municipal de Maceió, especificando para as percepções de um grupo de agentes participantes sobre o *status quo* da corporação à qual pertencem. Para maior deleite sobre o assunto recomendamos a obra “A sociologia urbana de Robert E. Park” (Editora da UFRJ, 2018) organizada por Licia do Prado Valladares, tendo como tradutor de alguns estudos de Park, a exemplo de “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, dentre outros nessa coletânea, de Wanda Brant.

É o sistema político que pressupõe que pessoas morando na mesma localidade tenham interesses comuns e possam agir juntas em prol de seu bem-estar. Na grande cidade, ao contrário da pequena, não há propostas comuns nem ação concertada, os governos locais, ao quererem instituir as formas tradicionais de ação, acabam falhando. Distância física e distância social não são coincidentes. A situação em que pessoas vivem, lado a lado, não gera necessariamente laços de boa vizinhança. (VALLADARES, 2018, p. 17)

Mesmo recorrendo numa certa perspectiva funcionalista, quase organicista, sobre a cidade, que não será nossa perspectiva, de fato, posto que utilizaremos referenciais e teóricos que versem sobre a instituição policial, o sentimento e os efeitos sobre as percepções dos agentes participantes, que, fica inevitável antes de enveredarmos diretamente para a análise compreensiva de nossos dados sem sequer visitar Robert Park, considerado o “pai” da sociologia urbana, a necessidade de compreender o funcionamento da própria cidade onde ocorrem os crimes e onde atuam as Guardas Municipais. Entendemos que é possível, em termos fazer essa relação.

Sobre a contribuição desse precursor dos estudos urbanos, Valladares (2018) nos informa que:

Park falará, entre outras coisas, das “áreas naturais” da cidade, tomando por base o caso de Chicago, com sua “Hobolândia”, seu gueto, e o contraste entre a área nobre e área de cortiços. A cidade é, para Park, uma constelação de áreas naturais, cada uma com o seu meio (*milieu*) característico e com uma função especial na economia urbana como um todo. Cada uma dessas áreas é, de certo modo, uma unidade cultural, com o seu próprio padrão e a sua concepção do que é limpo, decente e capaz de despertar respeito. A cidade tem sido uma prolífera fonte de material clínico, segundo Park. É uma área natural porque tem uma história natural, é um organismo, desempenha uma função. (VALLADARES, 2018, p. 17)

Assim, com todos os efeitos, a cidade é uma **instituição** (como o são o município, a Guarda Municipal etc.), como o próprio Park (2018) enfatiza, nos seguintes termos:

Uma instituição, no entanto, é formada pela natureza humana incorporada, acrescida da maquinaria e de outros instrumentos por meio dos quais essa natureza humana atua.

Com essa concepção de instituição, podemos pensar a cidade, ou seja, o lugar e as pessoas, com toda a maquinaria, sentimentos, costumes e dispositivos administrativos que os acompanham, opinião pública e linhas de bonde, o indivíduo e as ferramentas que ele usa, como algo mais do que uma simples entidade coletiva. (PARK, 2018, p. 39)

Como um “mecanismo psicofísico”, “vivo”, a cidade enquanto “instituição”, fundo/cenário onde indivíduos e corporações de controle social atuam,

Muito do que usualmente consideramos cidade – seus estatutos, sua organização formal, suas edificações, linhas de bonde, etc. – é, ou parece ser, mero artefato. No entanto, somente quando e à medida que essas coisas, por meio de uso e de práticas, se conectam, como uma ferramenta na mão de um homem, com as forças vitais existentes nos indivíduos e na comunidade, é que elas assumem a forma institucional. De modo geral a cidade é um processo de crescimento. É o produto não planejado do trabalho de sucessivas gerações de homens. (PARK, 2018, p. 40)

Em se tratando de violência urbana e as estratégias políticas de planejamento através de políticas públicas para combatê-la não poderiam ser uma produção humana cujas capacidades passariam por um processo sucessivo de planejamentos? Se sim, por que as capitais, ditas mais perigosas para se viver não conseguem escapar da “maldição” dos altos índices de criminalidade e das altas taxas de homicídios?

A exemplo de Misse e Bretas (2010) que, para discutir a problemática da municipalização da segurança pública, revisitam as questões relacionadas à “descentralização” das arrecadações, onde a União repassa alguma responsabilidade de gerenciamento de verbas voltadas para a segurança pública, na esfera municipal. Abrimos essa discussão, bem a *grosso modo*, sobre a cidade como uma instituição, a partir dos estudos da sociologia urbana de Park.

Por esse ângulo, propomos alguns dos seguintes questionamentos: Qual o papel do município na segurança pública? Qual o papel da Guarda Municipal de Maceió na segurança pública? Mesmo com as limitações constitucionais do §8º, do Art. 144, da Constituição Federal de 1988, não poderia a Guarda Municipal de Maceió apresentar modelos de policiamento proativos e orientados para a resolução de conflitos nas comunidades? Além desses questionamentos, se há uma guarda municipal em Maceió “atuante”, quais são os fatores que contribuem para o suposto sentimento de deterioração institucional da GMM?

Esses questionamentos são interessantes para compreendermos as dimensões do município no campo da segurança pública, bem como da própria GMM, embora não seja o nosso objeto de estudo específico, mas a título de informação ou “mal necessário”, acreditarmos nesse aspecto a partir de situações vivenciadas pelos agentes no seu cotidiano.

O que se tem observado, em mídias e noticiários locais, conflitos e embates contra os camelôs, vendedores, feirantes e ambulantes, a título de fazer cumprir o Código de Postura da Cidade, sem criar mecanismos e soluções apaziguadoras para as ditas ocupações irregulares do solo urbano por esses comerciantes supostamente irregulares. Há estudos sobre os conflitos entre guardas municipais e camelôs, onde a violência parece a linha que separa o município e o cidadão como duas formas institucionais estranhas, quando na verdade não o

deveria ser. Daí, a ação repressiva e ostensiva dos agentes das guardas municipais com o intuito de atingir o tão esperado controle social sobre o solo e o espaço urbano.<sup>8</sup>

Diante desse fato, não estaria a Administração Pública municipal menosprezando o importante instrumental de segurança pública para além dos estabelecidos constitucionalmente que é a Guarda Municipal de Maceió e agora atualizado pela Lei Federal nº 13.022/2014? O que pensam e como sentem os agentes da Guarda Municipal de Maceió sobre esses aspectos?

A partir desses novos questionamentos, já vamos nos aproximando do suposto “sentimento de deterioração institucional” da GMM hipoteticamente possível nos sentimentos expressados pelos agentes no momento de sua participação durante os grupos de discussão, quando iremos mais adiante, em capítulo específico analisar e interpretar suas percepções e que serão nosso objeto de estudo.

Institucionalmente, a GMM como objeto de pesquisa é órgão público constituído e que integra a Administração Pública Direta de Maceió, criada através de Lei municipal e que coexiste com outras instituições policiais da Segurança Pública, dentro dos limites e jurisdição administrativos de atuação, tendo em seus quadros – dados colhidos em 2018, através da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – um efetivo de 642 agentes, entre os quais todos ingressantes através dos concursos públicos de 1996 e 2000.<sup>9</sup>

Além do objetivo principal, o da compreensão da suposta “deterioração institucional”, temos como objetivos mais específicos, analisar a partir dos documentos administrativos (leis, decretos etc.) que têm (des)institucionalizado a Guarda Municipal de Maceió provocando assim o que chamamos de “sentimento de deterioração institucional” da corporação, além de identificar através das percepções de seus agentes o “sentimento” que se aproxima dessa suposta “deterioração institucional”.

No entendimento do principal objetivo do trabalho, no primeiro momento, reside nossa compreensão sobre os processos de suposta “deterioração” da GMM, e que nós acreditamos, apesar do peso do termo, se passar para as medidas administrativas tomadas pelo

---

<sup>8</sup> Para melhor compreender os conflitos entre a Guarda Municipal e os camelôs, recomendamos a leitura de “**Cidade e conflito: guardas municipais e camelôs**”, escrito por Kátia Sento Sé Mello (Editora da UFF, Rio de Janeiro, 2011). Nesse estudo a pesquisadora conta como iniciou seu trabalho de pesquisa: “Quando iniciei a pesquisa de campo, em 2002, meu olhar estava igualmente voltado para o espaço da cidade, em particular para a atuação da Guarda Municipal que, envolvida em constantes conflitos com os “camelôs”, expressa uma maneira de resolvê-los com base em princípios repressivos e violentos, trazendo transtornos e insegurança para a população” (MELLO, 2011, p. 17).

<sup>9</sup> Os dados contidos aí não contemplam o quantitativo dos Agentes Efetivos Enquadrados (AEE), nem os Agentes Conveniados (AC) e nem os agentes que estão à disposição de outros órgãos.

Poder Executivo que, através de Reformas Administrativas no âmbito do município, ora implanta a corporação (em 1989), ora modifica, até culminar em sua extinção, no ano de 2009; bem como nos anos de 2012 e de 2017, com outras reformas administrativas, a instituição nem sequer é reativada e aos poucos vai “desaparecendo”<sup>10</sup> a GMM, resistindo somente nos cargos de inspetor, subinspetor e guarda municipal.

Já no enquadramento aos objetivos específicos, tratamos de uma análise dos desdobramentos provocados pelos atos administrativos que têm produzidos documentos de modificações e de ruptura na corporação, bem como identificar nas falas dos agentes como se constrói/construiu os processos de suposta “deterioração”.

Nesse sentido, para entendermos como tais fatos ocorrem a partir da ação do Poder Executivo é de fundamental importância revisitar as questões relacionadas a **autonomia** dos Poderes, em especial, a **autonomia municipal** prometida como cláusula pétrea pela Constituição Federal de 1988 que, em seu Art. 1º regra o seguinte: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direto”. É de conhecimento de todos que cada esfera possui sua autonomia, todavia, em se tratando do município no gerenciamento da segurança pública municipal, é detentor dessa autonomia na prática?

A cidade como instituição onde se tem como colo a sede de suas guardas municipais, no contexto atual, corporações estas responsáveis constitucionalmente pela proteção de bens e etc., mas tão cara à segurança pública municipal e que, à época em que a teoria da clássica Escola de Chicago era aplicada, quer queira quer não, referendava, a importância da contribuição dos estudos sobre a cidade para a compreensão da ocupação urbana, dos conflitos sociais na periferia, da delinquência, da violência urbana como todo, da segurança e da proteção da propriedade, do papel das forças policiais e de controle social.

---

<sup>10</sup> A seriedade com a qual supomos que a instituição Guarda Municipal de Maceió está “desaparecendo”, é justamente com relação à sua existência jurídica, fato que não existe, já que foi extinta em 2009. Por isso, a força desse termo demonstra que, embora no imaginário dos maceioenses a GMM exista, não podemos tomar como obrigação deles saber que juridicamente ela não possui mais força jurídico-administrativa para funcionar. Está lá esboçado no muro do quartel, prédio antigo, localizado no bairro do Vergel do Lago, no Conjunto Joaquim Leão, o emblema e a denominação da corporação e como tal pode ter alimentado nas comunidades que a instituição exista como um órgão de fato e de direito. O que existe são os cargos de inspetor, subinspetor e de guarda municipal, no que funcionam com funções e atribuições em consonância com os estatutos da própria GMM bem como do estatuto dos servidores públicos do município de Maceió. Desaparecendo no seguinte sentido: dada a forma como gerenciaram e gerenciam os gestores e pela medida de extinção tomada por um deles, sem sequer atualizar o quadro de efetivos desde 2000, sabendo que esse mesmo efetivo estaria um tanto “velho” cuja taxa de idade está entre 41 a 70 anos de idade que compreende segundo dados da SEMSCS/2019 84% de um total de guardas municipais concursados de 642 agentes. Esse desaparecimento, além de jurídico, levamos em conta como um “desaparecimento simbólico”. E como tal, quais os efeitos disso nos agentes, principalmente os que participaram dos GDs?

Ainda assim a releitura de Park, por exemplo, mostra-nos a relevância de algumas similaridades, por mais que haja diversidade entre as culturas e especificidades em cada uma delas, mas enquanto estudo, ocorrido no início do século XX, elementos contemporâneos que nos ajudam a compreender a cidade de hoje e uma gama enorme de fenômenos sociais ligados a ela e a dinâmica da violência urbana.

Nesse sentido, o que significa a cidade como uma instituição para nós (a Guarda Municipal de Maceió também o é), se não fosse possível debatermos sobre a autonomia que ela tem para gerir seus recursos e seu *corpo administrativo*?

Por esse ângulo, a abordagem que empreendemos, além da compreensiva-exploratória, também traz um teor crítico-reflexivo, tendo como principal foco como se dá o processo de suposta deterioração da GMM como instituição, levando-se em consideração ainda a influência da autonomia municipal legada ao Poder Executivo, para a tomada de decisão entre as quais atos administrativos *ex-officio* e, até, e a própria extinção da Guarda Municipal de Maceió como órgão autônomo e pessoa jurídica, e seus efeitos sobre os agentes que a integram.

Por esse meio, entendemos necessário fazer uma releitura conceitual dos termos **autonomia** e **município** a partir da perspectiva de Hely Lopes Meirelles, por abranger três aspectos importantes que contribuem para o nosso trabalho de pesquisa, a saber:

Do ponto de vista *sociológico*, o Município Brasileiro, como qualquer outro, é o agrupamento de pessoas de um mesmo território, com interesses comuns e afetividades recíprocas, que se reúnem em sociedade para a satisfação de necessidades individuais e desempenho de atribuições coletivas de peculiar interesse local.

Sob o aspecto *político*, o Município Brasileiro é entidade estatal de terceiro grau na ordem federativa, com atribuições próprias e governo autônomo, ligado ao Estado-membro por laços constitucionais indestrutíveis (CF, arts. 18, 29 e 34, VII, 'c').

Na ordem *legal*, o Município Brasileiro é pessoa jurídica de direito público interno (CC, art. 41, III), e, como tal, dotado de capacidade civil plena para exercer direitos e contrair obrigações em seu próprio nome, respondendo por todos os atos de seus agentes (CF, art. 37, §6º). (MEIRELLES, 2008, p. 127-128) (Grifos do autor)

Recoberto pela Constituição Federal e demais Códigos (Código Civil, p. ex.), o Município é dotado de autonomia governamental para gerir seu próprio *corpo administrativo*.<sup>11</sup> Com tal autonomia, implica a ação administrativa sobre os seus órgãos e agentes, seja com o intuito de atingir o interesse público, seja para alcançar o sucesso de sua

<sup>11</sup> Entenda o/a leitor/a *corpo administrativo* como órgão público constituído de membros dotados de funções e atribuições, com algum tipo de vínculo empregatício, seja por via de concurso público, seja por via de contrato, ou qualquer outro vínculo previsto em Lei, com sede fixa, com ou sem CNPJ, ligado direta ou indiretamente à Administração Pública.

autogestão. É essencial saber que se concretiza a legitimidade de suas medidas no momento de modificar, criar e extinguir órgãos internos, ao atingir objetivamente aqueles que a ele, o órgão, mantenham algum tipo de vínculo, por via de concurso público e/ou por via de contrato com fins empregatícios. E cada medida tomada sobre o *corpo administrativo* surte efeitos sobre os seus membros. Um exemplo disso são as medidas tomadas pelo Poder Executivo no ano de 2009 ao extinguir a Guarda Municipal de Maceió para criar em 24 de julho do mesmo ano a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Segurança Comunitária e Cidadania.

A GMM deixou de existir perdendo sua pessoa jurídica e, conseqüentemente, sua autonomia de gerenciamento, tornando-se uma espécie de “órgão-apêndice” de uma secretaria que foi criada a partir da fusão de outros órgãos, tendo os cargos de inspetor, de subinspetor e de guarda municipal, incorporados a essa Secretaria. De certa forma, a identidade do *corpo administrativo* que compunha e integrava aqueles cargos fora corroída com sua extinção e, hipoteticamente, desencadeando nos seus agentes o suposto sentimento de abandono, enfim, o que denominamos de sentimento de deterioração institucional.

Não se engane o/a leitor/a o cunho um tanto seco de nosso trabalho. O nosso intuito é apresentar os efeitos que surtem a partir dos atos administrativos e das sanções “legais” sobre os agentes quando em nome do interesse público e/ou da economicidade de autogestão o Poder Executivo adota medidas que atingem direta e indiretamente aos órgãos e aos seus agentes. E conseqüentemente tais efeitos recaem como uma lança afiada sobre o sentimento desses agentes, uma vez que regidos pelos princípios constitucionais (legalidade, proporcionalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade etc.) são indivíduos dotados de forte carga emotiva e sentimental e como seres humanos passíveis de sentirem física e emocionalmente os efeitos dos atos administrativos dos gestores.

Nesse sentido, empreendemos por esse caminho por acreditar que é parte integrante do trabalho revisar os aspectos relacionados à juridicidade administrativa por tratar-se a Guarda Municipal de Maceió de um órgão público e participar diretamente da Administração Pública. Além de favorecer a uma interdisciplinaridade entre Ciências Sociais e Direito, pois isso só tem a enriquecer ainda mais nossa pesquisa. Também bebemos de fontes da Antropologia Urbana e Social, bem como da Psicologia Social. E dado o estudo iniciado pelos conceitos de autonomia e município para termos uma ideia mais nítida da dimensão dos efeitos conseqüentes das ações administrativas que modificam e extinguem a corporação GMM e do Poder Executivo em manter ativo/inativo como pessoa jurídica, assim como os demais órgãos

que possuam relativa autonomia e poder de polícia dentro da Administração Pública para gerir seu próprio *corpo administrativo*.<sup>12</sup>

Sendo assim, o município sob a prerrogativa de possuir uma autonomia, não plena que se fique claro, relativa e que detém sob si com poderes para junto ao Legislativo municipal implantar, criar, alterar, decretar, disciplinar e/ou extinguir órgãos e cargos públicos, caso haja suprema necessidade do interesse público, acreditamos está aí algumas de nossas pistas que perseguiremos ao discorrer do trabalho, o fato de tantas vezes a Guarda Municipal de Maceió ter passado por diversos processos de modificação institucional até sua extinção em 2009, e, conseqüentemente, tais efeitos terem recaído sobre a maneira de atuar, de ver, de pensar e sentir de seus agentes, e que buscaremos identificar em suas percepções tal sentimento em seção específica.

## 1.1 DA POSSIBILIDADE DE DESENVOLVER UM NOVO CONCEITO

Requer no presente trabalho ainda definir o que chamamos de “sentimento de deterioração institucional”. Em primeira mão, elaboramos da seguinte forma: Cômico de não termos uma verdade absoluta sobre o assunto, visto ser elemento que compõe interdisciplinarmente a Psicologia (Social), trata-se do sentimento de certeza sobre perspectivas negativas em que está em jogo o futuro de uma instituição de fechar suas portas e, conseqüentemente, seus efeitos recaírem sobre os seus agentes produzindo nestes forte carga emocional de perda de algo que conquistou com luta, com mérito, no caso o cargo efetivo de guarda municipal enfrentando ampla concorrência, no caso, os concursos públicos ocorridos em 1996 e 2000.

O que seria esse “sentimento de deterioração institucional” e como desenvolver o seu conceito? Apresentamos alguns dos elementos constitutivos de nossa “tese”, mais adiante. A partir do momento em que o agente da Guarda Municipal sofre os efeitos dos atos administrativos produzidos pelo Poder Executivo e, como tal, é através desses atos que ocorrem as modificações, alterações, rupturas e até extinção de secretarias, órgãos e cargos públicos, em que é acometido hipoteticamente o agente de um sentimento de “perda”, de “abandono”, cuja expectativa de futuro sobre sua carreira é frustrada, embebida de

---

<sup>12</sup> Para saber mais sobre os conceitos de município e de autonomia, recomendamos a leitura de Ferreira (1990), Castro (2006) e Baracho (1986) que trazem sob o aspecto do direito administrativo, importantes contribuições sobre a temática. Vide nas referências o título das referidas obras.



pessimismo e de angústia. Daqui, do nível psicoemocional aparecem as características do primeiro elemento.

Acometido de tal sentimento de “perda” e de “abandono” com o fim de uma instituição à qual venha a integrar, incorpora para si e em si esse mesmo sentimento – eis então o segundo elemento constitutivo da deterioração, o sentimento de dor, de risco, de frustração e de falta de perspectiva de futuro junto à instituição –, quase de dor, pelo simples fato de uma corporação deixar de existir pondo em risco não somente o bem estar e conforto da família que provavelmente dependerá da remuneração, bem como do seu próprio futuro do profissional enquanto agente de carreira.

Procedimento administrativo bastante comum, nos tempos em que o país passa por grave crise econômica e administrativa, de proporções internacionais, quando o Poder Executivo, na figura do prefeito, alega economicidade orçamentária e/ou interesse público, resolve decretar extinção do órgão e/ou do cargo que não dá lucro nem é útil para o município, trazendo somente encargos financeiros para a Administração e para o município seus ônus negativos. Nesse interstício, o terceiro elemento: o ônus negativo para o município de apresentar a instituição como encargos e “inutilidade”. Mais um elemento, então, que culmina com a extinção da GMM.

Extinguindo o órgão público, o passo seguinte fica mais próximo da extinção dos próprios cargos que foram criados com os concursos públicos de 1996 e de 2000 e que integram ou integravam o órgão recém extinto. Dessa maneira, fazemos uso da **imaginação sociológica**, à moda de C. Wright Mills (1969)<sup>13</sup>, para pensar sobre os efeitos e reflexos das ações e sanções administrativas vindas de cima, das mãos dos gestores que à maioria dos casos vêm de uma elite política e desconhece a realidade cotidiana das instituições que governa, e como tal recaem sobre os agentes que a elas pertencem e que não possuem poderes para criar leis e/ou decretos, nem tão menos o poder discricionário, poder esse *ex-officio*, para nem sequer criar ou extinguir cargos.

Parece que essa elite que chega ao Poder Executivo municipal carrega um pouco de culpa. Assim, precisamos entender que elite política é essa, corrente em todo o meio sócio-político, ditando regras de comportamento funcional. E esse entendimento implica até no modo metodológico do fazer científico, nos rumos que devemos dar à própria pesquisa.

---

<sup>13</sup> MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

Para estudar a fundo a **elite** Mills (2009), levou em consideração suas experiências anteriores sobre ela, produzindo assim um interessante arquivo que resultaria em uma de suas mais importantes obras “A imaginação sociológica”, que de forma enfática nos ensina que

Um bom trabalho em ciência social hoje não é, e usualmente não pode ser, composto de uma “pesquisa” empírica bem delineada. Ele se compõe antes de um grande número de estudos que, em pontos-chave, ancoram afirmações sobre a forma e a direção do assunto. Assim a decisão – quais são esses pontos de ancoragem? – não pode ser tomada até que os materiais existentes sejam retrabalhados e formulações hipotéticas gerais construídas. (MILLS, 2009, p. 28-29)

Mills (2009) é bastante taxativo ao pensar, categoricamente, sobre a investigação empírica como algo “sem” virtude, sem, ao menos, negar sua importância para a pesquisa, quando isso for enfaticamente necessário. Por isso que ele, nos mostra qual o objetivo dessa modalidade, nos seguintes termos:

Não há mais virtude na investigação empírica que na leitura. O objetivo da investigação empírica é dirimir discordâncias e dúvidas acerca de fatos, e assim tornar discussões mais frutíferas ao basear todos os lados de maneira mais substantiva. Fatos disciplinam a razão; mas a razão é vanguarda em qualquer campo do saber. (MILLS, 2009, p. 33)

Discutimos esse aspecto metodológico justamente porque, embora não abrimos mão de apresentar dados quantitativos, o nosso principal usufruto de análise para compreender como se dá o processo do suposto sentimento de deterioração institucional da GMM, serão as percepções dos agentes da Guarda Municipal de Maceió, e portanto, usufruto de uma abordagem qualitativa.

Com tal perspectiva sociológica, reforçamos nosso estudo sobre o “drama” institucional vivido ao longo de sua existência pela Guarda Municipal de Maceió e seus agentes. As formas administrativas impetradas pelo Poder Executivo que ora a altera, ora a “desconstrói”, de certa maneira despertando uma suposta desconfiança sobre a atuação da corporação e sobre a legitimidade das ações de seus agentes, gerando, assim, entre outros sentimentos o de abandono e de perda junto aos agentes participantes.

Por outro lado, hipoteticamente, não seria outro sentimento de perda do agente, o de perceber que passado o órgão do qual é membro efetivo por um processo de suposto “sentimento de deterioração institucional” – processos administrativos que institucionalizam e “desinstitucionalizam” pela via das sanções e penalidades os órgãos e os cargos públicos – em que se vai corroendo e se desestruturando uma instituição pública, ao longo de sua existência/ausência/invisibilidade e que supostamente vem ocorrendo com a GMM desde que

foi criada pela Lei Municipal nº 3.823, de 23 de dezembro de 1988 e implantada por meio da Lei Municipal nº 3.961, de 29 de dezembro de 1989, sofrendo assim com diversas alterações até chegar à sua extinção em 2009, onde a GMM deixa de existir como órgão constituído de pessoa jurídica, aglomerando e integrando em seus quadros funcionais tipos de funcionários estranhos à atividade recomendada pela Constituição Federal (1988) como comissionados, conveniados, terceirizados, militares, fiscais de postura, administrativos etc.

Com uma Reforma Administrativa no ano de 2017, surge um novo produto do Poder Executivo que por meio do Decreto Municipal nº 8.379, de 31 de janeiro de 2017, altera a nomenclatura da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Cidadania (SEMSCC) criada em 2012 – quando a Guarda Municipal de Maceió já havia sido extinta, resistindo mais uma vez os cargos de inspetor, de subinspetor e de guarda municipal – para Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMSCS), criando novos cargos de comissão, a exemplo do cargo de comissão de nível intermediário, código DAS-3, de Inspetor Geral, nada mais do que uma espécie de apêndice que contribui para a persistente existência dos referidos cargos. A história corrente – o discurso vigente entre gestores e agentes, para desconhecimento da população – é a de que a extinta Guarda Municipal de Maceió integra aquela secretaria. Nesse contexto, surge-nos, ainda, o seguinte questionamento: Por que ao invés de o órgão integrante à nova secretaria estar denominada como Inspetoria Geral e não Guarda Municipal de Maceió?

## **1.2 DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA EM ESTUDAR A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ**

Nesta subseção nossa discussão girará em torno do objeto de pesquisa, em que nossa concepção reside no seguinte fundamento: O objeto de pesquisa precisa existir tanto objetiva quanto subjetivamente nas formas concretas, especificamente, com realidade observável, nas formas da lei, das hipóteses até, da construção de suas ações individuais e/ou coletivas, institucionais ou não, institucionalizadas ou não, e que aparentemente apresente atuação na sociedade como um todo e/ou nas comunidades locais, promovendo relações entre coisas, objetos e sujeitos, bem como na força simbólica de seus possíveis capitais simbólicos, bens materiais e imateriais e formas e expressões do pensamento humano sobre as instituições e seus agentes.

Sendo assim, justificamos o estudo sobre a instituição Guarda Municipal de Maceió (GMM), por tratar-se de órgão público que possui um papel importante na segurança da

cidade, dos bens, serviços e patrimônio da municipalidade e de seus munícipes; sem termos nos defasados limites jurídicos frente ao absurdo da crescente violência urbana refletida nas taxas de homicídios e nos índices de criminalidade, cuja Constituição Federal só vê as Guardas Municipais como órgão público de proteção dos bens, serviços e patrimônio público. Propomos um avanço significativo na atuação dos agentes. Isso porque à época em que construíram a CF, os parlamentares constituintes não perceberam os municípios com a responsabilidade sobre a Segurança Pública.

Se bem que, atualmente, as Guardas Municipais, estejam regidas por uma Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, além de regulamentar novas atribuições às guardas municipais e que lhes dá porte de arma de fogo, poder de polícia, condução de suspeito, fiscalização de trânsito e ambiental, controladoria interna como uma espécie de polícia judiciária-administrativa de âmbito municipal, usufruto do uso progressivo da força, uniforme próprio, plano de cargo e carreira próprio, autogestão etc. Todavia, que necessita, além da compreensão e consciência do Poder Executivo municipal em regulamentar a nível municipal tais parâmetros adequando a Guarda Municipal à nova realidade institucional, bem como compromisso em se combater a criminalidade dentro de seus limites e compreendendo as Guardas Municipais como órgãos colaborativos e auxiliares no campo da Segurança Pública.

Então, por que estudar a Guarda Municipal de Maceió? i) Porque ao longo do curso de Ciências Sociais, o pesquisador tenha participado de diversas pesquisas de iniciação científica institucionais na universidade pública; ii) o próprio curso de Ciências Sociais, com todo os conteúdos e conhecimentos adquiridos contribuiu para despertar o olhar sobre a segurança pública municipal; iii) com a produção de relatórios e participações em eventos sobre Segurança Pública e Violência Urbana, despertaram nosso olhar para o papel da Guarda Municipal.

Assim, percebendo a ausência da participação da GMM no subcampo da segurança pública em Maceió –, como órgão público cujas funções e atribuições poderiam auxiliar de forma preventiva e proativa no combate à criminalidade e na prevenção à violência urbana em todos esses anos de existência, é que objetivamos estudar essa instituição, voltando nossa atenção para as percepções dos agentes produzidas através da participação em entrevistas aplicadas dentro dos grupos de discussão, para daí, através de uma análise de discurso, bem como de conteúdo em dada medida que se fizer necessário, estudar o que denominamos “sentimento de deterioração institucional”.

Farta literatura acerca da temática sobre as Guardas Municipais, sua formação, identidade, atuação e papel frente à segurança pública das cidades aponta para a necessidade

de uma espécie de municipalização da própria segurança pública, uma vez constatado o modelo de gerência estatal pautado numa gestão descentralizada. Onde a União se responsabiliza com a segurança territorial e fronteiriça a nível nacional, os Estados-membros responsabilizam pela segurança interna, ostensiva e judiciária, e os municípios com a segurança dos bens, serviços e propriedades da municipalidade. Essa seria a disposição das três esferas político-administrativas.

Se bem que tal literatura demonstra que em se tratando do avanço desenfreado da violência urbana nas principais cidades metropolitanas, o município tenha ganhado mais força no implemento de políticas públicas no campo da segurança pública, como é possível constatar em importante contribuição organizada por Sento-Sé (2005) que traz contribuições valiosas de Kahn (2005), Soares (2005) e Guindani (2005).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Os títulos dos artigos desses autores constam ao final do presente trabalho, em Referências Bibliográficas, a título de informação.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos utilizamos a observação participante (AGUIAR, 1978) que enfatiza “Que os dados de observação participante são profundos, na medida que atingem níveis de compreensão dos fatos sociais não alcançados pelos *surveys*” (AGUIAR, 1978, p. 125). Onde buscou-se observar as atividades desenvolvidas durante os serviços no ambiente de trabalho em seu cotidiano, visto que se aproveitou não apenas a experiência de vivência e de convivência do pesquisador enquanto agente da instituição estudada por quase 25 anos de serviço como guarda municipal concursado; além de, sob uma perspectiva sociológica, observar por 3 meses, entre janeiro e março, de 2019, mais especificamente o cotidiano dos agentes e dos grupos do qual integram.

A partir do uso desse procedimento é que iremos relacionar as percepções dos participantes com sua labuta diária, buscando compreender não apenas o sentimento de suposta “deterioração institucional” da Guarda Municipal de Maceió, bem como a prática cotidiana de seus agentes.

O local de observação foi o quartel da Guarda Municipal de Maceió, localizado na Avenida Theobaldo Barbosa, s/n, no bairro do Vergel do Lago – que se diga, de passagem, um dos bairros ditos mais violentos de Maceió. Desse modo, buscamos (re)conhecer as representações funcionais e suas atribuições institucionais exercidas pelos agentes e pelos grupos.

Logicamente que a observação participante exercida pelo pesquisador na qualidade de observador e participante, conforme ressalva Gold (1958) citado por Flick (2004), mesmo reconhecendo as limitações desse tipo de técnica que é o fato de o observador influenciar até no comportamento dos agentes participantes, o que levamos em conta na aplicação desse método é o que nos alerta Flick: “os aspectos principais consistem no fato de o pesquisador mergulhar de cabeça no campo, de ele observar a partir de uma perspectiva de membro, mas, também, de influenciar o que é observado graças à sua participação” (FLICK, 2004, p. 152).

Coadunando com esse pensamento, concordamos com Denzin (1989): “A observação participante será definida como uma estratégia de campo que combina simultaneidade, a análise de documentos, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação direta, e a introspecção” (DENZIN, 1989, citado por Flick, 2004, p. 152). Esse procedimento nos dá um acesso maior ao campo bem à moda de William Foote Whyte, quando da aplicação de sua pesquisa em Cornerville, na condição de observador participante e que resultou em um de seus trabalhos mais recomendados: “Sociedade de esquina” (2005,

edição brasileira), que veio a público, no original, em 1943, em Boston, cidade norte-americana onde ele aplicou a pesquisa.

Sendo assim, a partir desse procedimento nosso estudo passa por uma abordagem qualitativa, sem desconsiderar os dados quantitativos que, no decorrer do trabalho, se apresentem como alternativa de análise e de interpretação ao lado dos dados qualitativos e que apresentaremos ainda nesse capítulo. São os dados “frios” que irão auxiliar na compreensão acerca da estrutura, da agência e da composição da Guarda Municipal de Maceió.

Ainda assim, diante das limitações desse procedimento metodológico, tentaremos minimizar através da aplicação de entrevistas a determinada quantidade de agentes participantes que atenda as necessidades da pesquisa; utilizando como plataforma virtual o aplicativo *WhatsApp* onde construímos dois Grupos de Discussão (GD) reforçando ainda, não a intenção de obter uma amostragem significativa sobre a totalidade do número de agentes da instituição, mas buscar na profundidade das respostas dos agentes participantes dos GDs – nesses GDs aplicamos um Roteiro de Perguntas com 6 perguntas –, comprovar nossas hipóteses de que a Guarda Municipal de Maceió, apesar de ter em seu *corpo administrativo* mais de 600 agentes ingressos por meio de concursos públicos realizados em 1996 e 2000, passa por um suposto processo de deteriorização e, como tal, perceptível tanto numa análise institucional quanto nas percepções dos guardas municipais.

A técnica metodológica através da análise de documentos e de relatórios produzidos pelo Poder Executivo e pelos agentes visa aprofundar sobre os aspectos administrativos, legais e institucionais aliando-os aos aspectos históricos desde a implantação da corporação até os dias de aplicação da pesquisa. Enquanto a quantificação versará sobre os dados em torno do perfil da GMM construindo um quadro panorâmico sobre o efetivo por sexo, por efetivo de idade, por tempo de serviço, por escolaridade etc., nos possibilitando assim um quadro geral sobre a Guarda Municipal de Maceió.

Ao todo participaram da pesquisa 27 agentes, entre os quais 15 agentes do sexo masculino e 12 agentes do sexo feminino, sendo que do lado dos Guardas Masculinos (Gm) houve duas desistências e do lado dos Guardas Femininos (Gf) três desistências, totalizando assim, de participantes, efetivamente, da pesquisa, os 22 agentes, sendo 13 Gms e 9 Gfs perfazendo assim um total de 22. Distribuímos esse efetivo em dois Grupos de Discussões, ou o que chamamos, também, de *focal group*, com base em Weller e Pfaff (2013) e Gaskell (2002). Porém, denominamos de Grupos de Discussão ou GDs.

Metodologicamente, a entrevista semidiretiva ou semiestruturada contribui para compreendermos em que medida os agentes participantes constroem o sentimento de

deteriorização institucional da Guarda Municipal de Maceió. E tal procedimento também foi pensado ao formularmos as perguntas e inseridas na plataforma virtual onde ocorreram os GDs.

As vantagens da entrevista as percebemos ainda na plataforma e logo que formulamos as perguntas e obtivemos as respostas, no que, posteriormente, enredou para as discussões mais avançadas ultrapassando, de certo modo os limites da estrutura de entrevista. Todavia, não a negligenciamos de modo algum, considerando, mesmo com a obtenção de resposta longas de alguns participantes, como entrevista, mesmo que não presencial. Pois, elemento bastante forte – característico e peculiar para sua aplicabilidade em grupos focais – foi a formulação de um Roteiro de perguntas como regra muitos dos manuais de Metodologia Científica, mantendo assim uma estrutura de entrevista semidiretiva e incluso no interior do aplicativo *WhatsApp* que utilizamos como ferramenta metodológica para a construção dos GDs.

Contudo, de acordo com Flick (2013): “O objetivo da entrevista é obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema. Por isso as questões devem dar início a um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado” (FLICK, 2013, p 115). Além desse procedimento após um levantamento bibliográfico sobre a temática utilizaremos como método a análise documental (análise de Leis, Decretos, Relatórios e Depoimentos inscritos em Atas de Ocorrência feitas pelos agentes em serviço como uma de suas ferramentas para registrar e relatar possíveis ocorrências em seu posto de serviço enquanto presta serviço), quando faremos um breve histórico do marco legal de criação e implantação da instituição Guarda Municipal de Maceió até sua extinção.

Levando-se em consideração que a instituição Guarda Municipal de Maceió, até o ano de 2015 se constituía de 806 agentes somando-se a esse universo de agentes os efetivos concursados de 1996 e 2000, os efetivos enquadrados e os conveniados provindos de outros órgãos, distribuídos da seguinte forma: Agentes Efetivos Concurados (AEC) 670 agentes, distribuídos num corpo administrativo de 129 mulheres e 541 homens, e que compunha o quadro hierarquicamente assim: 21 inspetores e 4 inspetoras; 10 subinspetores e 5 subinspetoras; 510 Gm e 120 Gf. E quanto aos Agentes Efetivos Enquadrados (AEE), a GMM era composta da seguinte forma: 118 AEEs distribuídos assim: 98 homens e 20 mulheres, e hierarquicamente, 4 inspetores e 3 inspetoras, 3 subinspetores e 8 subinspetoras, e 91 Gm e 9 Gf. O quadro de Agentes Conveniados (AC) era, então, composto assim: 3 homens e 6 mulheres do órgão chamado COMARHP, num total de 9. Havia um quadro de agentes à disposição de outros órgãos, a saber: 14 homens e 5 mulheres, num total de 19 agentes.



Ainda, como procedimento metodológico distribuímos os 22 agentes em dois Grupos de Discussão (GD 1 Aleph e GD 2 Alpha), ficando assim: 11 + 11, dada a desistência de um número pequeno, nos damos por satisfeitos com essa composição de grupos e com os que decidiram participar, pois, atendeu às necessidades de nossa pesquisa. De acordo com a literatura sobre essa ferramenta metodológica, utilizamos como aporte teórico Flick (2013) e Weller (2013) onde concordamos que os grupos focais ou grupos de discussão, enquanto método em algumas situações também podem fornecer dados que precisarmos a partir da discussão cujo tema poderá estar relacionado ao suposto processo de deteriorização institucional ao qual supostamente sentem os agentes enquanto guardas municipais e que objetivamos interpretar a partir das percepções dos agentes participantes.

A partir dessa discussão dentro de um grupo de participantes locais, conforme Weller (2013): “O objetivo maior do **grupo de discussão** é obtenção de dados que possibilitem a análise do contexto ou do meio social dos entrevistados, assim como de suas visões de mundo ou representações coletivas” (Grifo nosso).

Os grupos de discussão (GD) tiveram internamente distribuídos aleatoriamente os agentes, sendo que no **GD 1 Aleph** foi composto por 11 agentes, entre os quais 6 Guardas Masculinos (Gm) e 5 Guardas Femininos (Gf), que, por questões de sigilo e de integridade física e moral dos participantes os identificamos nesse GD da seguinte forma: Gm1, Gf2, Gm3, Gf4, Gm5, Gf6, Gm20, Gf21, Gm22, Gf23 e Gm24; assim, não nos preocupamos com a sequência numérica. Fizemos um Roteiro de Perguntas, mas damos vazão à espontaneidade acreditando que assim seria um meio de deixar os participantes à vontade, sem a coação das questões, para que pudessem participar livremente, na **forma escrita**, pois, estaria, aí elementos reveladores e intrigantes que contribuiriam de forma contundente para a discussão e para a pesquisa.

Daí, durante o processo de discussão, foram surgindo novos questionamentos, no que fomos aproveitando no andar da discussão. Importante ressaltar que cada GD tivera suas peculiaridades, dada a diferenciação e heterogeneidade de cada agente participante que, por vezes, achamos interessante transcrever as falas e as perguntas que por ventura não tenham surgido ou feitas nos demais GDs, ou não estejam no Roteiro.

O aplicativo gratuito *WhatsApp* foi utilizado como plataforma virtual para aplicação metodológica de dois Grupos de Discussões (GD), denominados GD Aleph e GD Alfa, cada um deles formados por 11 agentes participantes, sendo, no primeiro 5 agentes do sexo feminino ou GF e 6 agentes do sexo masculino ou GM, e no segundo, 4 GFs, e 7 GMs. Por que utilizamos esse aplicativo? Primeiramente, tivemos a preocupação de saber o acesso à

internet confiável dos agentes participantes e que todos através de sinal de *wifi* ou de dados móveis do próprio celular pudessem participar ativamente no dia e no horário previamente combinado.

Seguidamente, pela economicidade, pelo conforto, descrição, privacidade, por não ter a distância como obstáculo e nem desencontros de lugares físicos onde os participantes tivesse dificuldade de locomoção para chegar ao lugar e ao dia e horário determinados, para que mesmo escalado em serviço ou não fosse possível interagir e participar dos GDs, evitando aborrecimentos e contratempos do dia a dia. Tal plataforma virtual, à maneira de outras plataformas mesmo que bem mais elaboradas e confiáveis como o *Moodle*, nos oferece a quem o utiliza também a confiabilidade de interação e troca de linguagens e de conhecimento, além de infinitas informações, vídeos, áudios, documentos.

Ainda, metodologicamente criamos dois GDs, convidando aos agentes a participarem com suas contribuições respondendo às perguntas guiadas e participando das discussões. Na inicial de cada GD, postamos os termos de livre consentimento dando a maior liberdade para quem quisesse participar da pesquisa. Os que aqui participam têm plena consciência do aceite dos termos. Então, combinada a hora de acesso para as discussões com todos de cada GD *online* ao mesmo tempo para que ao ler a pergunta respondesse na forma escrita, que acreditamos nós, como forma mais viável, segura e legível e que atenderia as necessidades e propósitos da pesquisa. Com dia e hora de início e de término marcados, quanto ao local, deixamos para que os agentes escolhessem ou reservassem onde estivessem para participar.

Não foi algo acordado de supetão. Houve cerca de vinte dias de diálogos com esses agentes sobre a relevância da pesquisa, a importância de participarem, da seriedade científica e do compromisso selado que cumprissem sem prejudicar ao outro ou ao andamento da pesquisa, sempre firmando o respeito a todos os princípios, a receptividade e o debate recíprocos.

A nós nos reservamos o papel de mediador, observador e provocador. Escolhemos e decidimos pelas datas de 24/02/2019 e 12/03/2019, depois de algumas tentativas de marcações frustradas dado a compromissos de um ou outro agente participante, até que finalmente conseguimos esses dias anteriormente mencionados e descritos nos cabeçalhos das Fichas Técnicas.

Ao tempo foi dado uma duração de duas horas, o suficiente para que pudessem se comunicar sem excesso – embora esteja presente escritas extensas de uns e escritas curtas de outros, mas tudo bem, respeitamos a forma de expressar de cada um – e num horário que acreditamos e concordamos ser o mais confortável que foi entre as 20h00 e as 22h00, horário

que geralmente, os agentes após um dia de labuta chega em seu lar, janta e, em tese, descansa. Pedimos a cada um deles que reservassem esse horário, por mais difícil que fosse, mesmo que abdicassem de algum programa favorito, pelo menos naquele dia e naquele horário combinado.

É possível que haja falhas – mínimas e que não prejudicaram os resultados qualitativos da pesquisa – seja na elaboração das perguntas, seja nas respostas dadas pelos participantes, visto que não visamos correção gramatical em nenhuma das respostas escrita e transcritas para o trabalho; nem visamos a observação *face to face* muito utilizada por Goffman. Um de nossos propósitos foi justamente o conforto do participante em seu lar ou em seu trabalho, ou onde estivesse e que sem prejuízo de sinal de internet pudesse interagir com todos *online*. Uma de nossas preocupações foi a enorme produção de escrita tendo em vista o rico capital cultural de nossos agentes participantes, pois, constatou-se que todos possuíam curso de nível superior e especialização em alguma área do conhecimento.

Apesar das limitações desse método, que por ventura sejam apontados, encaramos como importante aprendizado para que adiante nos aperfeiçoemos ainda mais em prol do conhecimento e da Ciência. Temos a consciência disso, entanto, a utilização desse tipo de tecnologia, só contribui para a nossa pesquisa, seja como *interface*, seja como elemento metodológico que abraça tanto o conhecimento quanto a tecnologia digital por meio do uso de um aplicativo acessado por mais de um bilhão de pessoas no mundo.

Nesse sentido, o uso do aplicativo *WhatsApp* nos ajudará a atender as especificidades de cada grupo, mesmo sendo composto de agentes da GMM, levamos em consideração a formação acadêmica-política-cultural de cada indivíduo, e cremos não prejudicar nossos resultados finais; pelo contrário, as falas e respostas às perguntas fora do Roteiro inicial só nos trouxeram mais calor e inquietação enriquecendo ainda mais nossa pesquisa.

Uma ressalva que se faz necessário é o capital cultural – a média avançada de efetivo com graduação e pós-graduação em cursos de nível superior, por isso algumas respostas possuem teor rebuscado, de certa maneira, a alta escolaridade desses agentes tenha prejudicado um pouco nas respostas, cuja naturalidade não foi o ponto forte nem a espontaneidade, visto o esforço de cada agente participante em dar a melhor resposta, na **forma escrita**, e a mais pensar com algum tipo de temor, provavelmente, de serem taxados de ignorantes ou desconhecedor de causa ou sobre o assunto –, acima da média em comparação aos demais órgãos do município, dos agentes participantes, que integram os dados da pesquisa quantitativa feita no ano de 2019, conforme Relatório produzido em agosto de 2019 a partir do acesso ao quantitativo, por variáveis, do efetivo dos guardas municipais efetivos, somente

na categoria Agente Concursado, logo a seguir, visto que os agentes que participaram eram todos concursados.

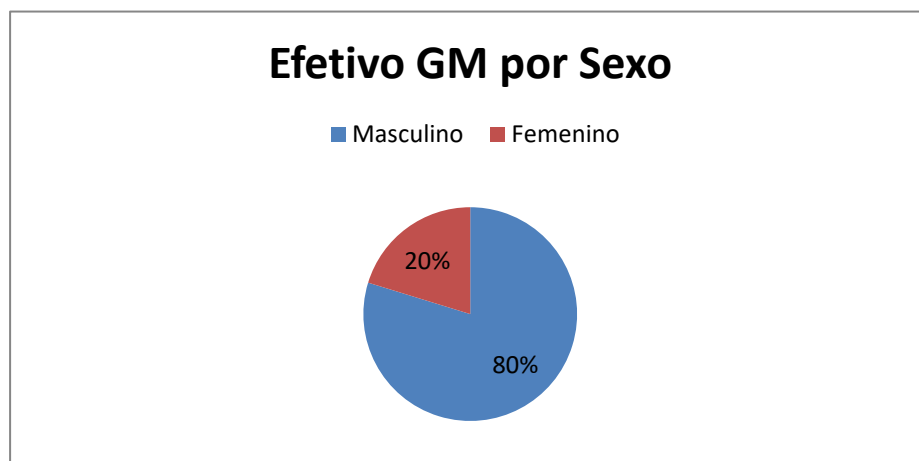
Os dados a seguir colhidos da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMSCS) para melhor visualização panorâmica que contribuem para nossa compreensão do Perfil dos agentes da GMM e seus efeitos sobre as respostas dadas por eles.

## **2.1 SOBRE O EFETIVO DA SEMSCS – INSPETORIA GERAL DA GUARDA MUNICIPAL – AGOSTO DE 2019**

Resolvemos incluir neste capítulo dados colhidos na própria secretaria onde os agentes trabalham, com o intuito de contribuir à pesquisa trazendo um perfil do quadro atual da instituição, levando-se em consideração somente o efetivo de guardas municipais concursos, excluindo as categorias inspetor e subinspetor, visto que toda a discussão gira em torno dos agentes envolvidos na pesquisa e que integram a categoria do cargo efetivo de guarda municipal. Para que se fique claro, a Inspetoria Geral da Guarda Municipal de Maceió é resultante de uma reforma administrativa orquestrada pelo Poder Executivo municipal e que tal Inspetoria funciona como uma espécie de departamento e não órgão dentro da Secretaria Municipal de Segurança e Convívio Social, onde possui diversos outros funcionários de categoria que não são da área de segurança pública como assistentes administrativos, apoio de serviços gerais, fiscais de postura, dentre outros.

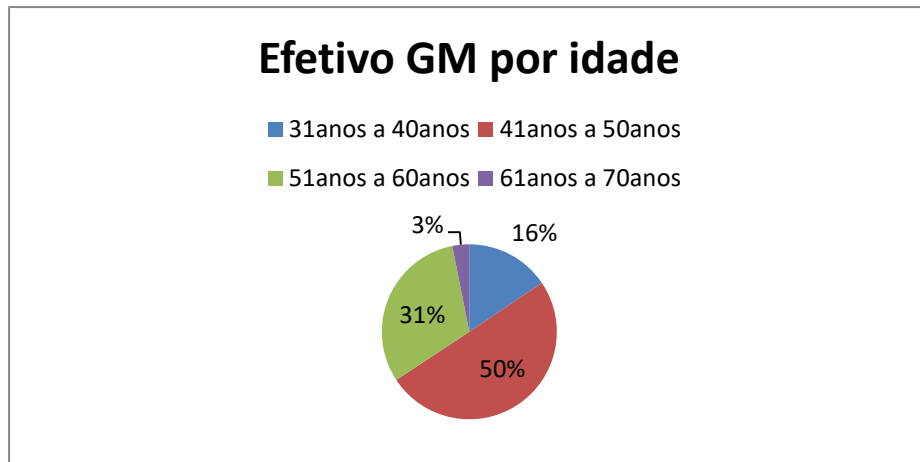
### ✓ **EFETIVO POR SEXO:**

- **512 - Masculinos**
- **130 - Femininos**



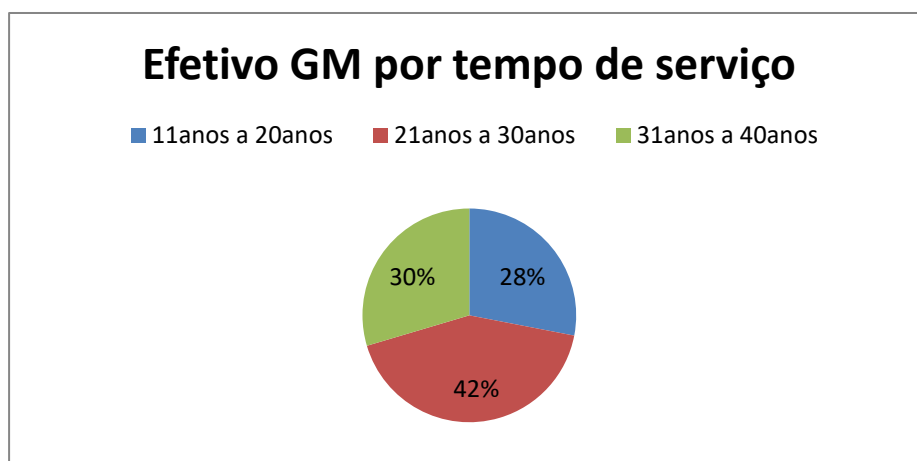
✓ **EFETIVO POR IDADE:**

- 100 – 31 anos a 40 anos
- 322 – 41 anos a 50 anos
- 200 – 51 anos a 60 anos
- 020 – 61 anos a 70 anos



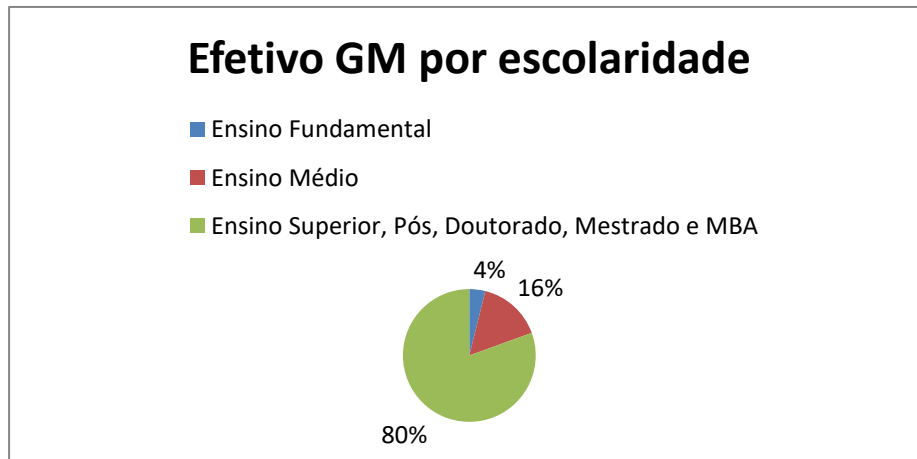
✓ **EFETIVO POR TEMPO DE SERVIÇO:**

- 180 – 11 anos a 20 anos
- 272 – 21 anos a 30 anos
- 190 – 31 anos a 40 anos



✓ **EFETIVO POR ESCOLARIDADE:**

- **025 – Ensino Fundamental**
- **100 – Ensino Médio**
- **517 – Ensino Superior, Pós, Doutorado, Mestrado e MBA.**



As perguntas que inicialmente utilizamos para controle dos GDs foram:

1. A quem interessa a Guarda Municipal de Maceió?
2. Na sua opinião, a Guarda Municipal de Maceió merece um espaço na segurança pública municipal no combate à criminalidade e não unicamente à proteção do patrimônio público?
3. Na sua opinião, o que é ser guarda municipal no contexto da segurança pública de Maceió?
4. Qual a sua opinião sobre a violência urbana no município de Maceió onde atua como guarda municipal?
5. Qual o sentimento que passa pela sua cabeça no momento de sua atuação como guarda municipal e a corporação não lhe dá condições de trabalho para tal?
6. Na sua opinião, qual a importância do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para a Guarda Municipal de Maceió?

Sendo assim, sem mais delongas, adentramos no universo das percepções dos agentes participantes dos Grupos de Discussão, onde iniciamos com o **GD ALEPH**<sup>15</sup>, realizado na data de 24/02/2019, das 20h00 às 22h00. (Observação: GM leia-se Guarda Masculino, e GF, Guarda Feminina). Bem como das percepções do **GD ALPHA**, também com a participação de 11 agentes da GMM, ocorrido no dia 12/03/2019, das 20h00 às 22h00, pela Plataforma Virtual do *WhatsApp*: GM7, GM8, GF9, GM10, GM11, GF12, GM15, GF16, GM17, GM18 e GF19 representam os discursos do segundo GD.

A Análise do Discurso (AD) será um de nossos instrumentos de análise dos discursos contidos nas respostas escritas dos agentes aliado às perspectivas teóricas de uma Sociologia Compreensiva a partir de Schütz (2018) que aprofunda alguns dos conceitos desenvolvidos por Max Weber como a “ação”, o “agir”, “situação de interesses”, “sentido”, “contexto de sentido” e “comportamento” que Alfred Schütz relativiza para desenvolver os conceitos de “ação expressiva”, “projeto”, “proximidade vivencial”, “autointerpretação”, “escolha” e “interação social”; além de utilizar teoricamente – com uma certa pegada antropológica – os conceitos de Velho (2003) como “papéis”, “projetos individuais”, “trajetórias individuais”, “campos de possibilidades”, “diferença cultural” e “compreensão”; além de fazermos uso dos recursos referências em Lyotard (2013) sobre a noção de “legitimação” e “deslegitimação”; além de outros autores que têm como estudo temas relacionados à problemática da segurança pública, violência urbana, atuação da guarda municipal etc.

Os sujeitos que participaram do GF, são agentes femininos que ingressaram na GMM a partir do primeiro concurso público, de 1996, bem como os ingressantes através do concurso público de 2000, que participaram da pesquisa e que integram os grupos operacionais e administrativos.

Em AD, o enunciado, ou seja, é aquilo que um falante produz linguisticamente, resultando em um discurso, com ou sem aspectos ideológicos. Na interpretação, na comunicação e na compreensão de algo que exija dele uma maneira de expressar seu pensamento, através de “esquemas narrativos” como percebemos nas percepções dos agentes participantes. Como nos ensina Fioran (2013) “Os esquemas narrativos são assumidos pelo sujeito da enunciação que os converte em discurso. A enunciação é o ato de produção do discurso, é uma instância pressuposta pelo enunciado (produto da enunciação). Ao realizar-se, ela deixa marcas no discurso que constrói” (FIORIN, 2013, p. 55).

---

<sup>15</sup> **Observação:** O agente GF21 absteve-se dessa primeira pergunta e não quisera opinar a respeito. Respeitando à vontade dele, mesmo depois de tentar persuadi-lo a participar do primeiro momento da discussão.

O agente enquanto sujeito presente e cômico de seu papel, produzindo discursos cotidianamente, cujos enunciados dão forma a um tipo-ideal de profissional que além de discursar, batalha, luta, resiste para manter-se numa determinada posição no espaço social em que esteja inserido. O que são os enunciados obtidos nos GDs senão “esquemas narrativos” que marcam o sujeito como uma espécie de “jogador” cujo jogo possui regras e capitais, um campo onde se dá a batalha entre o lado mais forte e o lado mais fraco. Mas que tal marca representa o agente do *aqui* e *agora*, da prática cotidiana, das experiências vivenciadas, dos enunciados discursivos produzidos e dos discursos disputados. E o que seria esse sujeito do *eu*, do *aqui* e *agora* como produtos de enunciados?

Fiorin (2013) tem um ideia interessante a respeito, a saber:

A enunciação define-se como uma instância de um *eu-aqui-agora*. O *eu* é instaurado no ato de dizer: *eu* é quem diz *eu*. A pessoa a quem o *eu* se dirige é estabelecida como *tu*. O *eu* e o *tu* são os actantes da enunciação, os participantes da ação enunciativa. Ambos constituem o sujeito da enunciação, porque o primeiro produz o enunciado e o segundo, funcionando como uma espécie de filtro, é levado em consideração pelo *eu* na construção do enunciado. Com efeito, a imagem do enunciatário a quem o discurso se dirige constitui uma das coerções discursivas a que obedece o enunciatário: não é a mesma coisa produzir um texto para um especialista numa dada disciplina ou para um leigo; para uma criança ou para um adulto. O *eu* realiza o ato de dizer num determinado tempo e num dado espaço. *Aqui* é o espaço do *eu*. A partir do qual todos os espaços são ordenados (*aí*, *lá*, etc.); *agora* é o momento em que o *eu* toma a palavra e, a partir dele, toda a temporalidade linguística é organizada. A enunciação é a instância que povoa o enunciado de pessoas, de tempos e de espaços. (FIORIN, 2013, p. 56-57)

Como iremos perceber nas percepções dos agentes além dos diversos discursos as marcas de sua posição frente à problemática de legitimação e de deslegitimação no entorno da atuação da Guarda Municipal de Maceió e de seus agentes. Os sujeitos dos discursos e dos enunciados exprimindo seus anseios e sentimentos, formando e dando sentido aos seus conhecimentos sobre o papel que devem assumir frente aos problemas apresentados pela instituição a que integram.

Portanto, para analisar, ainda, as percepções dos agentes participantes, fazemos uso dos preceitos utilizados por Schütz (2018) para compreender o sentimento de suposta deterioração institucional, contido nos discursos dos agentes, cuja trajetória profissional estaria arraigada à instituição que pertencem. Velho (2003) nos traz luz a essa compreensão, também, dos “projetos” que levam o indivíduo a tornarem-se sujeitos de suas ações, cujo escopo é a realização de seus interesses objetivos; levando-se em consideração que tal busca é reforçada pela carga de forte desejo de profissionalização que cada agente traz consigo,



dotado de capital cultural<sup>16</sup> que lhe forja não somente a personalidade profissional como impõe a este a necessidade de criar expectativas sobre a Guarda Municipal de Maceió.

---

<sup>16</sup> Bourdieu, ao longo de suas obras, como “Coisas Ditas” (2004), “O senso prático” (2013), “O Poder simbólico” (1989), entre outras, desenvolve o conceito de capital cultural a partir da análise do desempenho de alunos provindos da elite francesa.

### **3 SOBRE A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ E O “SENTIMENTO DE DETERIORAÇÃO INSTITUCIONAL”: DISCURSOS, DISCUSSÕES, SENSações**

Ao olharmos para o município de Maceió, temos uma configuração de como os bairros estão distribuídos por regiões administrativas. Isso nos ajuda a avaliar as dimensões e o potencial tanto populacional quanto territorial, dando-nos uma ideia da dinâmica local quando o assunto for como está política e geograficamente composto cada território, cada comunidade, cada bairro. A partir da sanção da Lei Municipal nº 4.952/2000, a capital de Alagoas está constituída de 50 bairros, distribuídos em 8 Regiões Administrativas.

Quanto à Guarda Municipal de Maceió, instituição criada pela Lei Municipal nº 3.823, de 29 de dezembro de 1988 e implantada em 29 de dezembro de 1989 pela Lei Municipal nº 3.961, onde em 1996 e em 2000 foram realizados concursos públicos para o preenchimento das vagas existentes.

Em 24 de julho de 2009 foi criada a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Segurança Comunitária e Cidadania – SEMDISC, onde a Guarda Municipal de Maceió foi extinta, e aí o “golpe fatal”, ficando os cargos de Guarda, Subinspetor e Inspetor incorporados a SEMDISC. Em 2012 a nomenclatura de SEMDISC foi alterada para Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Cidadania – SEMSCC.

Já em 2017, pelo Decreto Municipal nº 8.379 de 31 de janeiro de 2017, a Guarda Municipal de Maceió recebe outro “golpe” onde se aprova a nova nomenclatura de Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – SEMSCS e cria novos cargos em comissão dentro da referida secretaria, onde um dos cargos em comissão criado no referido decreto tem a nomenclatura de Inspeção Geral da Guarda Municipal subordinado ao Secretário da SEMSCS.

Frustrados ou não, pelo descaso e pela ausência de políticas de investimento da gestão que implemente o crescimento profissional e submeta este sob os efeitos das ações daqueles que gerenciam a nível de município e a nível de secretaria, o agente expressa suas angústias, construindo assim com suas largas experiências e vivências adquiridas com a trajetória o denominado sentimento de deterioração institucional que destacamos a partir dos discursos de abandono, de esquecimento, de falta de condições de trabalho etc.

Assim, despertar no guarda municipal a consciência do sentido de acreditar em algo como a instituição que pertença e que lhe traga pelo menos uma auto-realização. Para isso, acreditamos que o sujeito, como sujeito dotado de ação, de si, compreenda a realidade social em que esteja inserido, o contexto que o cerca, cujos efeitos psicossociais, sobrepuxam-o para

a consciência do mundo social e sua inconstância a partir das ações administrativas, cujos elementos constitutivos como função, atribuição, trajetória, sentido, projeto de vida profissional, envolvem não apenas ele, mas os outros, num projeto constante de convivência e interação social.

Desse modo, o sujeito, como guarda municipal, cuja trajetória profissional, ao longo dos anos servindo à GMM, traz uma história em suas narrativas e enunciados, seja de profissionalização objetiva, seja na construção de um conjunto de sentidos e de sentimentos, que vão desde a dedicação em aperfeiçoar-se individual e coletivamente em prol de um projeto à angústia das incertezas propagadas pelas medidas administrativas que admoestam e frustram objetivos e sonhos, obrigando o agente a assumir e a desempenhar papéis “reduzidos” e “menores” perante forças coercitivas institucionais; impondo-lhe, ainda, obediência regimental e convenção moral no cumprimento do dever sem as devidas condições e reconhecimento para atender não apenas ao próprio sentimento de crescimento em detrimento da sensação de estar se “deteriorando” junto com a corporação, somente para alcançar o interesse-mor da coisa pública do município.

Por esse ângulo, o agente inserido em um mundo, cujos valores institucionais, dão-lhe sentido de existir, de ser, de estar aqui e agora, que precisa ser compreendido contextualmente, relativizando-o com o mundo social e suas experiências junto à corporação, esse agente-sujeito-da-ação-e-do-agir, dotado de sentimentos, cujo agir o impulsiona e lhe dá sentido de continuar, é o mesmo agente que precisa do trabalho para sobreviver, para manter o sustento de sua família e estar sempre motivado para crescer e realizar-se pessoal e profissionalmente. Esse sentido particular de agir dentro do contexto do mundo social do agente-sujeito-da-ação-e-do-agir, onde se dão através das relações humanas, das discussões sobre valores e sentidos tão caros à ciência social e que é apresentado, de forma enfática, a partir de uma perspectiva weberiana por Schütz (2018):

Todos os complexos fenômenos do mundo social conservam, a saber, sentido particular, mas este é o mesmo que os agentes no mundo social relacionam com suas ações. Somente o agir do indivíduo e seu conteúdo visado de sentido são compreensíveis, e apenas na interpretação do agir individual a ciência social obtém acesso à interpretação daquelas formações e relações sociais, que se constituem no agir de cada um dos atores do mundo social. (SCHÜTZ, 2018, p. 24)

É esse sentido que produzimos a partir da interpretação e da análise discursiva feita das respostas escritas dos agentes envolvidos; e essa é uma discussão teórica pela qual a Sociologia Compreensiva, tendo a fenomenologia como corrente, tem para si como item

fundamental, que Weber tem construído a partir dela os conceitos de “juízo de valor”, de “neutralidade axiológica”, “tipo ideal”, entre outros, tão caros. Que não nos cabe debater sobre eles no momento, mas trazer para a nossa análise das percepções dos agentes participantes, porque precisamos compreender, como pesquisador, não apenas o que os discursos transpõem para nós ouvintes, mas também o mundo social em que estão inseridos.

Desenvolver o debate entre o que é objetivo e subjetivo, numa pegada levemente de uma psicologia social, como fenômeno social, para daí extrair aquilo que dá sentido em cada enunciado e que contribui para que o sentimento, a sensação, o projeto, enfim, o material humano, tornem-se fruto de nosso objeto de estudo e que possa ser replicado, em suas metodologias, noutros casos, no sentido de aclarar o conhecimento sobre determinadas situações e problemáticas que sociologicamente precisam ser compreendidos.

Por isso que o debate, por mais complexo que seja, deve ser empreendido, para que além de apreender o “espírito objetivo” e/ou o “espírito subjetivo” do mundo social, consigamos transformar o conhecimento em algo mais que palpável, real, concreto, do que perder-se no limbo das especulações puramente filosóficas. Como nos explica Schütz (2018):

Nunca antes o princípio de reduzir o “mundo do espírito objetivo” ao comportamento de indivíduos foi levado a termo de forma tão radical como na determinação, por Max Weber, do objeto da sociologia compreensiva, enquanto uma ciência que tem como tema a interpretação do sentido *subjetivo* (visado por ou pelos agentes) de modos sociais de comportamento. Porém, para chegar as essas individualidades do mundo social e ter acesso a suas doações subjetivas de sentido não basta observar os modos de comportamento do indivíduo *particular* ou, com os métodos de um empirismo obscuro, constatar, mediante técnica aditiva e verificação de regras ou frequências, a existência de modos análogos de comportamento entre *vários* indivíduos. Antes, a tarefa própria da sociologia exige um procedimento especial com vistas à seleção do material relevante para seus problemas específicos, uma seleção mediante determinadas construções conceituais, precisamente por meio da formação de *tipos ideais*. Esses tipos ideais não correspondem em absoluto a tipos médios, estatisticamente verificáveis, pois o princípio de escolha que lhes fundamenta é ele mesmo, por seu lado, condicionado pela espécie particular do problema em vista do qual os tipos ideais, sempre heurísticamente determinados, são construídos. Os tipos ideais, porém, também não são esquemas vazios, resultantes de uma imaginação efusiva produzidos de forma arbitrária, pois tem necessariamente de encontrar verificação no material histórico concreto, na forma do qual o mundo social é dado ao observador. Em todo caso, por meio de um procedimento ideal-típico como esse é possível apreender, estrato por estrato, o sentido dos fenômenos sociais particulares enquanto sentido subjetivamente visado de ações humanas, e, assim, dar a conhecer a construção do mundo social como uma construção de conteúdos compreensíveis de sentido. (SCHÜTZ, 2018, p. 24-25)

Por essa percepção teórica schütziana, percebemos que a construção do discurso de sentimento de deteriorização institucional perpassa por diversos outros discursos construídos pelos agentes, fazendo crer que cada enunciado reforça a construção de tipos ideais de guarda

municipal como aquele que está por dentro do que ocorre dentro e fora de sua instituição, como aquele que luta e resiste e não abdica de seus direitos, como aquele que internaliza um *ethos* de agente aguerrido e que confia na gestão e nas medidas administrativas como um bem maior em prol da sociedade e do município, como aquele agente politizado que interfere nas ações dos que os governam, como aquele que apenas observa e que apático não tem iniciativa, como aquele encoberto de desmotivação e desacreditado etc. Refletido nesses discursos os reflexos sobre os tipos ideais de agentes imersos nos enunciados das falas e que precisam ser estudados e compreendidos à luz da Sociologia Compreensiva.

Nesse primeiro momento iremos apresentar os GDs, as perguntas feitas pelo Mediador e as respostas dos 22 agentes participantes, dando a liberdade para que o/a leitor/a tire suas conclusões próprias sobre cada discurso, no que a *posteriori*, iremos apresentar nossa análise.

As percepções contidas nas respostas dos participantes dos GDs Aleph e Alpha e que apresentaremos a seguir, paulatinamente, da análise discursiva sobre os possíveis discursos contidos nos enunciados dos respondentes, levamos à reflexão de que a intenção é atender as necessidades da pesquisa, pois, cômicos, sabemos que nem sempre iremos conseguir que todos respondam, integralmente, pois, em respeito aos entrevistados, investimos na espontaneidade mesmo não sendo um método *face to face*, muito utilizado pela Teoria Dramatúrgica, desenvolvida por Goffman, porque não foi de nossos objetivos avaliar os gestos nem a atuação dos participantes.

Sendo assim, nosso principal objetivo é compreender a partir das percepções dos agentes participantes dos GDs o suposto sentimento de deterioração institucional. Para tal fazemos uso de uma metodologia baseada na AD e na Análise de Conteúdo, em menor escala, passando pelas abordagens, fortemente qualitativas, à perspectiva teórica de Alfred Schütz (2018), Lyotard (2013), Velho (2003), dentre outros, que nos possibilitem testar as hipóteses de que a forma escrita, os discursos contidos e as marcas linguísticas das percepções possam mostrar os elementos constitutivos do sentimento de deterioração institucional da Guarda Municipal de Maceió (GMM).

As Guardas Municipais, assim como as Polícias Militares, têm papel preponderante na segurança pública, dentro dos seus limites constitucionais. Ao menos, enquanto os municípios, em sua grande maioria, não elaboram leis específicas que regulamentem e façam valer o que está estipulado pela Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dá nova atribuição como Estatuto Geral das Guardas Municipais. O Poder Executivo do Município de Maceió não pôs em prática o seu papel de “enquadrar” a Guarda Municipal de Maceió à referida Lei. Algo que deveria acontecer desde que o Estatuto Geral das Guardas Municipais

foi sancionado, em 2014. Quais os efeitos desse fato sobre os agentes? É possível detectar esses efeitos nas percepções manifestas nas respostas escritas dos agentes participantes?

Tal Estatuto versa sobre o poder de polícia, o porte de arma de fogo, o plano de cargos e carreira única, a autonomia de gestão nas mãos dos próprios guardas municipais sem a interferência de militares ditando políticas, disciplinamento, doutrina e regras, entre outros atributos. Enquanto isso não acontece, o que encontramos nessa instituição, a partir dos discursos construídos pelos agentes e transcritos nas respostas às perguntas que fizemos? Que sentimento de deterioração institucional – além da elaboração do seu conceito em capítulo anterior – é esse e que acreditamos estar presente nos discursos dos agentes?

Pois, nas respostas que o/a leitor/a irá ler e, provavelmente, tirará algumas conclusões – isso significa que para a compreensão do que dizem os agentes participantes, toda interpretação dotada de sentido e coerência é válida – devem prestar atenção para o que apresentaremos a partir daquilo que constatamos, através das marcas linguísticas e termos relacionado aos enunciados de cada resposta escrita.

Vejamos no enunciado da resposta obtida do agente GM1 – e, nos demais, quando perguntado a ele a quem interessa a GMM e este nos apontou que seria de interesse da “sociedade maceioense”, ou seja, de interesse de todos, conforme podemos notar:

**GM1** – Como guarda municipal, entendo que a GMM interessa tanto a **sociedade maceioense** quanto à própria estruturação orgânico-administrativa do município. Todavia, por não **atuar de forma eficaz** devido a **modelos** de ordem administrativas internas, a GMM vem sendo utilizada desde a sua criação em 1989 como um meio de agregar a **projetos político-sociais**, que em grande parte **exclui** a própria instituição, para manter determinados seguimentos profissionais e sociais do estado, entre os quais, o **extrato de inativos e ativos do oficialato militar**, de certa maneira para um (sic) tentativa de **invisibilidade do papel da GMM**, já que estamos lidando também com o status de município capital e como tal exprimir para a sociedade uma **resistência** de determinações na área de **segurança pública** que a GMM poderia participar mas não participa porque tal corporação está do **lado mais fraco** em comparação com o **estado** e sua **superestrutura** e os sujeitos que mandam neste estado. (Agente GM1, sexo masculino, Grupo de Discussão Aleph 1, 24/02/2019)

A percepção do GM1 culmina com o pensamento dos agentes GM6 que inclui o gestor e parte da população como interessados, além dos GM20, GM22 e GF23; para estes participantes, a exemplo do agente GM1, a Guarda Municipal de Maceió, precisa de meios e apoio para “atuar de forma eficaz”, em sua ideia utilitária, mesmo esbarrando com “modelos” de gestões que trazem consigo “projetos político-sociais” que deveriam incluir a GMM dentro de um projeto de segurança pública preventiva, mas acabam excluindo-a desse processo,

“invisibilizando” de certa forma a instituição e seu papel frente à segurança pública municipal.

A Guarda Municipal de Maceió, por representar um órgão de “resistência” dentro de uma superestrutura comandada pelas forças policiais militares do estado fica inviabilizada de contribuir no combate a violência. Por que isso acontece? Como percebemos nos enunciados das respostas, algo que atribui-se aos efeitos constitucionais as limitações dessa corporação, teoricamente nova, de atuação, limitando-a à mera segurança do patrimônio público do município. E para complexar essa situação, a interferência de militares nos comandos e no gerenciamento da GMM, como, conforme as respostas dos agentes participantes, um meio de atender a interesses político-partidários e formar uma espécie de “cabide de emprego” para o oficialato militar.

A GMM como instituição de proximidade, com propostas inovadoras e promessa de ser uma “nova polícia” (MISSE e BRETAS, 2010, p. 11) cuja filosofia traz modelos de policiamento proativos e não ostensivos como atuam as polícias estaduais, está presente no sentimento dos agentes participantes que a vêem como uma instituição de interesse das comunidades como dos guardas que honram e respeitam a instituição, com “amor” e “vontade”, bem como a própria sociedade que anseia por sensação de segurança, como compreendidos nos enunciados dos agentes GF2, GM3, GF4, GF5, GM24, e nos demais, conforme podemos extrair:

**GF2** - Na minha opiniao interessa mais ao **guarda que ama** a instituicao e se esforca para mante\_la. Vejo muito esse **amor** e essa **vontade** de fazer mais. Claro que toda regra ha excecao mas acho que muito querem ver a guarda melhor e mais valorizada pela sociedade. (Agente GF2, guarda feminina, Grupo de Discussão Aleph 1, 24/02/2019)

Por outro lado, quando perguntado aos participantes se a Guarda Municipal de Maceió merece um espaço na segurança pública municipal no combate à criminalidade e não apenas como protetora do patrimônio público, as opiniões entre os agentes participantes do GD 1 Aleph se dividem. Entre as percepções de que a tradição de uma instituição policial pesa sobre as guardas municipais, tendo em vista o caráter inovador destas e daí não haver tanto espaço para que possam atuar.

Agentes que opinam que a Guarda Municipal teria espaço na segurança pública se trouxesse para a prática cotidiana o **policimento comunitário**<sup>17</sup> baseado no modelo japonês

---

<sup>17</sup> Compreendemos Policiamento Comunitário como um modelo pautado numa filosofia e metodologia de trabalho de aproximação através de uma aplicabilidade proativa, onde a comunidade participa efetivamente,

dos *Koban*. E até, em gestões anteriores, a Guarda Municipal de Maceió ensaiou esse tipo de policiamento junto a algumas comunidades, com a construção de cinco bases nos ditos bairros mais violentos de Maceió, mas nenhuma sobreviveu, até mesmo porque, como identifica alguns dos participantes os próprios guardas municipais que trabalhavam internos escondiam informações e oportunidades sobre cursos de formação, seja através do sistema EAD, com participação importante da SENASP que oferecia e ainda oferece cursos gratuitos *online* para os agentes que trabalham na área de segurança pública.

Os que aprovam que a GMM merece esse espaço, com novas atribuições entre as quais com poder ostensivo, dentro de suas limitações constitucionais, trazem além da novidade de que a corporação poderia “criar relatórios e estatísticas para tratar das informações do município” e dos postos de serviço onde atuam os guardas municipais. Mas apresentam um empecilho: a GMM por ter em si além da virtude de aproximar-se das comunidades e do papel social junto à população que sobrevive nas periferias, não encontra condições de trabalho, nem reconhecimento, nem possui estrutura física para atuar como deveria. Aí, em tom e discursos politizados e reivindicatórios os agentes participantes mostram que dificilmente a GMM merecerá “espaço” para atuar enquanto faltar-lhes itens de segurança básicos como “material de trabalho, tipo: algema, esprei de gengibre (pois o de pimenta está proibido), BP, falta curso de formação, tiro, falta até gasolina as vezes, falta mais qualificação profissional” (Agente GM5, guarda masculino, Grupo de Discussão Aleph 1, 24/02/2019).

O Estado até lhe dá algum acesso, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública oferecendo oportunidades de formação específica na área policial. Mas quando o guarda municipal vai atuar, falta-lhe vigor físico, e até emocional, como percebe o agente GF4:

**GF4** - Todos nós sabemos que **depende da formação de nós agentes**. Curso de formação para **gms acima de 48 anos**, como eu, não servem senão como exercício para a saúde rsrsrs mas **para correr atrás de feirante** ou tomar conta de posto fica inviável. Então como é que pode um universo de **800 gms** de Maceió **sem preparo físico**? Para merecer, na minha opinião, a Guarda precisa ter **estrutura e efetivo** através de **concurso** para no mínimo **500 agentes**. A gente tem de perder essa mania

---

através de Conselhos Municipais de Segurança, promessa incluída no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e que inclui o bairro do Benedito Bentes como o piloto desse projeto, Maceió apresentava, em 2009, taxas absurdas de homicídios, mas quem roubou a cena foi a Polícia Militar de Alagoas, assumindo a primeira base de policiamento comunitário construída no Conjunto Selma Bandeira, em 10 de agosto de 2009; e como tal estudamos nos projetos de iniciação científica e produzimos o artigo “Policiamento “Convencional” ou Policiamento Comunitário: entre a teoria e a prática, seus efeitos e seus reflexos” (SANTOS, GAUDÊNCIO e CARDOSO, 2015), publicado no site <<https://academia.edu>> e apresentado em encontros científicos e seminário internacional.



de pensar que podemos **ser robocop** ou **um ninja** do rapel ou da tonfa ou do mergulho ou do kunk fu. Até então na vida real eu nunca vi um ninja que se desviasse de bala de arma de fogo. **Precisamos de porte de arma, de posto de comando e de salário compatível.** Imagine se vamos ter coragem sem isso para combater o crime! O resto é balela. E pior é que é nosso direito. A gente de mudar essa mentalidade. **Maceió precisa de mais 1000 agentes.** Estes sim **sangue novo** precisarão de formação. **O resto é balela. A gente vê um monte de agentes que fizeram cursos e ainda assim levam pisa de coentro de laranja e carreira.** Se quisesse realmente o avanço da GM teriam atendido há dois anos o que a lei federal obriga. **A névoa de ilusão** que transpõem sobre nós que merecemos reconhecimento vem tanto dos **movimentos sindicais** que há décadas vem lucrando via contracheque e nos dando migalhas e dos **discursos montados e arcaicos** que a **sociedade alienada** está acostumada a ouvir. Somos agentes de valor mas querem nos tirar essa **preciosa honestidade** nos espelhando para uma **sociedade parva e manobrada** a imagem **de que somos ineficientes incompetentes** quando é o contrário. Sejam inteligentes e **façamos valer a nossa escolaridade.** Pois estamos lidando com uma sociedade que pensa e age arcaicamente, o quê de **progressista** em algumas exceções não passa de névoa ou como conhecemos **projetos "vazios" e com prazo de validade** que adequa-se a **modelos pré determinados de gestões.** Porque neste estado são sempre em grande parte **os mesmos sujeitos que ditam as regras e dão as cartas nesse jogo maquiavélico e lucrativo.** (Agente GF4, guarda feminina, Grupo de Discussão Aleph, 24/02/2019)

O agente GF4, em consonância com o sentimento dos demais agentes participantes, ao apontar como obstáculo a idade avançada, a falta de concurso público para renovar o quadro de efetivos, a falta de atividade física; além de apontar que mesmo que a GMM tenha esse espaço, seja para atuar sob o modelo do policiamento comunitário, ainda assim, o guarda municipal em determinadas regiões é vista pelos traficantes como inimigo, e para piorar, quando a gestão demonstra algum interesse apresenta, em geral, segundo o depoimento dos agentes, ora projetos “vazios” e com “prazo de validade”, ora projetos que acabam excluindo a própria instituição.

Entre os capitais que os agentes participantes exigem estão o porte de arma de fogo, o curso de formação, material de trabalho etc. Parece não restar dúvidas que os discursos apresentados pelos enunciados dos agentes participantes dos GDs trazem consigo uma qualidade política embecida do trabalho que cada um deles lida em sua prática cotidiana. E como podemos verificar, há tantos problemas internos quanto externos, de caráter administrativo e conjuntural.

Problemas que, de alguma forma, parecem comum não só na GMM, bem como na própria cidade de Maceió. Problemas tais recorrentes em outras instituições, em outras cidades, graças a riqueza de suas peculiaridades e complexidade, inclusive a nível internacional, como bem Bayley e Skolnick (2002) apontam ao estudarem os aspectos inovadores dos departamentos de polícia de seis cidades norte-americanas e constataram: “Toda cidade tem uma história própria e importante, que afeta o departamento de polícia: uma

tradição de governo, uma economia, uma base populacional em mudança, um clima político instável” (BAYLEY e SKOLNICK, 2002, p. 22).

E o que não encontramos em Maceió, levando-se em consideração as diferenças situacionais, a diversidade cultural e as peculiaridades regionais, senão uma cidade que tem histórico no campo da segurança pública de altos índices de criminalidade, de tradições de governo pautadas geralmente nas tradições de interesses das oligarquias e famílias poderosas que predominam no estado, além de uma população que demográfica e geograficamente cresce a cada ano, o crescimento urbano, uma economia que mesmo que cresça não deixa de apresentar altos índices de desemprego e de pobreza, e quase que sempre, as disputas políticas que deixam Alagoas e sua capital em polvorosa.

Assim, como nos Estados Unidos, nas seis cidades cujas polícias (Santa Ana, Detroit, Houston, Denver, Oakland e Newark) foram avaliadas por Bayley e Skolnick (2002), parece não mudar muita coisa em relação às forças policiais locais, em Maceió. pelo menos em alguns aspectos, como a necessidade de aproximar a polícia da comunidade, oferecendo modelos de policiamento diferenciados, menos ostensivo, mas preventivo e orientado para a resolução de conflitos.

Por isso, que a atualidade dos estudos pioneiros desses autores, trazem-nos sempre uma perspectiva inovadora para se compreender as dinâmicas de atuação das forças policiais locais, sobretudo, a Guarda Municipal que, a exemplo das medidas inovadoras daquelas polícias norte-americanas, a voz de Bayley e Skolnick ainda ecoa como realidade nossa, nos seguintes termos:

As forças policiais estão sendo preparadas para esse tipo de inovação, pelo seu próprio reconhecimento de que não está funcionando o que foi tentado durante tanto tempo; as ruas não estão mais seguras, o medo do crime não está diminuindo, os criminosos não estão sendo levados com mais certeza às barras dos tribunais e a fé no sistema de justiça penal está diminuindo. (BAYLEY e SKOLNICK, 2002, p. 224)

A exemplo dessa forma inovadora, temos, em Maceió, o recente aprovado via Lei Municipal o Serviço Indenizado de Adesão Voluntária, o SIAV, criada através da Lei Municipal nº 6.901, de 26 de junho de 2019 e regulamentada através do Decreto nº 8.759, de 3 de julho de 2019, iniciativa do Poder Executivo e que acaba recebendo o apelido de “bico legal” da Guarda Municipal de Maceió, onde os guardas municipais policiam as ruas comerciais do Centro, bairro de Maceió de forma ostensiva em “perseguição” aos camelôs, comerciantes e feirantes sob o pretexto da suposta ocupação irregular do solo urbano.

São feitas rondas ostensivas com aparato e logística oferecida pela corporação e por outros órgãos como a própria SEMSCS que ainda trazem os fiscais de postura como efetivo na fiscalização do comércio e da ocupação do solo urbano locais. Isso tem trazido conflitos entre guardas municipais e comerciantes informais, histórico de perseguição e repressão aos trabalhadores informais que supostamente trabalhariam de forma irregular ferindo o Código de Postura do Município de Maceió.<sup>18</sup>

Pensar no contexto brasileiro, e especificamente na cidade de Maceió, sobre a atuação da Guarda Municipal, em termos de policiamento proativo junto as comunidades, Estado Democrático de Direito e o tratamento que essa instituição pública oferece aos comerciantes, feirantes e camelôs que supostamente ocupam o solo urbano para comercializarem seus produtos, os caminhos deveriam culminar para uma sociedade de paz, quando a partir de algumas operações de fiscalização, na verdade levam para o caminho dos conflitos entre guardas municipais e trabalhadores, regado de dor e de sofrimento; imaginemos se isso seria diferente, se as premissas constitucionais de igualdade de direitos fossem levadas em conta e à risca, em sua prática. Mello (2011) constata essas relações de conflito entre município e camelô a partir do conceito clássico de cidadania, nos seguintes termos:

Segundo Da Matta, como a unidade fundamental que constitui essa noção na sociedade brasileira são as relações pessoais, a ideia de indivíduo, unidade fundamental no conceito clássico de cidadania, é percebida de forma negativa. Ser indivíduo no Brasil significa anonimato, isolamento e inferioridade; significa estar inserido na unidade fundamental da rede de relações; significa estar submetido às leis que regem o espaço privado da rua com todas as ameaças que o constituem e não o espaço privado da casa em que se é dotado de privilégios e tratamento especial. As implicações são, portanto, o tratamento desigual que é dispensado aos diferentes segmentos sociais nas nossas práticas cotidianas. (MELLO, 2011, p. 39)

Os discursos contidos na maioria das respostas dos agentes participantes, tanto do GD Aleph quanto do GD Alpha, podem ser relativizados com os discursos sobre segurança pública vigentes, no que tomamos como referencial o Quadro 1, elaborado por Silva (2003) e citado por Mello (2011), por trazer uma atualidade ainda em vigor; aqui utilizamos esse quadro para mostrar que os discursos nele contidos, de forma bem sintetizada, e que, ainda, trazem em sua atualidade o impacto dos discursos penalista, militarista e prevencionista sobre os discursos daqueles que integram a segurança pública em todas as esferas do serviço público, a partir da perspectiva de Silva (2003) citado por Mello (2011):

---

<sup>18</sup> Sobre os conflitos entre guardas municipais e camelôs, a título de verificação o quanto é tensa essa recorrência bastante comum em cidades que apresentam dificuldades de planejamento urbano e economia em crise, recomendamos o estudo de Kátia Sento Sé Mello, intitulado “Cidade e conflito: guardas municipais e camelôs” (2011), publicado pela editora da Universidade Federal Fluminense.

**Quadro 1**

Penalista	Militarista	Prevencionista
1. Atitude reativa : fala-se de crime	1. Atitude reativa: fala-se em desordem; é problema de polícia e força armada	1. Atitude proativa: fala-se em prevenção, a segurança é problema da comunidade e do Governo
2. Atividades: referidas às leis	2. Atividades: táticas de guerra; cerco; inimigo; vitória	2. Atividades: políticas de prevenção do crime
3. Concentração na atividade da polícia judiciária	3. Concentração no aparato em detrimento da polícia técnica e das técnicas de mediação	3. Concentração na mediação de conflitos e nas técnicas de abordagem
4. foco nos infratores	4. Foco nos “suspeitos”, em abstrato	4. Traço comunitário; foco nos cidadãos; sem “suspeição” à priori
5. Resolução de conflitos: repressão policial-penal	5. Não seletividade no uso da força: pretensão de “exterminar” o crime	5. Seletividade no uso da força: mediação de conflitos
6. Desempenho: quantidade de inquéritos realizados e infratores levados aos tribunais	6. Desempenho referido à quantidade de prisões, de mortos em confronto	6. Desempenho referido às taxas de criminalidade e aos riscos de vitimização
7. Formação: ênfase na legislação penal; ensino irreflexivo	7. Formação: ênfase em táticas militares; ensino irreflexivo	7. Formação: ênfase nas técnicas de abordagem e de mediação; ensino reflexivo
8. Gerência: refratária ao controle externo	8. Gerência: refratária ao controle externo	8. Gerência: controle externo como insumo gerencial.

**Fonte:** Silva (2003) citado por Mello (2011, p. 54) (Adaptação nossa)

Somente uma ressalva a respeito desse Quadro e suas perspectivas referenciais. Justamente, para agregar algumas mudanças de legislação, sobretudo, com a sanção da Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais do Brasil), regulamentando o parágrafo 8º, do Art. 144, da Constituição Federal de 1988, com novas atribuições para as Guardas Municipais. E que tais estudos já haviam sido publicados anteriormente a essa lei.

Com o Estatuto Geral das Guardas Municipais do Brasil, o município aumentou sua responsabilidade no campo da segurança pública, pelo menos na esfera municipal, tendo para si encargos e obrigações de regulamentar seus artigos referentes ao porte de arma de fogo, poder de polícia, fiscalização ambiental e do trânsito, uso progressivo da força, condução de suspeito para a delegacia, plano de cargos e carreira única, gestão exercida pelos próprios agentes efetivos etc.

No que não tenha ocorrido em sua plenitude o devido enquadramento de todo o efetivo na respectiva lei, já que juridicamente a Guarda Municipal de Maceió foi extinta,

prevalecendo, de certo modo, ainda, os discursos descritos no Quadro 1 e que, é possível perceber, nas mensagens sobreditadas das percepções dos agentes participantes dos GDs.

Os discursos prevalentes do Quadro 1 que delimitam as polícias e o interpõe a cumprir seu papel conforme preceitua, primeiramente, a Constituição Federal de 1988, e secundamente, conforme as leis estaduais específicas. Dentro desse contexto, as polícias Civil e Militar, enquanto forças policiais responsáveis pela segurança interna, sendo a primeira sob as vestes de uma polícia judiciária, investida do discurso penalista; enquanto que a segunda, responsável pela ordem pública e combate ao crime, usufrui de modelos de policiamento ostensivos e repressores, prevalecendo aí o discurso militarista.

E quanto à Guarda Municipal? Só nos resta saber se lhe cabe somente o discurso prevencionista, cuja atuação, à esse tempo dos estudos, prevalecia o estar voltado para a proteção e segurança do patrimônio público municipal.

Com a Lei 13.022/14, parece reforçar o caráter preventivo da Guarda Municipal, a tão sonhada e esperada “Nova Polícia”. Ali, no Quadro 1 estão distribuídos os oito itens necessários para compreender a atuação, função e atribuição das polícias estaduais e, possivelmente, as polícias municipais, digamos assim. A exemplo das instituições policiais tradicionais, cuja identidade profissional já se encontra sedimentada e doutrinada, que tipo de **identidade** encontramos nas instituições “inovadoras”, como a Guarda Municipal?

À maneira como Woodward (2014) enfatiza que a “identidade é, assim, marcada pela diferença”, vejamos em que se encaixaria dentre os três discursos descritos no Quadro 1, de nossos agentes participantes, assim como a própria instituição Guarda Municipal de Maceió.

A partir das percepções dos agentes que participaram dos GDs Aleph e Alpha, os que veem a corporação com um caráter preventivo, parece encaixar-se bem com as novas propostas de proximidade com as comunidades, atendendo aos preceitos regidos por um Estado Democrático de Direito. Essa “identidade” com a qual se distinguem os agentes, em suas respostas, de que podem atuar proativamente, sob uma filosofia e metodologia de trabalho orientada para resolução de conflitos junto às comunidades e de “policiais” que podem colaborar tanto para o estado quanto para o município, a partir da aplicação de técnicas de abordagem e de mediação de conflitos e, quando necessário uma atitude energética, que seja reflexiva e estudada, para que não cometam os erros que a polícia repressiva parece vir cometendo ao longo da história.

Woodward (2014) ainda nos apresenta alguns dos elementos constitutivos de compreensão sobre identidade e que acreditamos serem interessantes apontá-los:

(...)

4. A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades (na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas representacionais que marcam a diferença podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados).

5. A identidade está vinculada *também* a condições *sociais e materiais*.

(...)

7. A conceitualização da identidade envolve o exame dos *sistemas classificatórios* que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas; por exemplo, ela é dividida em ao menos dois grupos em oposição – “nós e eles”, (...).

(...)

Precisamos, ainda, explicar por que as pessoas *assumem* suas posições de identidade e *se identificam com elas*. Por que as pessoas investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem? O *nível psíquico* também deve fazer parte da explicação; trata-se de uma dimensão que, juntamente com a simbólica e a social, é necessária para uma completa conceitualização da identidade. Todos esses elementos contribuem para explicar como as identidades são formadas e mantidas. (WOODWART, 2014, p. 14-15)

Lembramos que não pretendemos promover uma discussão pela discussão sobre identidade e seu conceito, mas faz-se necessário apontarmos sob qual perspectiva compreendemos a identidade e que, de certa maneira, se manifesta nos discursos dos agentes participantes, através dos elementos discursivos fortes que marcam linguisticamente as posições de nossos entrevistados dentro dos GDs nos seus enunciados transcritos.

O conceito não-essencialista de identidade, mas o relacional com a realidade e o sentimento dos agentes, aproximativa até, quando vimos no revestimento institucional do “ser” guarda municipal, uma identidade partilhada entre eles, mesmo com a marcação de percepções conflituosas e divergentes.

Quer queira quer não, os agentes, apesar de suas peculiaridades e diferenças, trazem consigo uma determinada “uniformidade identitária”, a institucional, a do agente da Guarda Municipal que assumi posições dentro do campo/subcampo da segurança pública municipal, na proteção dos bens, patrimônio e serviços da municipalidade, bem como na segurança dos usuários e dos munícipes.

Por isso, que nos discursos dos agentes dos GDs predominam elementos constitutivos também de sua identidade profissional, bem como os elementos psíquicos que marcam o sentimento de assumir posições como guarda municipal e “ser” o que se é, ou o que poderia *vir-a-ser*. Aí residiria os elementos da perspectiva fenomenológica schütziana, na subjetividade do sujeito-agente.

Para os agentes participantes quando lhe perguntado “o que é ser guarda municipal” obtivemos resposta contundentes e amenas como ser guarda municipal é “servir como qualquer funcionário” sem aparentemente distinção, mas cremos que essa suposta distinção

vigora a partir do momento que não se sentem reconhecidos como guarda, por questões que vão desde ao reconhecimento como tal à políticas administrativas de plano de cargo e carreira comuns noutras categorias como a dos médicos e a dos professores, no âmbito do município.

Entre os sentimentos de não reconhecimento, estão o de tristeza e de abandono, elemento psíquico marcante, que contribui para aquele sentimento de deterioração institucional que estamos buscando compreender. Os agentes apesar das condições impostas por determinadas situações administrativas pensam que podem “contribuir com uma sociedade melhor”, e que isso “envolve vontade e dedicação”, e até o sentimento identitário na fala daquele agente que diz

Minha família me vê como guarda, os vizinhos e amigos também, no meu contracheque está descrito o meu cargo de guarda municipal, no edital do concurso público que participei estava claro que eu concorria a um cargo de guarda municipal, mas se me perguntarem onde eu trabalho, não saberei ao certo responder, porque minha corporação não existe juridicamente, porque foi extinta” (Agente GF6, guarda feminina, Grupo de Discussão Aleph, 24/02/2019)

As marcas discursivas das respostas que vão desde o sentimento “de abandono”, de agente cumpridor de suas atribuições, de sentir-se como um “boneco de manipulação nas mãos dos militares”, a ideia “contra-identitária” – a partir da compreensão daquilo que não é – construída em algum momento histórico-político de que “guarda não é guarda e nem vigia” e do “*ethos guerreiro*”<sup>19</sup> do agente que “tem coragem para agir e para correr”, cuidadoso, que não acredita ser um “super-homem”, cujas limitações estão na ordem estrutural de trabalho e na ordem do sentimento de incerteza de responder à altura a determinadas situações de perigo. Os reflexos desse sentimento estão expressos nos discursos dos agentes dos GDs, como podemos destacar:

**GM17** – Sentimento de abandono... como uma instituição que se deteriora... como uma coisa que por fora parece funcionar mas por dentro se deteriora... Isso é lamentável, passaram-se mais de seis anos e os maceioenses continuam testemunhando a Guarda Municipal agonizar literalmente por falta de investimentos. Sem contar com recursos próprios, e agora sem o CNPJ, a nossa Guarda Municipal pode estar caminhando para o colapso Total, já que se encontra inviabilizada de pleitear recursos federais, como última saída, para continuar, ao menos, prestando o

<sup>19</sup> A ideia de *ethos guerreiro* desenvolvida por Alba Zaluar a partir de uma perspectiva elisiana do sujeito dominado pelo sentimento de ser chefe, do sujeito que se guia conforme sua masculinidade, vigor e decisões e posições assumidas a partir de suas objeções e individualidade. Uma leitura bastante proveitosa é o artigo “Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização”, publicada em São Paulo em Perspectiva, vol. 13, nº 3, São Paulo, jul/set de 1999 e consultado em 19 de dezembro de 2019 e disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300002>>

serviço básico de segurança patrimonial. (Agente GM17, guarda masculino, Grupo de Discussão Alpha, 12/03/2019)

Assim, os agentes participantes, tanto do GD Aleph quanto do GD Alpha, contribuem ainda com uma concepção sobre uma Guarda Municipal de merecer um espaço no campo/subcampo da segurança pública no combate à violência urbana e quanto a incidência dessa violência numa cidade tão complexa como a nossa estaria “ligada ao tráfico de drogas”, à própria falta de políticas públicas voltadas para a educação, para a saúde, para a inclusão das comunidades mais carentes e vulneráveis e apontam como “grave” a ausência do poder público para criar projetos sociais e investimentos que incluam a participação dos jovens. O “prefeito parece que não vê”, é o que discursam os agentes participantes dos GDs, e que “nem mesmo o estado pode combater” a violência, isoladamente, assim compreendemos.

Diante disso, qual o sentimento que passa na cabeça desses agentes que participaram dos GDs? Os elementos constitutivos que formam o nosso suposto “sentimento de deterioração institucional”, como: o sentimento de abandono, de desmotivação, de total impotência, de sentir-se como um bode expiatório frente às demais instituições policiais, de descrédito, de tristeza, de decepção, de angústia, de medo de perder o emprego, de descaso com eles e sua Guarda Municipal, de desvalorização profissional, de despreparo, de medo de morrer em “combate”, de preocupação de “vivos voltarem para nossas famílias”, de incertezas, de falta de condições de trabalho e de material para trabalhar, de apoio etc. Como destacamos a seguir:

**GF19** – Como Guarda Municipal, me vejo e me sinto esquecido, desamparado e ignorado não apenas pelo Gestor, mais por todos que sabem e conhecem o nosso trabalho, a nossa capacidade e nossa competência de poder atuar não apenas na proteção do bens, serviços e instalações. Diante de toda essa luta em busca da valorização e reconhecimento profissional, atualmente vejo, sinto e acompanho os desânimos dos meus companheiros de farda. Me vejo um Guarda Municipal que não tem mais esperanças quanto a sua instituição, nota-se claramente o desânimo nos semblantes de cada GM por conta das conversas, mentiras e das muitas promessas recebidas aos longos desses aproximadamente 20 anos de atuação, onde cada Companheiro GM, esteja ele onde estiver, seja em Grupamentos, Postos de Serviços, Operacional etc. Estão todos esquecidos por todos a quem lhes deveria lhe valorizar, respeitar e investir para que os GMs com mais dedicação exercessem suas funções com mais orgulho. (Agente GF19, guarda feminina, Grupo de Discussão Alpha, 12/03/2019)

Tais marcas linguísticas presentes nos enunciados das respostas dos agentes participantes em sua maioria, como “esquecido”, “desamparado”, “ignorado”, “abandono”



etc.<sup>20</sup> Os elementos psicossociais que formam e materializam o sentimento de deterioração institucional, não apenas presente de forma documental na extinção assumida junto à Receita Federal, em 2009, mas no sentimento e na carga emotiva exposta por nossos participantes.

---

<sup>20</sup> Em anexo ao trabalho estarão todos os enunciados escritos dos agentes participantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que nas respostas transcritas dos agentes participantes dos Grupos de Discussões Aleph e Alpha trazem em seu interior alguns dos discursos que antevimos no capítulo referente aos procedimentos metodológicos que revelam alguns dos aspectos das trajetórias dos participantes. Mesmo na modalidade “escrito planejado” como discutir por Rodrigues (1999) que diferencia esse tipo de mecanismo linguístico da fala, que pode ser verbalmente planejado e não planejado, espontâneo.

Assim, em nossas considerações finais, identificamos nas respostas escritas dos participantes o que denominamos como os diversos “discursos deteriorativos” mais latentes que dispomos no Quadro 2 logo a seguir:

**Quadro 2 – Discursos Deteriorativos dos Agentes Participantes**

<b>Modalidade</b>	<b>Aspecto Positivo</b>	<b>Aspecto Negativo</b>
Discurso vanguardista	O agente vê a instituição como um órgão inovador na segurança pública “proximidade com a população”, “não ter um histórico de violência”, “caráter preventivo”, modelos de “policimento comunitário” bem à maneira estudada por Bayley (2006) e Bayley e Skolnick (2002) etc.	É sentir-se tolhido junto à corporação frente às demais forças policiais tradicionais que lhes dificulta o espaço para atuar.
Discurso moralista	Compreender que para atuar a corporação deve obedecer determinadas leis específicas locais, em “coragem para agir”, “cumprir com suas funções” etc.	E, por outro lado, compreender que a instituição somente se gerencia pautada no respeito e na honra, sustentando assim um caráter conservador.
Discurso afetivo	Ao passo que demonstrar um sentimento de amor e de dedicação à corporação traz algum aspecto positivo em “abnegação, garra e respeito” etc.	Traz, por outro lado, aspectos negativos que é o não reconhecimento, a sensação de entre tantas forças policiais, servir como “bode expiatório” na segurança pública municipal.
Discurso político	O reivindicatório, que busca por melhorias e, sobretudo, por reconhecimento como órgão participe no interior do subcampo da segurança pública municipal.	Por outro lado, o fato de envolver os interesses de sujeitos estranhos à instituição que por conchavo político acabam inserindo-se no espaço social da GMM, sem falar nas represálias que os agentes podem sofrer.
Discursos de autoestima e de depreciação	Quando se refere à autoestima o fato de os agentes identificarem-se com a corporação incorporando-a assim nas ações que são tomadas. Traz consigo um sentimento de identificar-se com GMM, e esta identidade bem à perspectiva de Woodward (2014), Silva (2014) e Hall (2014).	Como há dificuldades de afirmar que identidade policial é ser guarda municipal, os agentes vão recebendo limites funcionais a somente exercerem “papéis menores” na sociedade.
Discurso da eficácia	A compreensão de que a instituição possui capacidades para cumprir o seu papel de forma eficaz...	Entretanto, para que atue e seja vista como órgão eficaz, acaba vinculando a existência da instituição à sua eficácia.
Discurso de causa e de reivindicação	A principal causa das dificuldades de atuação da GMM e dos agentes atreladas à falta de investimentos.	Ligar à falta de condições de atuação dos agentes e da corporação somente à obrigatoriedade do gestor ter de investir. Os agentes podem e devem

		reivindicar isso.
Discursos de dependência e de interdependência	Que a corporação para atuar depende dos agentes tanto individual quanto coletivamente no cumprimento das suas funções.	A interdependência que retira a autonomia total da corporação, e para reforçar, esta dependência unilateral junto à secretaria tenha lhe reduzido a um departamento, ou no que denominamos “órgão-apêndice”, na figura de uma Inspetoria Geral e não de uma Guarda Municipal.
Discursos otimistas e pessimistas	Quando os agentes nas respostas demonstram que a instituição que servem ainda é a principal forma de atingir o sucesso profissional, e isso está atribuído aos salários que recebem, à inovação da proposta de atuação etc.	Por outro lado, o discurso pessimista recai sobre as respostas dos agentes que a partir dos sentimentos de abandono, de esquecimento contribuem para as expectativas negativas de futuro para seus agentes; isso resulta no sentimento de deterioração institucional que temos desenvolvido ao longo do trabalho a partir da análise das respostas escritas dos participantes e das marcas linguísticas presentes nos textos.

Nesse sentido, nossa constatação, conforme descrito no Quadro 2, e durante as discussões, aí promovidas pelos agentes participantes de ambos os Grupos de Discussões, foi um conjunto de diversos **discursos**<sup>21</sup>, que caracterizam o **sentimento de deterioração institucional** da Guarda Municipal de Maceió, entre os quais:

- a) O discurso vanguardista, quando o agente ver a instituição como um órgão capaz de inovar na segurança pública, mesmo tolhida pelas demais forças policiais tradicionais;
- b) O discurso moralista, pautado na visão conservadora de uma corporação capaz de ser gerenciada através do respeito e do reconhecimento institucional por meio da atuação cujo caráter advém da honra de seus componentes;
- c) O discurso afetivo, gerado pela abnegação, dedicação e amor pela Guarda Municipal de Maceió;
- d) O discurso político, bastante latente, que requer capacidade daqueles que integram a GMM para expressar suas reivindicações e interesses;
- e) O discurso de autoestima e de depreciação, que põe o agente numa situação de subserviência à forças conservadoras exercidas por militares da reserva remunerada;
- f) O discurso da eficácia, onde o agente acredita na participação e na atuação da corporação eficazes, com resultados que convenção a existência da própria instituição;
- g) O discurso de causa e reivindicação, cujo teor linguístico aponta para a necessidade de investimento e de reconhecimento tanto por parte do gestor quanto da sociedade;

<sup>21</sup> De acordo com Fiorin (2013) “o texto pode ser abordado de dois pontos de vista complementares. De um lado, podem-se analisar os mecanismos sintáticos e semânticos responsáveis pela produção do sentido; de outro, pode-se compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos” (FIORAN, 2013, p. 10) e outros discursos, relativizando-os com o contexto experienciado pelo agente e seus reflexos advindos de suas trajetórias profissionais. Logo, de forma operacional, iremos aplicar os recursos de interpretação da Análise de Discurso (AD) a partir da leitura de Fiorin (2013).

- h) O discurso de dependência e interdependência, que mostram os benefícios do trabalho individual e coletivo, resultantes da ligação entre a Administração Pública e os funcionários públicos;
- i) Os discursos otimistas e pessimistas, dos agentes que ainda acreditam na Guarda Municipal como uma das vias de acesso para o sucesso profissional e dos agentes que deixaram para trás as expectativas de futuro, desenvolvendo neste diversos sentimentos, entre os quais o de abandono, de depreciação e deterioração institucional a partir das reformas administrativas que contribuíram de forma decisiva para a extinção da GMM e resistência dos agentes que insistem em manter-se nos cargos de inspetor, subinspetor e guarda municipal;

Esse sentimento de deterioração institucional dividido, concretamente, com a sensação de o agente não se sentir preparado para atuar como guarda municipal. O elemento objetivo representado nos cursos de formação que poderiam ser oferecidos de forma sistemática, regular e constante. O fato de alguns agentes dizerem que “não tive oportunidades”, de a própria “GMM não ter oferecido oportunidades”, de saber que mesmo com algum preparo reconhecer que “há situações que nenhuma formação garante resolver”, nesses termos, que “sempre falta algo”, das “incertezas da segurança pública”, com a participação decisiva da SENASP através dos cursos específicos *online* em sistema EAD.

Em algum ponto, os agentes se sentem úteis, pelo menos é o que percebemos nas respostas do tipo “tenho formação superior” e logo complementa que isso “não quer dizer muita coisa se não formos aproveitados”; e outros agentes participantes que discursam sobre os “outros que se dizem preparados” e “morrem”. O discurso de sentirem-se úteis, otimista, até, bem reduzido dentre os demais discursos com aspectos pessimistas, parte dos enunciados expressos por aqueles que tomam “iniciativas para aprender e prepararem-se” porque daí acreditam em algo, na instituição, ou pelo menos alimentam no seu imaginário uma perspectiva de que no futuro tanto esforço despendido por eles resultem em algum reconhecimento seja por parte dos gestores seja por parte da sociedade. Imaginário ainda que divide o espaço discursos de que nem mesmo o estado e o município e “o gestor passa essa segurança para os agentes”.

E o que perpassa na mente dos agentes participantes dos GDs quando perguntamos-lhes sobre a importância do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para a Guarda Municipal de Maceió? se já tínhamos os elementos psicossociais formativos do conceito de

sentimento de deterioração institucional, agora temos um dos principais elementos que constituem esse conceito: a extinção do CNPJ da Guarda Municipal de Maceió.

As respostas que obtivemos conta com a presença de programas oriundos do Governo Federal como “Crack, é possível vencer”, e que a instituição com CNPJ poderia trazer para si, acreditam os agentes participantes. Uma forma de a instituição “caminhar com as próprias pernas”, e até de identidade profissional, o CNPJ como um Registro Civil, jurídico, que confirma e afirma a existência de fato e de direito de uma instituição pública. Entendendo identidade nos termos de Woodward (2014) a partir da visão conceitual de Rutherford (1990):

[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação. (RUTHERFORD, 1990, citado por WOODWARD, 2014, p.19)

Provavelmente, os enunciados disponibilizam discursos de que tendo a GMM o seu próprio CNPJ, os guardas municipais teriam, conseqüentemente, a certeza de que estariam servindo a uma instituição pública “real”, com especificidades e finalidades afins, com caráter aliado ao de polícia patrimonial e de polícia proativa – comunitária e preventiva, que elevaria a autoestima de seus agentes, uma autonomia, mesmo que relativa, ou sob a “governança dos coronéis”, e que “enquanto a GMM estiver dependente do CNPJ da SEMSCS” a instituição enfrentará “barreiras burocráticas” na aquisição de verbas públicas. E discursam que “a GMM sem CNPJ é como um indivíduo sem CPF”, não teria como considerar e reconhecer a primeira como uma instituição pública nem o segundo como cidadão, de fato e de direito. Será?

No Grupo de Discussão Alpha, os discursos inseridos nos enunciados das respostas obtidas com as perguntas, parecem enveredar para uma mesma discussão à qual nos deparamos durante a aplicação do GD Aleph, com as devidas diferenciações, sentidos e percepções que surgem e marcam linguisticamente cada fala dos agentes participantes. Demonstrando assim, através das marcas discursivas encontradas nas respostas escritas dos agentes participantes o sentimento de deterioração institucional da Guarda Municipal de Maceió.

Diante do exposto, conclui-se que a pesquisa, embora não pretenda abarcar todo o universo acerca da relação entre os agentes e a instituição GMM, em que os primeiros expressam através das respostas escritas sua visão e seu sentimento de deterioração

institucional, traz um avanço considerável para a compreensão desse sentimento, através do qual as marcas linguísticas demarcam decisivamente o discurso dos enunciados.

Reconhecendo que aliar tanto a perspectiva fenomenológica, com uso de alguns elementos da psicologia social, ao olhar sociológico, não é tarefa fácil, pois tratamos com objeto complexo. Por isso que nosso trabalho não tem o propósito de exaurir esse assunto, e sim, pelos esforços que tivemos, compreender como se dá o processo de deterioração da Guarda Municipal de Maceió. E como tal estudamos tanto os elementos constitutivos da subjetividade dos agentes participantes contidos nas percepções transcritas nos GDs quanto os processos que contribuíram para que os agentes expressassem o que denominamos como “sentimento de deterioração institucional”.

Há limitações tanto metodológicas quanto teóricas, mas reconhecendo tais limitações acreditamos que a forma como conduzimos a pesquisa contribuiu para que alcançássemos os nossos objetivos e comprovar nossas hipóteses. A qualidade da pesquisa preza não pela quantidade de participantes mas pela contribuição que estes forneceram para a nossa pesquisa quando aceitaram participar dos GDs.

Portanto, acreditamos, de forma geral, ter cumprido nossa missão em demonstrar que há o sentimento de deterioração institucional presente nas marcas linguísticas expressas nas respostas escritas às perguntas que fizemos, mesmo sendo elemento constitutivo primeiramente da subjetividade dos agentes, mas de forma concreta e objetiva presentes nos termos escritos, signos e símbolos linguísticos, ou seja, a linguagem possível capaz de “materializar” aquilo-que-vem-de-dentro-do-ser e que concretiza-se através das palavras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, observação participante e “Survey”: uma experiência de conjugação. In: NUNES, E. O.. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 125-151.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; BRASIL, Glaucéria Mota. **Formação da Guarda Municipal: Uma aventura**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 4, nº 4, out/nov/dez, 2011, pp. 601-628, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-4-4.pdf>. Acesso em 5 de setembro de 2019

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria geral do federalismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

BAYLEY, David H. *Padrões de Policiamento: Uma análise Internacional Comparativa*. Tradução de René Alexandre Belmonte. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 2.ed. São Paulo: EdUSP, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prática**. Tradução de Maria Ferreira. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <[http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

BRASIL. **Estatuto do Desarmamento**, Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal do Brasil**, Artigo 144, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 3.269 de 07 de fevereiro de 1991**. Dispõe sobre o Regimento Disciplinar da Guarda Civil de Maceió – RDGCM.

\_\_\_\_\_. **Estatuto Geral das Guardas Municipais**. Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014.

BRETAS, Marcos Luiz; MORAIS, David Pereira. **Guardas municipais: resistência e inovação**. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume1/guardas\\_municipais\\_resistencia-\\_inovacao.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume1/guardas_municipais_resistencia-_inovacao.pdf). Acesso em: 7 outubro de 2019.

CASTRO, José Nilo de. **Direito municipal positivo**. 6.ed. revisada e atualizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Comentários à Constituição brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1989.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise de Discurso**. 15.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GOMES, Jairo da Silva; CARDOSO, Anna Virgínia; GAUDÊNCIO, Júlio Cezar. **Situando a segurança no contexto local: Guardas municipais em um sistema de segurança urbana municipal**. Trabalho apresentado no Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia – CAIITE/2015, no 4º Encontro de Estudos sobre a Violência do NEVIAL, Universidade Federal de Alagoas, 2015.

GUINDANI, Miriam. A criação de um novo paradigma em Diadema. In: SENTO-SÉ, João Trajano. **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 4, pp. 117-144.

KAHN, Túlio. Indicadores em prevenção municipal de criminalidade. In: SENTO-SÉ, João Trajano. **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 2, pp. 45-92.

LYORTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 15.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 16.ed. atualizada. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Kátia Sento Sé. **Cidade e conflito: guardas municipais e camelôs**. Niterói: Editora da UFF, 2011.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Seleção e introdução de Celso Castro. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MISSE, Michel; BRETAS, Marcos Luiz. Introdução. In: MISSE, Michel; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **As guardas municipais no Brasil: diagnósticos das transformações em curso**. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ; BOOKLINK, 2010. p. 7-14.

MUNICÍPIO DE MACEIÓ. **Lei Municipal nº 3.961, de 29 de dezembro de 1989**. Dispõe sobre a implantação da Guarda Civil Municipal e dá providências correlatas. Maceió, Alagoas.

PARK, Robert E. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: PARK, Robert E. **A sociologia urbana de Robert E. Park**. Organização e introdução de Licia do Prado Valladares. Tradução de Wanda Brant. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 39-80.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A construção significativa do mundo social: Uma introdução à sociologia compreensiva**. Tradução de Tomas da Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SANTOS, Fabio dos; GAUDÊNCIO, Júlio Cezar; CARDOSO, Anna Virginia. **Policimento “convencional” ou policiamento comunitário: entre a teoria e a prática, seus efeitos e seus reflexos**. In: Encontro de Estudos sobre a Violência – NEVIAL/UFAL/2015. Eixo 03 –



Segurança e Direitos Humanos. (Artigo) Disponível em: <[https://www.academia.edu/22541515/Policiamento\\_convencional\\_ou\\_policiamento\\_comunit%C3%A1rio\\_entre\\_a\\_teor%C3%A1tica\\_seus\\_efeitos\\_e\\_seus\\_reflexos?auto=download](https://www.academia.edu/22541515/Policiamento_convencional_ou_policiamento_comunit%C3%A1rio_entre_a_teor%C3%A1tica_seus_efeitos_e_seus_reflexos?auto=download)>

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWART, Kathryn (orgs.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWART, Kathryn (orgs.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 72-102.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança municipal no Brasil – sugestões para uma agenda mínima. In: SENTO-SÉ, João Trajano. **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 1, pp. 15-44.

VALLADARES, Licia do Prado. Introdução. In: PARK, Robert E. **A sociologia urbana de Robert E. Park**. Organização e introdução de Licia do Prado Valladares. Tradução de Wanda Brant. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 11-19.

VARGAS, Joana Domingues; OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. **Guardas municipais no Brasil: um modelo de análise**. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/dilemas7art4.pdf>. Acesso em: 24 outubro de 2019.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Parte II, cap. 1, pp. 54-66.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWART, Kathryn (orgs.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

**ANEXO**

## GRUPOS DE DISCUSSÃO (GD) ALEPH & ALPHA – RESPOSTAS ESCRITAS

*Mediador* (inicia o GD) - **A QUEM INTERESSA A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ?**<sup>22</sup>

**GMI** – Como guarda municipal, entendo que a GMM interessa tanto a **sociedade maceioense** quanto à própria estruturação orgânico-administrativa do município. Todavia, por não **atuar de forma eficaz** devido a **modelos** de ordem administrativas internas, a GMM vem sendo utilizada desde a sua criação em 1989 como um meio de agregar a **projetos político-sociais**, que em grande parte **exclui** a própria instituição, para manter determinados seguimentos profissionais e sociais do estado, entre os quais, o **extrato de inativos e ativos do oficialato militar**, de certa maneira para um (sic) tentativa de **invisibilidade do papel da GMM**, já que estamos lidando também com o status de município capital e como tal exprimir para a sociedade uma **resistência** de determinações na área de **segurança pública** que a GMM poderia participar mas não participa porque tal corporação está do **lado mais fraco** em comparação com o **estado** e sua **superestrutura** e os sujeitos que mandam neste estado.

**GF2** - Na minha opiniao interessa mais ao **guarda que ama** a instituicao e se esforca para mante\_la. Vejo muito esse **amor** e essa **vontade** de fazer mais. Claro que toda regra ha excecao mas acho que muito querem ver a guarda melhor e mais valorizada pela sociedade.

**GM3** - Hoje os maiores interessados pela manutenção da nossa guarda, somos nós **funcionários públicos municipais**, primeiro nós guardas por manter nosso **emprego** e segundo todos os funcionários por precisarem de nós para ter uma **sensação de segurança**, seja na escola, no posto de saúde ou secretarias.

**GF4** – Há interesse aos **oficiais militares da reserva** sim que por **vias políticas e de interesse próprio** passa uma imagem para a sociedade constantemente alienada de muitas verdades e condições estruturais, no meu entendimento, de que somente tal seguimento por serem militares é que possui **capacidades técnicas** e status profissionais para gerir a GMM. Como

---

<sup>22</sup> Observação que se faz necessário quanto à gramática e digitação das respostas dos agentes participantes. Significa que, da forma como encontramos e foram respondidas na forma de escrita digital pelos entrevistados nos GDs, as transcrevemos aqui, preservando a originalidade, a forma como digitaram no aplicativo *WhatsApp*, sem a preocupação, no entanto, de correções gramaticais.

se a instituição não tivesse os munícipes como o primeiro dono via impostos que pagam, mas que pertencesse a **um outro Senhor chamado conveniência político-partidária**. Assim expresse minha opinião como participante da pesquisa.

**GF5** – Deveria primeiramente **interessar ao próprio município**, como instituição, nos qualificaram melhor, para podemos em seguida dá uma resposta melhor para a sociedade... Mas infelizmente isso não acontece... Ficamos como **fantoche** quanto instituição.

**GM6** – Primeiramente a **nós enquanto profissionais** da Guarda Municipal de Maceió e conseqüentemente deveria ser do **interesse de nosso gestor**, desde que houvesse uma preocupação por parte dele com a segurança da população... A população assim como nós profissionais anseia por mais políticas públicas voltadas para segurança. Posso assim acrescentar que na atual conjuntura é de **interesse nosso e de parte da população** que a Guarda Municipal possa cumprir com seu papel, contribuindo juntamente com as demais **forças policiais no combate a violência** em nosso município.

**GM20** – Na minha opinião a Guarda Municipal **deveria ser de interesse dos munícipes** por que ela historicamente falando esta mais **próxima da população** e por ser uma instituição **teóricamente nova** não tem **histórico de violência** e sendo assim importante para o administrador público, isso se ele deseja também trabalhar em prol da segurança do município!

**GM 22** – A guarda municipal de Maceió interessa a **sociedade** pois é uma instituição de segurança que age de **forma preventiva** e protetora para resguardar o maior **patrimônio público** que é um município e que também ampliou em muito seu campo de atuação com a **lei 13022**.

**GF 23** – A guarda foi criada pela **constituição** para cuidar do **patrimônio público**, com o passar do tempo ela se desenvolveu, aponto de ficar mais próxima com a comunidade, do que outras polícias, com **lei federal 13022**, a guarda (sic) passa ter um grande papel com a sociedade, onde abrange varias funções dentro do município e com convênio, das esferas estaduais e federal. Concluindo, já foi dito segundo a nova lei, **interessa a comunidade**, a sociedade a todos os cidadãos, principalmente aos pequenos municípios, onde há **falta de policiamento!**

*GM 24 - A alguns guardas que honram e respeitam essa instituição e a sociedade que anseia por segurança.*

**Mediador – NA SUA OPINIÃO, A GMM MERECE UM ESPAÇO NA SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL NO COMBATE À CRIMINALIDADE E NÃO UNICAMENTE À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO? JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA.**

*GM1 – Eu não consigo pensar a GM como uma polícia ostensiva. Dificilmente a sociedade irá aceitar a Guarda como polícia que combate a criminalidade. A não ser por força de lei.*

*GF2 – Sim. Pela proprio papel da Guarda Municipal que tem carater preventivo. Na questao de seguranca publica a prevencao e muito importante. Pois depois do crime realizado gasta\_se mais recursos para remedia\_lo. Uma Guarda mais atuante daria o suporte as demais forcas da seguranca publica*

*GM3 – Eu acredito que sim, porem tendo consciência de nossas atribuições no âmbito municipal, fazer segurança com inteligência, com precaução e não com remediação depois que o fato ocorreu.*

*GF4 - Todos nós sabemos que depende da formação de nós agentes. Curso de formação para gms acima de 48 anos, como eu, não servem senão como exercício para a saúde rrsrsr mas para correr atrás de feirante ou tomar conta de posto fica inviável. Então como é que pode um universo de 800 gms de Maceió sem preparo físico? Para merecer, na minha opinião, a Guarda precisa ter estrutura e efetivo através de concurso para no mínimo 500 agentes. A gente tem de perder essa mania de pensar que podemos ser robocop ou um ninja do rapel ou da tonfa ou do mergulho ou do kunk fu. Até então na vida real eu nunca vi um ninja que se desviasse de bala de arma de fogo. Precisamos de porte de arma, de posto de comando e de salário compatível. Imagine se vamos ter coragem sem isso para combater o crime! O resto é balela. E pior é que é nosso direito. A gente de mudar essa mentalidade. Maceió precisa de mais 1000 agentes. Estes sim sangue novo precisarão de formação. O resto é balela. A gente vê um monte de agentes que fizeram cursos e ainda assim levam pisa de coentro de laranja e carreira. Se quisesse realmente o avanço da GM teriam atendido há dois anos o que a lei federal obriga. A névoa de ilusão que transpõem sobre nós que merecemos reconhecimento vem tanto dos movimentos sindicais que há décadas vem*

lucrando via contracheque e nos dando migalhas e dos **discursos montados e arcaicos** que a **sociedade alienada** está acostumada a ouvir. Somos agentes de valor mas querem nos tirar essa **preciosa honestidade** nos espelhando para uma **sociedade parva e manobrada** a imagem de **que somos ineficientes incompetentes** quando é o contrário. Sejam inteligentes e **façamos valer a nossa escolaridade**. Pois estamos lidando com uma sociedade que pensa e age arcaicamente, o quê de **progressista** em algumas exceções não passa de névoa ou como conhecemos **projetos "vazios"** e com **prazo de validade** que adequa-se a **modelos pré determinados de gestões**. Porque neste estado são sempre em grande parte **os mesmos sujeitos que ditam as regras e dão as cartas nesse jogo maquiavélico e lucrativo**.

**GM5** – Não, pois **falta material de trabalho**, tipo: algaema, esprei de gengibre (pois o de pimenta esta proibido), **BP, falta curso de formação**, tiro, falta ate gasolina as vezes), falta mais qualificação profissional. Entre outras coisas.!!

**GF6** – Acho que sim. Mas falta condições de trabalho e estrutura, como o amigo falou.

**GM20** – Ainda não lhe foi dada as condições para assumir esse papel.

**GF21** – Poderia sim. Mas se contar com a criminalidade acho que **não**. **Proativamente**, acho que sim. Como **polícia comunitária**. Até tivemos **algumas bases, na época da gestão do delegado João Mendes**. Quando tínhamos 5 bases, se não me falha a memória, uma no Jacintinho, uma no Dique Estrada, onde hoje é o CAIC, outra no Conjunto Carminha, no Benedito Bentes... Mas pra tudo isso exige investimento. Interesse da gestão, entende? E compreensão sobre o que é **Policimento Comunitário**. Pra que serve e como atuar. Mas aí nós **GMs de Maceió** não nos damos conta nem de participar de alguns Cursos e Treinamentos sobre **Policimento Comunitário**, acredito que uma grande parcelas de **GMs** conhece porque tentaram colocar em prática e infelizmente não deu certo, aliás não só na **GM** como também na própria **PM**.

Mas no nosso caso o que **faltou foi investimentos, condições de trabalho**, seleção dos **GMs** que teria ou deveriam ter para atuar no **Policimento Comunitário** e o mais importante, o **compromisso do Gestor** tanto com os Guardas Municipais quanto para a Comunidade, inclusive chegaram até a **construir Bases de Policimento Comunitário para a Guarda Municipal de Maceió**, mais servia apenas como um **Box da GM** como existia na **PM**. Muitos não foram informados, preparados, selecionados para trabalhar com a comunidade.

*A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Alagoas chegou a oferecer algumas vagas para a nossa Guarda Municipal, infelizmente essas oportunidades eram desperdiçadas e muitas vezes o GM não tinham conhecimento dessas Vagas para a GM, os nossos Secretário, Comandos ( Inspetores ), engavetavam e o Curso acontecia sem que os GMs tomassem conhecimento. Poucos foram os que tiveram a oportunidade de realizar esse treinamento de forma presencial, já que hoje esse Curso é oferecido pela **Rede SENASP de forma EAD, ensino a distância**, sem que os GMs tenham interesse de realizá-lo até porque se quando estava no auge a criação de bases comunitárias para que os GMs pudessem trabalhar o policiamento comunitário junto a determinada comunidade não nos deram as condições necessárias, a capacitação precisa, imagine agora que **pelo visto o Policiamento Comunitário já caiu no esquecimento das Forças de Segurança Pública.***

*Acredito, que em Maceió, apenas uma tenta sobreviver, lá no Benedito Bentes e já funciona de forma precária é um ou outro Policial tenta levar ou fazer e conta que faz policiamento comunitário. Outra questão importante ainda é que esse tipo de policiamento quando tentaram implementar na nossa capital, começaram com os **bairros mais violentos**, bairros esses dominados pelo **tráfego de drogas, homicídios** e onde **as pessoas vivem a margens da pobreza, da miserabilidade** etc. Então, como iria dar certo um policiamento comunitário nessas localidades, onde todos deveriam está presentes, não apenas a "**Polícia**", o nome já diz, já intimidada, já traz traz uma preocupação não apenas para os policia, mais também para todos que ali vivem. Por isso, esse tipo de policiamento **deve ter a presença de vários outros órgãos e secretarias tanto do Estado quanto do Município.** Secretaria de Educação, Esporte, Cultura, Saúde, Assistência Social etc. Mas, acharam que tudo isso era para a Polícia fazer, problemas muitas vezes até simples de resolver, mais que viraram casos de polícia. Então, jogaram as Bases de Polícia Comunitária como se fosse uma Base do Tribunal de Justiça, do Fórum, dos Juizados de Pequenas Causas, colocaram o Policial como Juiz, Médico, Psicólogo, Advogado, Assistente Social, enfim jogaram todos os problemas sociais nas Costa dos Policiais ou Guardas Municipais e esqueceram no trabalho em conjunto, a parceria onde cada um entra com a sua parte para ajudar a todos os envolvidos na questão.*

*Pra finalizar, se falaram em muitos recursos para a nossa Guarda Municipal de Maceió, recursos esses para ser investidos no Guarda Municipal, na implantação do Policiamento Comunitário. Mas, quem viu ?*

*Todos nós sabemos que as Guardas Municipais é que estão mais próximo da filosofia do policiamento comunitário, até pela questão da atuação da nossa Guarda Municipal, seja na*

*comunidade escolar, nos postos de saúde, na confiança que a população tem junto a GM já que a Guarda Municipal atua mais de forma preventiva, já a PM atua de forma Ostensiva mais Repressiva. No entanto a GM desde sua criação vem atuando junto a comunidade, nos mercados públicos, postos de saúde diversos em qualquer bairro independente do grau de violência, nas escolas da periferia etc. Isso faz com que os GMs tenha um contato maior com a população, que **consiga conquistar a confiança da população** é ter a facilidade de se inserir no meio da comunidade.*

*Pra ser sincero, em minha opinião a implantação do Policiamento Comunitário junto a comunidade teria que ser pensando, repensado, estudado pra não cometer os mesmos erros do início, onde foram construídas Bases Comunitárias nos piores Bairros de Maceió e jogaram lá o GM treinamento, capacitação, sem dar condições de trabalho para que ele podes sempre desempenhar sua atividades, aliás o GM ficava acuado, sem VTR de apoio, muitas vezes só ou em dupla sem as devidos equipamentos e o pior entre o fogo cruzado nas guerras entre traficantes rivais. Por isso companheiros tem que ser estudado, pensado, repensado, levando em conta que o tráfico de drogas e a criminalidade domina quase todos os bairros da capital, **que o GM já não é mais bem aceito como um pacificador, muitos traficantes enxergam o Guarda Municipal como um possível inimigo**, que pode a qualquer momento agir contra o interesse da bandidagem, que o GM pode também de forma integrada, em operações juntos as demais forças deter, prender os traficantes, os marginais da área é que esse GM que está ali dentro da comunidade comecem a incomodar os traficantes, tendo em vista que os GMs dentro das comunidades irão saber de tudo que se passa , quem é quem, onde acontece o tráfico de drogas e quem são os possíveis traficantes da área. Por isso não sei bem se hoje seria viável, falo em relação a nossa capital maceió.*

**GM22 – Sim. Os Estados não têm condições de exercer com exclusividade as ações de segurança pública**, quando a atividade criminosa é incrementada como decorrência das grandes aglomerações urbanas. Defendemos que o policiamento municipal garante que mais recursos sejam alocados para a segurança do cidadão e permite que os prefeitos dos grandes municípios possam colaborar, com seu **conhecimento estratégico da cidade**, no policiamento ostensivo para a defesa da integridade física e do patrimônio dos cidadãos, contribuindo para a diminuição da violência.

**GF23 – A guarda não só merece, como está inserida em muitas cidades onde o gestor é a favor do desenvolvimento da guarda e da segurança municipal, além disso tem um papel**



*social e comunitária dentro da sociedade, diferenciando em sua proximidade com a população. Acredito que as guardas municipais **não cabe a ela a segurança patrimonial e sim a segurança ostensiva municipal!** E Já conquistou, porém como vemos em nossa cidade, falta vontade política e ciúmes da polícia militar, que atrapalha politicamente, aqui em Maceió **poderíamos começar criando relatórios e estatísticas mensais** dos grupamentos e divulgar a população pelos meios de comunicação!*

*GM22 – É justamente como o colega falou só acrescento que deveríamos ter uma assessoria de comunicação e ter como filosofia o policiamento comunitário baseado no **modelo Japonês que é o Koban**. Pois esse modelo traz a comunidade como parceira dos agentes de segurança, trabalhando juntos principalmente com informações.*

*GM24 – Sim. Merece o seu próprio espaço, embora as demais instituições não vejam com bons olhos dada a **tradição** que têm.*

#### **Mediador - NA SUA OPINIÃO O QUE É SER GUARDA MUNICIPAL NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MACEIÓ?**

*GM1 – É servir aos maceioenses como qualquer outro funcionário. Se bem que algumas categorias tem **plano de cargos e carreira**; nós não temos ainda porque a gestão pouco se importa com isso. **Isso nos deixa triste** mas não podemos deixar de servir aos munícipes.*

*GF2 – É poder **contribuir com o melhoramento da sociedade**, pois a **polícia armada** nao pode estar em todo lugar. E temos varias atribuicoes tanto quem trabalha em postos do municipio como quem trabalha na rua.*

*GM3 – Ser guarda municipal envolve **vontade e dedicação**, ter compromisso com a corporação e com o próprio município.*

*GF4 – Concordo com a possibilidade de poder contribuir com **uma sociedade melhor**, sob a condição de **ser agente da área de segurança pública**. Mas estamos longe de sermos **reconhecidos** como tal.*

**GM5** – *É difícil definir o que é ser guarda municipal. Objetivamente é cumprir suas funções como protetores dos bens públicos.*

**GF6** – *No contracheque diz que sou guarda municipal... Quando fiz o **concurso público** em 2000 dizia que eu seria guarda municipal. Minha **família me ve como guarda municipal**. Meus vizinhos e amigos também. Se me perguntarem onde trabalho eu não saberei dizer, porque **minha instituição foi extinta**. Fica difícil aí explicar.*

**GM20** – *Ser guarda municipal é **cumprir com as atribuições previstas em lei**. Só que não quero pensar assim. **É ser reconhecido como tal e não como boneco de manipulação** nas mãos dos militares.*

**GF21** – *É servir a população que contribui com seus impostos.*

**GM22** – *Gostaria de saber o que é ser guarda municipal diante de tanto **abandono da instituição**. Eu me lembro que em gestões anteriores tínhamos prefeito e diretor que dizia na imprensa que **guarda nem é guarda e nem é vigia**. Parece **piada**, mas me sinto assim.*

**GF23** – *ser guarda municipal é ser aguerrido, cumprir com suas funções com garra e coragem.*

**GM24** – *Ser guarda **coragem para agir** na hora certa e **recuar** quando for necessário e não tiver condições de encarar o perigo. **É correr** mesmo quando necessário, que ninguém vai dar uma de besta de agir como um **super-homem** sem condições nenhuma de trabalho.*

**Mediador – QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA NO MUNICÍPIO ONDE ATUA COMO GUARDA MUNICIPAL?**

**GM1** – *Uma cidade rica mas com uma **administração que não enfrenta a violência urbana** como deveria, pelo menos aparelhando a nossa Guarda Municipal.*

**GF2** – *Eu acho a violência, pelo menos a que eu percebo muito **ligada ao uso das drogas**. Acho que falta não só apenas o combate, mas principalmente um **trabalho social** que englobe*

*educacao, trabalho, saude, os direitos basicos que estao garantidos na Constituicao. Nao venceremos a violencia sem um trabalho social.*

*GM3 – Violência urbana nas formas de **abandono das comunidades** e que a Guarda Municipal poderia contribuir para minimizar **preventivamente***

*GF4 – A violência esta geral, acho que **é a ausência do poder público no nosso Estado**, essa **falta de investimento nos jovens**, quando se tem saúde e educação e moradia de boa qualidade, teremos um mundo sem violência.*

*GM5 – A violência deveria ser **a motivação de investimentos** no combate ao crime mas o **Prefeito finge que não vê**.*

*GF6 – não minha seara falar sobre isso, mas acho que **é o que corroi a imagem de uma cidade tao bela como Maceió**. mas **uma gestão ausente de políticas públicas** na área da segurança pública.*

*GM20 – A violência urbana atinge hoje todos os recantos do país e **se houvesse investimento e boa gestão a Guarda Municipal** com certeza desenvolveria um papel muito importante na diminuição dessa violência!*

*GF21 – concordo com o companheiro que a Guarda Municipal bem gerida contribuiria no combate à violência. Mas parece não haver interesse dos gestores.*

*GM22 – O interessante é que **nem mesmo o Estado consegue combater** a violência urbana. Muita gente morrendo e **muitos jovens envolvidos com o tráfico**. Imagina se o município teria condições para isso!*

*GF23 – A violência, vem pela falta de **investimento em educação**, além da **geração de empregos**, e maior parte da violência em Maceió, vem pelas **drogas**, através dos **tráficos**, brigas por pontos, como também **assalto ou roubos** causados pelos usuários para manter seu vício!*

**GM24** – *Violência urbana é o assunto do momento, mas não podemos esquecer do nosso papel como guardas municipais para combater preventivamente a violência urbana.*

**Mediador** – **QUAL O SENTIMENTO QUE PASSA PELA SUA CABEÇA NO MOMENTO DE SUA ATUAÇÃO COMO GUARDA MUNICIPAL E A CORPORAÇÃO NÃO LHE DÁ CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA TAL?**

**GM1** – *De uns anos pra cá, **de abandono**. Pensei que anterior a essa gestão, éramos infelizes.*

**GF2** – *Se não fosse pela remuneração, eu já estaria em outra profissão. Me sinto **desmotivado**, sabe?*

**GM3** – *O sentimento **de total impotência**, principalmente quando nos deparamos nas ruas com pessoas nos pedindo apoio e vc não pode fazer nada, capacitação temos mesmo que através de recursos próprios, mas do que adiante se os gestores não querem que os guardas sejam visto pela sociedade como parte da segurança pública.*

**GF4** – *Lamentável, isso. Diante dessa situação, eu, como guarda, também sinto o **sentimento de impotência no seguinte sentido**: mesmo reconhecendo que eu nesses 21 anos de Guarda encontro despreparado para combater a criminalidade no contexto atual. Primeiro porque já faz muito tempo que tive treinamento. E os que estão oferecendo por aí levantam dúvidas sobre sua validade para a Senasp/MJ. Curso sério tem de ter verba da União já que o município não arca com cursos de grande vulto que realmente nos garanta uma qualidade de vida e de salário melhores. Mas como juridicamente não existimos seremos obrigados a subsistir à margem da Administração servindo de **bode expiatório** para muitos que vêm lucrar através dos cargos demarcados politicamente. Impotente eu me sinto porque sabemos o estado e o status em que se encontra a instituição mas não podemos mudar essa situação de forma que não seja drástica, repentina e surpreendente já que o movimento sindical perdera grande parte de sua credibilidade.*

**GM5** – *Nem sempre iremos encontrar condições ruins de trabalho, até porque há postos de serviços bons para se trabalhar. O problema é se você não faz parte de um seleto grupo*

*interno e não é escolhido para os melhores postos e secretarias. Um sentimento **de tristeza e de decepção**.*

***GF6** – De desmotivação e **de medo de perder o emprego**. **É tanto descaso com nos Guarda que dá esse medo na gente.***

***GM20** – De abandono e de esquecimento... Tenho uma pergunta.*

***Mediador** – **Pode fazer a pergunta.***

***GM20** – **Você garante que essa nossa discussão não vai cair nas mãos do secretário?***

***Mediador** – **Como eu frisei no início, a pesquisa mantém sigilo total, por isso que vocês não podem ser identificados. Podem ficar tranquilos.***

***GF21** – **Sentimento de abandono e de esquecimento, também.***

***GM22** – **Totalmente desvalorizado como guarda municipal.***

***GF23** – **Como guarda de Maceió, onde não há investimentos de equipamentos de proteção individuais , em fardamentos<sup>23</sup>, em armas não letais e letais (sem porte de armas), não temos estruturas, muitas vezes vamos com a cara e a coragem para o confronto, graças a Deus não deu ainda um problema grave, mas um dia poderá acontecer o pior, até quem tem arma própria, se der um tiro em um indivíduo, poderá responder por não ter apoio da instituição, então lógico que não estamos preparados, até por falta de investimentos dos gestores municipais! E tempo que voltar para nossa família vivos!***

***GM24** – **Diversas vezes trabalhar em postos sem banheiro e sem água para beber, nesses quase vinte anos já vi muita coisa, mas nunca vivemos uma situação tão angustiante e de incertezas como hoje.***

---

<sup>23</sup> A título de informação, ainda não havia uma Portaria regulamentando o uniforme nem uma Lei que concede subsídio para a compra do fardamento do guarda municipal. A portaria do mês de novembro e a Lei, de dezembro de 2019.

**Mediador – VOCÊ SE SENTE PREPARADO PARA ATUAR COMO GUARDA MUNICIPAL?**

**GM1** – Não me sinto preparado como guarda municipal porque **não tive oportunidade** de obter treinamento suficiente para exercer a função de guarda como a lei e o dia a dia exigem.

**GF2** – Estou preparado para atuar como guarda, embora a **GMM não tenha oferecido oportunidades como deveria.**

**GM3** – Não me sinto preparado também. Embora nosso serviço seja o de proteger do patrimônio público, e a depender do lugar, corremos **risco de morte.**

**GF4** – Embora **tenha participado** de diversos cursos de treinamento na área, é possível que me depare com situações que **nenhuma formação garante** que eu esteja devidamente preparado.

**GM5** – Sempre falta algo em nossa formação. Por isso nunca estaremos preparado para enfrentar **as incertezas** na área da segurança pública.

**GF6** – Acho que sim. Fiz muitos cursos pelo Senasp, ead. Faço minha parte para estar preparado.

**GM20** – Não me sinto preparado, apesar da minha escolaridade em nível superior e ter feito alguns cursos online.

**GF21** – Graças a Deus nunca aconteceu nada comigo. Mas a gente viu muitos companheiros sucumbirem, mesmo tendo passado por muitos cursos. Não me sinto não preparado.

**GM22** – Não sei dizer bem. Acho que é muita sorte um agente nesses mais de vinte anos de trabalho estar vivo e não ter acontecido nada de ruim com ele nos postos onde trabalhou.

**GF23** – Sim. Sempre busquei e tive iniciativa em aprender mais sobre a área que atuo como guarda municipal.

**GM24** – *Difícil estar preparado para um tipo de serviço tao complicado como é o da área de segurança pública. Nem o gestor passa essa segurança pra gente de que podemos estar prontos para algo.*

**Mediador – NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ) PARA A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ?**

**GM1** – *Só pra complementar o que o colega falou, lembro ainda que a nossa Guarda Municipal de Maceió também teria sido inserida em um Programa do Governo Federal, denominado “Crack, É possível vencer”, se tivesse CNPJ, e alguns GMs foram contactados e seus nomes foram para uma Lista de Curso na SEDS, na verdade ficou apenas no papel porque quase nenhum GM fizeram esse Curso e lembro ainda que existiam até ônibus equipados e doados pelos Governo Federal, para a nossa Guarda Municipal de Maceió/Polícia Militar de Alagoas. Creio que por falta desse CNPJ. E aí **nada foi colocado em prática** acho que por nenhuma das duas Corporações, os recursos, os investimentos, os treinamentos, os ônibus, só Deus quem sabe, deve está por aí em algum lugar do nosso Estado.*

**GF2** – *Não sabia que a GMM tinha um! Sempre vi os investimentos como **iniciativas do Poder Executivo**, como principal mentor, mesmo tendo a participação de alguns diretores da GMM. mas acho importante pra uma instituição que **precisa caminhar com as próprias pernas**.*

**GM3** – *Acho essencial pra GMM porque **pode conseguir fundos e verbas federais**. Como ocorreu em algumas ocasiões. Pena que na época o curso de formação que foi oferecido para 350 guardas municipais **foi mal utilizado pela instituição** e hoje estamos quase na estaca zero.*

**GF4** – *Pelo menos com um CNPJ nos daria **uma garantia de estar servindo a uma instituição real!** E não uma secretaria mista com finalidades fins diferentes das de uma instituição genuinamente **com caráter policial**.*

**GM5** – *Eu acho importante **porque eleva nossa autoestima** como guarda municipal. E agora sem CNPJ, o que esperar de uma instituição que juridicamente não existe? Quando a GMM*

*tinha CNPJ próprio tinha **uma certa autonomia**, pouca mas tinha, mesmo com os prefeitos nomeando os coronéis pra governarem a Guarda.*

**GF6** – Enquanto nossa Guarda Municipal de Maceió **estiver atrelada a SEMSCS**, ou melhor estiver **dependente do CNPJ dessa Secretaria**, nossa situação sempre **estará difícil** por conta das **barreiras burocráticas** que sempre estará presentes em tudo que se necessite para a nossa Guarda Municipal de Maceió.

**GM20** – O CNPJ é muito importante para nossa GMM, já que é através desse Cadastro que nossa instituição poderá **adquirir seus bens e equipamentos específicos** utilizados por órgãos de Segurança Pública, como armamentos letal, munições, armas de baixa letalidade, coletes balísticos, fardamentos para os GMs, aquisição de viaturas da GM etc. Todos esses equipamentos adquiridos como **PATRIMÔNIO DA CORPORAÇÃO**, o CNPJ para nossa Guarda Municipal também é importantíssimo para que a mesma possa **firmar CONVÊNIOS**, para o **PORTE DE ARMA INSTITUCIONAL**, receber **RECURSOS do GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL** ou até **MUNICIPAL** como também recebimentos de **DOAÇÕES** e **EQUIPAMENTOS** de outras Forças de Segurança Pública etc.

**GF21** – Sobre a importância do CNPJ para nossa Guarda Municipal de Maceió. Vou começar por nós GMs, enquanto **cidadãos** para fazer Concurso Público tenhamos que ter nosso Registro junto a Receita Federal, ou seja, pois como tal temos que **adquirir o CPF** para que assim possamos realizar concurso público para entrar na nossa Guarda Municipal de Maceió, sem esse documento e outros necessário para quem realizar Concurso Público, Vestibular, Seleção, enfim tudo que fazamos hoje é necessário ter o CPF.

Então, por aí você já tem a noção da importância do CNPJ para nossa Guarda Municipal de Maceió.

**GM22** – Questões que podem ou poderia ser facilmente resolvidas estará sempre esbarrando em questões de **LEGALIDADE** e principalmente **JURÍDICOS** por falta de CNPJ.

**GF23** – Então Companheiros Guardas Municipais, com a baixa do CNPJ da nossa Guarda Municipal de Maceió, **acaba perdendo seus direitos** e quem perde muito mais com isso somos nós GMs que ficamos a **mercê da SEMSCS** para ele, o secretário, quiser fazer e entender com a nossa Guarda Municipal de Maceió e seus integrantes.



*GM24 – Simplesmente estamos a mercê do coronelismo. Pronto falei.*

## **Segundo momento dos GDs**

### **Mediador – A QUEM INTERESSA A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ?**

*GM7 – Se for no contexto da segurança o **interesse é da população**, na minha concepção.*

*GM8 – No meu ver a princípio a guarda municipal à sociedade e que foi criada para **tomar conta do patrimônio público municipal** mais devido a criminalidade que vem crescendo em nosso país, podemos observar que a guarda também é muito importante no quesito segurança pública pois por está inserida no **artigo 144** da constituição como órgão que compõem a segurança pública nós podemos dar uma grande parcela de ajuda no combate a criminalidade mais para isto acontecer precisamos também da ajuda daqueles que nos estão nos gerindo, precisamos que eles olhem para a nossa guarda municipal com bons olhos precisamos que eles invistam na nossa guarda municipal pois hoje em dia devido a esta criminalidade não se consegue fazer segurança pública **só com a cara e a coragem**.*

*GF9 – no momento à propria G.M. passar pôr uma tarefa difícil e ta conseguindo fazer o seu papel **falta material humano** e outras coisas mais importantes no trabalho do dia a dia nosso*

*GM10 – A sociedade e aos próprios membros da GMM. A sociedade, num contexto de segurança com uma maior APROXIMIDADE, ja para os GUARDAS DE MACEIÓ, como uma forma de reconhecimento de uma segurança que já fazemos*

*GM11 – Depende se for considerado para fins administrativos penso que ao gestor que irá encontrar no guarda municipal um aliado que promoverá a mediação entre o serviço e a garantia do perfeito funcionamento e integridade dos bens instalações e demais práticas. Para a população, atualmente pensa-se numa guarda capaz de responder a uma demanda cada vez mais ambígua visto que muitas das atribuições que a nós foi dada Não se aplicam visto que o interesse político é anterior ao interesse público.*

*GM15 – Infelizmente, a Guarda Municipal de Maceió interessa na maioria das vezes a coroneis da PM reformados para servir de cabide político em futuras eleições, mas sem*

*interesse algum em fazer a GM crescer. Interessa a população de Maceió e a nós guardas municipais no intuito de fazer ela crescer e poder servir a sociedade.*

**GF16** – *1- A sociedade em geral que vive enclausurada por falta de segurança; 2- Aos políticos oportunistas que querem usar a GMM de curral eleitoral; 3 - A militares da reserva que verem a GMM como complemento da sua renda e status pra alavancar seus ego; 4 - O pior de todos, a alguns GMM que usam dos números 2 e 3, pra ficarem parasitando no GMM.*

**GM17** – *Primeiramente é preciso ressaltar que o maior interessado nas ações da Guarda Municipal de Maceió são os próprios munícipes, que precisam dispor, por exemplo, dos prédios públicos em perfeito estado de conservação, e com segurança, para então poder fazer uso dos serviços públicos no cotidiano, e nesse contexto estão às escolas, creches, postos de saúde, conselhos tutelares e tantos outros meios públicos que precisam ser protegidos diuturnamente pela nossa Guarda Municipal. No segundo momento é necessário reconhecer a ineficiência do estado de frear o aumento da criminalidade e da violência em Maceió. O baixo efetivo nas polícias ocasionado pela falta de compromisso dos gestores e investimento nas corporações tem possibilitado a população a contar cada vez mais com o apoio das ações preventivas da Guarda Municipal, que hoje já conta com a proteção jurídica necessária para contribuir na segurança da população fazendo policiamento preventivo, resta tão somente o gestor municipal dar a sua parcela de contribuição promovendo os investimentos necessários para uma maior efetividade da Guarda na segurança da população. Lamentavelmente, podemos afirmar também que as ações da Guarda Municipal de Maceió, ou melhor, o seu crescimento enquanto órgão de segurança pública, também interessa a setores corporativistas da Polícia Militar Alagoana. Há um equivocado entendimento de que as Guardas Municipais representam uma ameaça à existência e as “variáveis práticas” da Polícia Militar, o que é um absurdo. Entre as tentativas de setores da Polícia Militar de barrar o crescimento da Guarda Municipal enquanto instituição de segurança pública repercutiu a ação de inconstitucionalidade impetrada em 2014, no Supremo Tribunal Federal (STF), pela Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME), onde a entidade tenta revogar a Lei nº 10.022/14 (Estatuto Geral das Guardas Municipais). Não bastasse o interesse de uma parcela expressiva de Militares querendo que a Guarda Municipal não se desenvolva enquanto instituição pública de segurança, ainda há outro seguimento de militares que, articulados politicamente com os*

*prefeitos, assumem o comando das Guardas ao irem para inatividade, recebem salários que ultrapassam os R\$ 16 mil, e juntando o útil ao agradável trabalham para que os Guardas não ultrapassem a mera atribuição de guarnecer os prédios públicos. Portanto, podemos afirmar que a Guarda Municipal de Maceió hoje interessa basicamente a esses dois seguimentos, os munícipes, que agonizam cada vez mais por segurança, e a seguimentos da Polícia Militar, que precisam proteger a todo custo suas práticas viciosas.*

**Observação:** No presente GD o agente GF12 não quis participar, abstendo-se de todas as perguntas, apenas observando até que em certo momento pediu para retirar-se, no momento da discussão dessa primeira pergunta. Respeitando a sua vontade, atendemos ao seu pedido. Nem os GM18 e GF19 participaram, mesmo que *online*, prometendo participar no decorrer da discussão. Não obtivemos suas respostas nesse primeiro momento.

***Mediador – NA SUA OPINIÃO, A GMM MERECE UM ESPAÇO NA SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL NO COMBATE À CRIMINALIDADE E NÃO UNICAMENTE À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO? JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA.***

**GM7** – *Sim, porque a violência está tão grande que seria mais uma instituição para combater a violência. Quanto mais instituição estiver para combater a criminalidade melhor. Só vontade de querer fazer falta é um órgão que não dá lucro se você lembra que os agentes da SMTT tiveram com pouco tempo muita vantagem conquistada.*

**GM8** – *A Guarda Municipal bem treinada, capacitada e equipada com certeza pode contribuir e muito no auxílio as demais força de segurança pública, na inibição e combate a criminalidade dentro de sua área de atuação, conforme seus respectivos Estado e municípios.*

**GF9** – *A sociedade hoje clama por segurança e por isso as Guardas Municipais é outra forma de respostas rápidas e eficaz, seja na questão fator presença, nos patrulhamentos e rondas preventivas, nos projetos sociais levados a comunidade, seja com esporte, palestras, música e segurança comunitária.*

**GM10** – *A Lei 13.022 dar garantidas e reforça o espaço, atuação e ações das Guardas Municipais.*

*GM11 – Depende. Se o município oferecer estrutura e formação para nós, acredito que sim.*

*GF12 – Não. Em minha opinião a GM precisa se reestruturar primeiro antes de querer galgar esse novo espaço na área ostensiva da segurança. Itens como porte de armas concurso público ã podem ser deixados de lado, pois está área da segurança requer um nível de preparação e antecipação de fatos bem maior.*

*GM15 – Acho. Enquanto não for regulamentada a nível municipal a Lei 13022, de 2014, iremos atuar de forma irregular no combate ao crime.*

*GF16 – Merece. Mas está difícil de acreditar que esse espaço seja dado para nós para atuarmos como guardas. Tem muito coronel que pensa o contrário.*

*GM18 – Enquanto tiver material humano como muitos de nós GM creio que sim ! Nosso material humano mesmo com idade avançada podemos sim contribuir com a segurança pública. Ok mais quanto condições de materiais bélico exemplos : Armas letais, armamento de baixa letalidade ou até mesmo equipamentos de distúrbios civis. Não temos condições hoje sem investimento da Gestão de fazer segurança para a população de Maceió. Beleza? Ou seja sem investimento da Gestão. ! Fica difícil*

*GM19 - A Guarda Municipal já conquistou seu espaço na segurança pública municipal a partir de suas atuações junto aos diversos órgãos, secretarias e forças de segurança pública do Estado*

**Observação:** O agente GM17 ausentou-se durante a discussão dessa pergunta.

**Mediador – NA SUA OPINIÃO O QUE É SER GUARDA MUNICIPAL NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MACEIÓ?**

*GM7 – Na minha opinião ser guarda na atual segurança pública e ser mais um **bode expiatório** para autoridades principalmente para os nossos gestores que não investe na instituição que hoje se encontra totalmente sucateada.*

**GM8** – *Ser Guarda no contexto segurança pública é vc prestar um belo serviço para a população cuidar do patrimônio municipal fazer jus aos nossos salários prestando um serviço de qualidade para os munícipes que são eles que pagam os nossos salários, poderíamos fazer mais para ajudar na segurança se tivéssemos apoio dos prefeitos, mais não temos hoje a nossa guarda municipal precisa de muitas coisas precisa de material humano, precisa de logística e isso não temos, o que temos mesmo é cobrança e mais nada.*

**GF9** – *Como o colega falou, como guarda me sinto como um bode expiatório para militares, principalmente da reserva, **brincarem de segurança pública.***

**GM10** – *Ser guarda é ter a certeza de poder exercer uma profissão com dignidade, embora sem o reconhecimento dos gestores nem da sociedade.*

**GM11** – *Ser guarda municipal é entender que como agente de segurança tenho atribuições diferentes de outras esferas do serviço público e com isso compromisso social de fazer ou garantir que seja feito o perfeito andamento dos serviços públicos me colocando como um agente que serve ao público e que não se serve do público!*

**GF12** – *Ser guarda é poder servir a comunidade e cumprir com as obrigações como servidor do município.*

**GM15** – *Um guarda para atuar nos dias de hoje, tao difícil, tao violento, é preciso ser estratégico para atuar com cuidado e não esperar que a Guarda vá lhe dar a estrutura que deveria dar.*

**GF16** – *abnegação, garra e respeito para atuar, para se ser guarda não é qualquer pessoa que pode. Primeiro passar por um concurso público, depois dedicar-se e ter compromisso com os maceioenses!*

**GM17** – *Concordo em parte com os companheiros. Ser guarda no contexto atual é ser um pouquinho de cada coisa. Na hora certa dá um de psicólogo, noutra uma de pai, tantas circunstâncias que encontramos nos postos. Cada bairro tem suas diferenças.*

**GM18** – *Ser guarda é assumir a condição que a lei atribui. Não posso ser algo que a lei não me dá direito.*

**GF19** – *Não explicar o que é ser guarda. Não temos uma identidade tão forte quanto a das polícias do Estado que atuam a bem mais tempo que nós.*

**Mediador – QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA NO MUNICÍPIO ONDE ATUA COMO GUARDA MUNICIPAL?**

**GM7** – *Na minha opinião a violência está muito grande quando me lembro que a anos atrás eu sai de casa e sabia que ia voltar hoje eu me sinto totalmente impotente primeiro que nós guarda pela constituição estamos inseridos na segurança aí só vem cobrança quando é para reivindicamos nossos direitos não temos direitos a nada é por isso que eu digo o que é que adianta fazer segurança para população onde não temos segurança nem para nós mesmos.*

**GM8** – *Ao passo que aumenta o desemprego, o tráfico de drogas, a ausência do Estado, a tendência é aumentar ainda mais a violência em Maceió.*

**GF9** – *O município de Maceió graças ao princípio de autonomia poderia apresentar programas de combate à criminalidade, de forma preventiva, com parceria com o Estado. Mas parece não haver diálogo entre os dois.*

**GM10** – *Tenho uma vontade danada de apresentar projetos sociais na minha comunidade. Só que a GM não me dá esse espaço. Onde eu moro, no Jacintinho, muitos jovens nas ruas, sem ter o que fazer, as vezes fazendo bobagens. Bairro que vocês sabem como muito violento.*

**GM11** – *Ninguém irá conseguir erradicar a violência no mundo enquanto houve desigualdades, preconceito, pobreza. Imagine em nosso município, onde a maioria é composta de pobres, pretos, desempregados...*

**GF12** – *Há violência porque além da miséria, o poder público não assume encarar essa realidade.*

**GM15** – *A violência urbana só existe porque há muitos grupos de interesses que lucram com as verbas intencionalmente mal aplicadas. Porque há corrupção.*

*GF16 – A violência está em todo o lugar. Quando se torna um problema de governo, é preciso que este tente minimizar usando os meios de que disponibiliza o estado e o município.*

*GM17 – Como guarda municipal eu poderia atuar de forma preventiva, com policiamento comunitário nos bairros mais pobres. Mas para isso seria necessário o apoio e a logística dados pelo município.*

*GM18 – Como o amigo aí falou. Tem nossa GM uma estrutura e guardas preparados e motivados, talvez pudesse contribuir no combate preventivo da criminalidade. Mas o clima é de desmotivação total. Nem Plano de Cargos e Carreira temos a exemplo de outras Guardas espalhadas pelo Brasil.*

*GF19 – Nós temos uma parcela de culpa uma vez que não cobramos aos gestores nosso direito ao mesmo espaço de atuação contra a violência urbana.*

***Mediador – QUAL O SENTIMENTO QUE PASSA PELA SUA CABEÇA NO MOMENTO DE SUA ATUAÇÃO COMO GUARDA MUNICIPAL E A CORPORAÇÃO NÃO LHE DÁ CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA TAL?***

*GM7 – O sentimento de abandono, de desprezo, de descaso da própria instituição!*

*GM8 – Você já acompanhou nas redes sociais o papel ridículo que alguns de nossos companheiros passa? Isso só desvaloriza a gente como recurso humano formado e qualificado. Isso contribui para, Afinal, a falta de segurança gerando uma FORTUNA para as empresas privadas de segurança. O sentimento que sinto de estar sendo ridicularizado todas as vezes que vou atuar como guarda.*

*GF9 – Meu amigo. Quando vou trabalhar no Centro me dá um desânimo. Só trabalhar porque é preciso, tenho que sustentar minha família.*

*GM10 – Capacho de coronel, rrsrrsrs... Pois O CORONELISMO de fim de carreira DA POLÍCIA MILITAR predomina na Guarda. Cabide de emprego rrsrrsrs... E aí desmotivado e*

*despreparado atuamos de forma errada, sem condições de trabalho, sem condicionamento físico e pior, ridicularizado pela população.*

**GM11** – *Sentimento de descaso e a ingerência administrativa tem gerado a estagnação operacional da instituição e inviabilizado a atuação dos GMs por falta de aparato tecnológico, como armamento, coletes balísticos, rádios comunicadores, armamento de baixa letalidade, etc.*

**GF12** – *Com o sentimento de falta de comprometimento dos gestores municipais para com a segurança dos maceioenses tem contribuído para a redução do nível técnico operacional dos GMs por falta de um programa que assegurasse a categoria uma formação e capacitação continuada. Isso não só me desmotiva como deve desmotivar a todos os companheiros.*

**GM15** – *Sentimento de que não sou nada. Que ser guarda num município cujo gestor extingue sua Guarda, de total descaso e descompromisso com o que acontece com os povos mais carentes.*

**GF16** – *Às vezes um desses gestores tem uma ideia boa, como o grupamentos GAAO e ROMU, mas não lhe dá o devido suporte. Quando temos apoio dos gestores nos faz sentir valorizados.*

**GM17** – *Sentimento de abandono... como uma instituição que se deteriora... como uma coisa que por fora parece funcionar mas por dentro se deteriora... Isso é lamentável, passaram-se mais de seis anos e os maceioenses continuam testemunhando a Guarda Municipal agonizar literalmente por falta de investimentos.*

*Sem contar com recursos próprios, e agora sem o CNPJ, a nossa Guarda Municipal pode estar caminhando para o colapso Total, já que se encontra inviabilizada de pleitear recursos federais, como última saída, para continuar, ao menos, prestando o serviço básico de segurança patrimonial.*

**GM18** – *Sentimento de impotência, de trabalhar sem poder oferecer condições para cumprir minhas atribuições como tal.*



**GF19** – *Como Guarda Municipal, me vejo e me sinto esquecido, desamparado e ignorado não apenas pelo Gestor, mais por todos que sabem e conhecem o nosso trabalho, a nossa capacidade e nossa competência de poder atuar não apenas na proteção do bens, serviços e instalações. Diante de toda essa luta em busca da valorização e reconhecimento profissional, atualmente vejo, sinto e acompanho os desânimos dos meus companheiros de farda. Me vejo um Guarda Municipal que não tem mais esperanças quanto a sua instituição, nota-se claramente o desânimo nos semblantes de cada GM por conta das conversas, mentiras e das muitas promessas recebidas aos longos desses aproximadamente 20 anos de atuação, onde cada Companheiro GM, esteja ele onde estiver, seja em Grupamentos, Postos de Serviços, Operacional etc. Estão todos esquecidos por todos a quem lhes deveria lhe valorizar, respeitar e investir para que os GMs com mais dedicação exercessem suas funções com mais orgulho.*

**Mediador - VOCÊ SE SENTE PREPARADO PARA ATUAR COMO GUARDA MUNICIPAL?**

**GM7** – *Pra ser sincero não! Como vou fazer tal coisa onde nunca recebi treinamento para tal a instituição não nos dá equipamentos para tal, que dizer vamos enfrentar a criminalidade e violência de mãos limpas?*

**GM8** – *Pra ser sincero, não.*

**GF9** – *Na realidade eles brincam de fazer segurança e com isso não nos sentimos preparado. Quer dizer, pelo menos eu não me sinto. Bem que poderia ser aplicados recursos em nosso favor com formação e treinamento. Se esses cursos estão obedecendo os parâmetros da Senasp eu não sei, só sei que pra mim não serve pra nada porque no final não vamos mesmo colocar nada em prática mesmo, porque sabemos é notório que vamos está cobrindo postos então significa dizer que esses cursos só devem estar beneficiando financeiramente a alguém. Porque nada é de graça para quem ministra. Então alguém tá levando vantagem nisso.*

**GM10** – *Não estou. A minha instituição GMM não se preocupa em preparar seus GMS para esse fim. Eu também digo que a guarda municipal não tem nenhuma perspectiva para os GMs*

**GM11** – *As vezes penso que sim. Mas quando me colocam em postos de serviço sem as mínimas condições onde domina o tráfico de drogas, caio na real.*

**GF12** – *Não estou. E o pior é que instituições más antigas do que a nossa também ã estão. E posso afirmar, claramente, que sim fisicamente ã temos uma preparação continua estruturalmente ã temos nenhum suporte bélico, jurídico e nem logística então fica praticamente impossível manter a própria segurança quanto mais a de outros*

**GM15** – *Não é o porte de arma que dirá se estou ou não preparado para atuar como guarda. E as vezes nem nenhum curso. Mas o coletivo, porque nessa área da segurança se a instituição não for forte de nada ter o guarda atuando, porque ninguém age sozinho. Trabalha coletivamente.*

**GF16** – *Gostaria de me sentir preparado, mas não me dão condições para atuar como deveria.*

**GM17** – *Eu me sinto preparado sim. Minha queixa são essas coisas menores mas muito importante como fardamento, equipamentos. Eu trabalho sem algema e sem sinto de guarnição. Se fosse depender dessas coisas eu nunca estaria preparado.*

**GM18** – *Não.*

**GF19** – *Na minha opinião todos nós GMs tivemos uma Formação de Guarda Municipal distinta, ou seja, alguns foram formados em diversas Corporações sendo elas, APOCAL - Academia de Polícia Civil de Alagoas, CBMAL - Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, Batalhão de CHOQUE, atual BOPE Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar de Alagoas, 59° BIMtz - Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército Brasileiro. Então não tem nem o que se discutir, na sua grande maioria os Guardas Municipais de Maceió tiveram boas formações, agora cabe a cada ter aproveitado o máximo de cada uma de suas formações, além do que a Capacitação Contínua seria ou é uma obrigação da Guarda Municipal. Mas, acredito ainda que poucos dos GMs ainda buscam suas capacitação por conta própria, tendo em vista a falta de compromisso dos Gestores para com os GMs, esses buscando uma forma de melhor atender a sociedade, a oferecer melhores serviços em seus respectivos postos, Grupamentos e até aos munícipes, procuram sempre se atualizar de*

*alguma forma, seja em cursos específicos na área operacional ou mesmo em suas formações educacional.*

*Agora depois de muitos anos sabendo muito bem que o Ministério da Justiça criou a Secretaria Nacional de Segurança Pública ( SENASP ), essa Secretaria veio a fazer cobranças nas formações dos Guardas Municipais, o detalhe é que apesar de vindo com boas intenções, as Guardas Municipais só poderão ser beneficiadas pelos respectivos cursos após alguns anos, mais tarde se fez exigências quanto as Formações dos Guardas Municipais do Brasil, exigências essa que se torna absurdas tendo em vista as quantidades de disciplinas como também a prática de tiro, ou seja, o GM precisa dar mais tiros do que qualquer outro profissional de segurança pública, seja ele Policiais Federal, Rodoviário Federal, Agentes Penitenciário Federal, Policiais Civil, Militar, Agentes Penitenciário Estadual, enfim, de qualquer jeito a nossa Guarda Municipal foi que eu lembre uma das primeiras a realizar o Curso de Formação de Guarda Municipal obedecendo a Grade Curricular da SENASP, e ainda assim parece que tudo foi em vão, já que até hoje após alguns anos os GMs não receberam o Porte de Arma e ainda assim tiveram que realizar novamente os Teste psicologico e a prática de tiro, que mais uma vez está sendo emburrada com a barriga pelos nosso Gestores.*

*A SENASP deveria ter levado em conta a seguinte situação, os GMs que já teriam suas respectivas Formações deveriam ser levado em conta essa situação. Muitos de nós GMs, já estávamos chegando, alguns já chegaram e outros já passaram dos 20 anos de Guarda Municipal e ainda hoje discutirmos Curso de Formação de GM, Porte de Arma etc. Parece que quando a situação é Guarda Municipal de Maceió, forças ocultas trabalham contra a nossa Guarda Municipal e a seus integrantes. Por isso, entendo que nossas Formações anteriores tiveram sim seus valores, até porque as Corporações envolvidas são as mesmas que formam os demais profissionais de segurança pública. Portanto tem sua credibilidade, se não fosse assim policiais civis, militares ou agentes penitenciários não teriam capacidade e qualificação para atuar nas suas funções decido suas formações que em muitos casos dão apenas 5 a 10 tiros e olhe lá .*

*Tudo que prejudica a nossa Guarda Municipal, está entre a Cúpula da Segurança Pública do Estado, O Prefeito de Maceió e os Secretários de Segurança Pública de Maceió.*

***Mediador – NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DO CNPJ PARA A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ?***

**GM7** – *Se nós quanto cidadão, se não tivermos CPF não podemos gerir nossa vida, imagine nossa Guarda Municipal de Maceió sem o CNPJ. Então, infelizmente nossa GMM não terá autonomia, direitos nem muito menos força legal para administrar seus recursos próprio, que na verdade já não tem, pois somos dependentes da SEMSCS pra tudo.*

**GM8** – *Com o CNPJ a Guarda Municipal tinha maiores chances de trazer verbas federais para investir e aparelhar nossa Guarda. Como acontecia noutras épocas, na gestão do Cição Almeida; tínhamos um coronel da reserva aí que trazia verbas e até um advogado como secretários investiram na gente. Hoje somente alguns têm oportunidades... os peixes... Os outros, ficam largados nos postos de serviço correndo todo tipo de risco.*

**GF9** – *Acho que o discurso de que nos daria uma certa autonomia seria mais viável. Mas sempre será o prefeito o responsável pelas tomadas de decisão. Foi ele quem assinou a baixa do CNPJ da GM. Logo, pouco importaria se nossa Guarda tivesse ou não um.*

**GM10** – *O Cadastro na Receita traria uma moral maior pra instituição, principalmente para gerir recursos e quem sabe gerar recursos também.*

**GM11** – *Acho que deram baixa no CNPJ pra não ter que dar satisfação ao Governo Federal sobre os erros do passado e agora, enquanto não se resolver com as pendências que tem fica difícil de reativar esse CNPJ. O que ocorre quando um empresa decreta falência pra escapar de alguns encargos trabalhistas.*

**GF12** – *O CNPJ tem uma importância pra Guarda para que esta possa gerir os recursos do Fundo Nacional de Segurança, acho. Pra blindar a própria existência da corporação.*

**GM15** – *Acho interessante que a extinção da Guarda ajudou ao prefeito para nomear os militares que têm algum vínculo com ele e com os partidos, porque a lei 13022 de 2014 proíbe que militares assumam cargos em comissão senão os próprios guardas de carreira, por isso nenhum interesse em reativar.*

**GF16** – *Também penso assim. Não reativam o CNPJ que é para não tirar a boquinha do militares. Daí vem com essa história de Reforma administrativa, de economicidade...*

**GM17** – *A Guarda Municipal de Maceió sem CNPJ, numa cidade que já foi vista como uma das mais violentas do Brasil, parece piada. Me lembro que num curso, durante um debate, um instrutor mostrou uns números lá. Mesmo sabendo que cidades como São Paulo e Rio de Janeiro se mata mais gente, mas Maceió pelo seu tamanho e sua densidade populacional quebra recordes. Imagine uma instituição como a nossa sem poder atuar e sob uma invisibilidade, com qual motivação vamos atuar?*

**GM18** – (não participou dessa pergunta)

**GF19** – (não participou dessa pergunta)